

ISIDORO DA SILVA SANTANA

**O ABANDONO DA AGRICULTURA NO
CONCELHO DE MONTIJO**

Orientador: Professor Doutor Eduardo Álvaro do Carmo Figueira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2014

ISIDORO DA SILVA SANTANA

**O ABANDONO DA AGRICULTURA NO
CONCELHO DE MONTIJO**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em 2014 no Curso de Mestrado em Sociologia, Globalização e Desenvolvimento na área de Dinâmicas Locais de Desenvolvimento, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Eduardo Álvaro do Carmo Figueira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2014

Epígrafe

*Não é o proprietário
que permite que a
nação viva, caminhe e
respire nas suas terras:
é antes a nação que
permite que o
proprietário cultive o
solo reconhecendo-o
como possuidor, não
atribuindo a ninguém a
exclusividade da
fluição dos lugares
públicos, das grandes
estradas, dos lagos, dos
rios (Say, 1803;p532)*

Dedico

- A todas as famílias que no passado sofreram a dureza das tarefas agrícolas, onde por vezes se chegava a atingir o patamar da escravidão. Estou também a considerar um conjunto de pessoas que povoaram a região, vindas de todos os pontos do país, os caramelos / gaibéus / ratinhos/ algarvios / malteses, sempre com um objetivo de conseguir uma vida melhor.
- A todos os jovens agricultores, que num momento difícil do país, encontram no trabalhar a terra, uma saída para fugir ao desemprego.
- A todas as pessoas deste país que trabalham em prol da agricultura, contribuindo para diminuir os efeitos da desertificação, apoiando iniciativas locais de desenvolvimento dos territórios rurais.
- Aos antigos agricultores do concelho de Montijo, aqui representados por alguns nomes:

Domingos Mendes (Patola)

José Pereira Fialho

Avelino Salgado de Oliveira

António dos Santos Fernandes

Casa Ventura

João Tavares Bastos ()*

Domingos Tavares Bastos ()*

Cristiano Rodrigues Mendonça

Diogo Mendonça (Tavares)

Albino Bruno

() Afilhados de José Maria dos Santos*

Agradecimento

A elaboração de um trabalho académico, que resulta de uma investigação, a função do orientador é fundamental. Pude verificar que não é essencial a sua presença permanente, pois cabe-lhe a função de sujeitar o investigador ao seu próprio processo de aprendizagem, permitindo-lhe a construção sua, na base dos erros e descobertas, entre avanços e retrocessos no caminho percorrido. É baseado neste desempenho que agradeço em primeiro lugar ao professor Eduardo Álvaro do Carmo Figueira.

O conhecimento empírico sobre a temática da agricultura no concelho de Montijo, levou-me à necessidade de contactar com um conjunto de pessoas ligadas ao campo, onde sempre encontrei um espírito de colaboração e de ajuda, os seus contributos foram fundamentais para a elaboração desta dissertação. Para todas estas pessoas que me ajudaram a ver a agricultura da região de uma outra forma diferente e mais real, os meus agradecimentos.

Por último, uma palavra de agradecimento à Sra. Presidente da Câmara Municipal de Montijo Dra. Maria Amélia Macedo Antunes e a todos os presidentes das juntas de freguesia, pela disponibilidade de colaboração neste projeto de investigação, dando os seus depoimentos sobre o que pensão da agricultura no concelho.

Resumo

O concelho de Montijo situa-se na margem sul da Área Metropolitana de Lisboa, com uma área de 348,1 km², sendo cerca de 80% deste território agrícola e florestal. O trabalho desenvolvido, procura identificar e compreender o porquê do abandono da atividade agrícola em algumas das explorações do concelho. Para uma melhor compreensão do abandono dos sistemas produtivos das explorações agrícolas, é feita uma resenha histórica da agricultura, consequências da nossa participação na EU, onde existem um conjunto de normas impostas através da PAC até ao programa plurianual 2014-2020.

Para o desenvolvimento do trabalho, é feito o enquadramento geográfico do território, uma pequena resenha histórica, uma análise demográfica do concelho e uma identificação do processo de povoamento das zonas rurais. Foram realizadas 28 entrevistas a um conjunto de indivíduos e de entidades representativas de todas as freguesias do concelho de Montijo, onde na análise dos dados se verificaram um conjunto de causas que estão a originar o abandono da agricultura em algumas explorações.

A inviabilidade económica devido à pequena dimensão, a dificuldade de escoamento dos produtos, o envelhecimento de grande parte dos agricultores, a evolução dos circuitos de comercialização, a certificação dos produtos e a modernização das explorações, são problemas para as pequenas explorações. A alteração da dimensão das explorações, mais jovens na agricultura e o optar pela produção de novos produtos, podem ajudar ao desenvolvimento rural, aumentando o rendimento dos agricultores.

A importância da organização dos agricultores, em associações, criando assim, a escala necessária para dar resposta às novas exigências do mercado, aproveitando os fundos comunitários disponíveis.

Palavras-chave:

Abandono, Agricultura, Desenvolvimento Rural

Abstract

Municipality of Montijo places in the south edge of the Area Metropolitan of Lisbon, with an area of 348,1 km², being about 80% of this agricultural and forest territory. The developed work looks for to identify and to understand the reason of the abandonment of the agricultural activity in some of the explorations of municipality. For one better understanding of the abandonment of the productive systems of the agricultural explorations, is made a historical summary of agriculture, consequences of our participation in I where they exist a set of norms imposed through the CAP until the o multiannual programs 2014-2020.

For the development of the work, the geographic framing of the territory is made, a small historical summary, a demographic analysis of municipality and an identification of the process of settlement of the agricultural zones. 28 interviews to a set of individuals and representative entities of all had been carried through the clienteles of municipality of Montijo, where in the analysis of the data if they had verified a set of causes that are to originate the abandonment of agriculture in some explorations.

The economic unfeasibility due to small dimension, the difficulty of draining of the products, the aging of great part of the agriculturists, the evolution of the commercialization circuits, the certification of the products and the modernization of the explorations, are problems for the small explorations. The alteration of the dimension of explorations, younger in agriculture and opting to the production of new products, can help the agricultural development, increasing the income of the agriculturists.

The importance of the organization of the agriculturists, in associations, thus creating, the scale necessary to give to reply to the new requirements of the market, using to advantage deep communitarian the available ones.

Words-key

Abandonment, Agriculture, Rural Development

ABREVIATURAS

a. C. – Antes de Cristo

AIAF - Ano Internacional da Agricultura Familiar

AML – Área Metropolitana de Lisboa

BA6 – Base Aérea nº 6

CCDRLVT - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e vale do Tejo

CEE – Comunidade Económica Europeia

CTA – Campo de Tiro de Alcochete

d. C. – Depois de Cristo

EU – União Europeia

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Em Inglês: General Agreement on Tariffs and Trade)

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

IVV - Instituto do Vinho e da Vinha

JCI – Junta de Colonização Interna

LEADER - Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural.

OMC - Organização Mundial do Comércio

OP' s – Organização de Produtores

PAC - Política Agrícola Comum

PDM – Plano Diretor Municipal

PEDAP - Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

SANU - Superfície Agrícola não Utilizada

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

GLOBALG.A.P. – The Global Partnership for Good Agricultural Practice

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	1
DEDICO	2
AGRADECIMENTO	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
ABREVIATURAS	6
ÍNDICE	7
ÍNDICE DE QUADROS	9
ÍNDICE DE GRÁFICOS	11
ÍNDICE DE FIGURAS	12
ÍNDICE DE FOTOS	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – TEMA DA INVESTIGAÇÃO	16
CAPÍTULO II – ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO	18
2.1 – Revisão da Bibliografia	18
2.1.1 – Resenha Histórica da Agricultura	19
2.1.2 – Povoamento das Zonas Rurais do Concelho de Montijo	23
2.1.3 – Política Agrícola Comum	34
2.1.4 - Desenvolvimento Rural	39
2.1.5 – Abandono das Práticas Produtivas	43
2.1.6 – Viabilidade das Explorações Agrícolas	44
2.2 – Modelo de Análise	46
CAPÍTULO III – CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO DE MONTIJO	50
3.1 – Enquadramento Geográfico	50
3.2 – Cadastro Predial	55
3.3 – Resenha Histórica do Concelho de Montijo	55
3.4 – Atividades Económicas	58
3.5 – Análise Demográfica do Concelho de Montijo	59
3.5.1 – Evolução da População	60
3.5.2 – Composição da População	61

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	79
4.1 – Delineamento Geral	79
4.2 – Procedimentos e Calendarização	80
4.3 – População e Amostra	81
4.4 – Definição Conceptual das Variáveis	82
4.5 – Instrumentação	83
4.6 – Análise dos Dados	83
CAPÍTULO V – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	83
5.1 – Associações de Produtores	86
5.2 – Estrutura da Propriedade Rústica	91
5.3 – Escoamento dos Produtos	100
5.4 – Envelhecimento dos Produtores Agrícolas	105
5.5 – Culturas Temporárias	109
CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
6.1 – Notas Conclusivas	114
6.2 – Recomendações	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	119
GLOSSÁRIO	122
ANEXOS:	
ANEXO I – Estrutura da Propriedade Rústica e Cartas de Ocupação do Solo	
ANEXO II - Fotos	

ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro nº 1 – Tipologia das migrações internas em Portugal
- Quadro nº 2 – Consequências das migrações internas em Portugal
- Quadro nº 3 – Algumas definições de «caramelos»
- Quadro nº 4 - Contribuição do capital social no desenvolvimento local/regional
- Quadro nº 5 – Numero de explorações agrícolas por localização geográfica (NUTS-2002),
Classes de superfície agrícola utilizada
- Quadro nº 6 – Quadro com quatro dimensões e alguns indicadores sobre o abandono
- Quadro nº 7 – Hipóteses consideradas como respostas à pergunta de partida.
- Quadro nº 8 – Hipóteses que influenciaram o abandono do espaço agrícola
- Quadro nº 9 – Áreas por freguesia do concelho de Montijo
- Quadro nº 10 – Ocupação do solo no concelho de Montijo (ha)
- Quadro nº 11 – Distribuição das espécies florestais do concelho de Montijo (ha)
- Quadro nº 12 - Evolução da população no concelho de Montijo
- Quadro nº 13 - População residente segundo grupo etário
- Quadro nº 14 - População residente segundo grupo etário em percentagem
- Quadro nº 15 – População residente por local de residência, local de proveniência
- Quadro nº 16 – População residente total por grupos etários (0 aos 14, 15 aos 64, 65 ou mais)
- Quadro nº 17 – Índice de dependência
- Quadro nº 18 – População residente com mais de 10 anos analfabetos
- Quadro nº 19 – População residente com o nível de escolaridade mais elevado completo
- Quadro nº 20 – Índice de masculinidade ano de 2001
- Quadro nº 21 – Índice de masculinidade ano de 2011
- Quadro nº 22 – Índice de masculinidade 2001 / 2011
- Quadro nº 23 – Taxa de masculinidade 2001
- Quadro nº 24 – Taxa de masculinidade 2011
- Quadro nº 25 – Idade média da população residente segundo grupos etários
- Quadro nº 26 – Situação da população residente segundo o estado civil
- Quadro nº 27 – População residente, mais de 15 anos de idade e o seu principal meio de vida
- Quadro nº 28 – População ativa
- Quadro nº 29 – População ativa desempregada
- Quadro nº 30 – Casamentos celebrados/dissolvidos/Nados-vivos/Fetos-mortos/óbitos
- Quadro nº 31 – Dimensão da família clássica

Quadro nº 32 – Cronograma de 2013

Quadro nº 33 – Cronograma de 2014

Quadro nº 34 – Ocupação do solo pela agricultura/ número de entrevistas

Quadro nº 35 – Superfície das explorações agrícolas, tipo de utilização das terras

Quadro nº 36 – Mapa dos destinos do vinho da Adega de Pegões

Quadro nº 37 – Superfície agrícola utilizada média por exploração (ha)

Quadro nº 38 – Superfície irrigável (ha) das explorações

Quadro nº 39 – Importações e exportações de produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis em 2012

Quadro nº 40 – Produtores agrícolas singulares, segundo grupo etário

Quadro nº 41 – Superfície agrícola utilizada (ha) natureza jurídica

Quadro nº 42 – Número de explorações agrícolas com culturas temporárias

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 – Áreas por freguesia

Gráfico nº 2 – Ocupação do solo no concelho de Montijo (ha)

Gráfico nº 3 – Área ocupada por povoamento florestal (ha)

Gráfico nº 4 – Composição da superfície agrícola utilizada no concelho de Montijo (ha)

Gráfico nº 5 – Evolução da população no concelho de Montijo

Gráfico nº 6 – Pirâmide etária da população residente em 2011 no Montijo

Gráfico nº 7 – População ativa no Montijo

Gráfico nº 8 – População ativa desempregada no Montijo

Gráfico nº 9 – Estrutura da propriedade rústica – nº de parcelas (Território Oeste)

Gráfico nº 10 – Estrutura da propriedade rústica – nº de parcelas (Território Este)

Gráfico nº 11 – Composição da superfície total das explorações em Montijo

Gráfico nº 12 – Área das principais culturas hortícolas em Portugal

Gráfico nº 13 – Produção das principais culturas hortícolas em Portugal

Gráfico nº 14 – Produtores agrícolas singulares no concelho de Montijo

Gráfico nº 15 – Composição da superfície total das explorações em Montijo

ÍNDICE DE FIGURAS

No texto:

Figura nº 1 - Planta de localização do concelho de Montijo

Figura nº 2 - Lugares da Gândara de onde provieram caramelos por meados do século XIX

Figura nº 3 - Lugares de destino dos caramelos por terras de entre Tejo e Sado

No anexo I:

Figura nº 1 - Estrutura da propriedade rústica (Território Oeste)

Figura nº 2 - Estrutura da propriedade rústica (Território Este)

Figura nº 3 - Carta de Ocupação do Solo – 2007 Atalaia

Figura nº 4 - Carta de Ocupação do Solo – 2007 Afonsoeiro

Figura nº 5 - Carta de Ocupação do Solo – 2007 Alto Estanqueiro Jardim

Figura nº 6 - Carta de Ocupação do Solo – 2007 Canha

Figura nº 7 - Carta de Ocupação do Solo – 2007 Montijo

Figura nº 8 - Carta de Ocupação do Solo – 2007 Pegões

Figura nº 9 - Carta de Ocupação do Solo – 2007 Santo Isidro de Pegões

Figura nº 10 - Carta de Ocupação do Solo – 2007 Sarilhos Grandes

ÍNDICE DE FOTOS

No texto:

Foto nº 1 – Movimento do Cais das Faluas no Montijo na primeira metade do século XX

Foto nº 2 - Sucessão progressiva da vegetação

Foto nº 3 – Debulhadora fixa

Foto nº 4 - Estufa do tipo túnel de framboesas da Doce Baga na freguesia de Canha

Foto nº 5 – Plantação de mirtilos da Doce Baga, na freguesia de Canha

No anexo II:

Foto nº 1 – Maior vinha do mundo em Rio Frio, anos 20/30.

Foto nº 2 – Vindima em Rio Frio anos 20/30.

Foto nº 3 – Movimento das adegas de Rio Frio, anos 20/30.

Foto nº 4 – Casa «caramela» Vale Porrim.

Foto nº 5 – Aspeto da disposição dos adobes na casa «caramela»

Foto nº 6 – foto atual das adegas de Rio Frio em ruínas

Foto nº 7 – foto atual das adegas de Rio Frio em ruínas

Foto nº 8 – Casal agrícola do núcleo das Figueira, S. Isidro de Pegões

Foto nº 9 – Casal agrícola do núcleo das Faias, S. Isidro de Pegões

Foto nº 10 – Casal agrícola nº 48 do núcleo de Pegões

Foto nº 11 – Nitreira nas traseiras da casa, S. Isidro de Pegões

Foto nº 12 – Malta da Caldeira Aberta em Rio Frio, anos 20/30.

Foto nº 13 – Máquina de arrancar cebola, numa exploração agrícola da região.

Foto nº 14 – Máquina de apanhar cebola, numa exploração agrícola da região

Foto nº 15 – Embalagem de exportação de cebola a granel, exploração agrícola da região

Foto nº 16 – Máquina de apanha de cenoura na Exploração de Daniel Pacífico

Foto nº 17 – Máquina de apanha de cenoura na Exploração de Daniel Pacífico

Foto nº 18 – Tratamento das plantações utilizando a mecanização

Foto nº 19 – Plantação de batata na exploração de Daniel Pacífico

Foto nº 20 – Rede de frio da PrimoHorta

Foto nº 21 – Máquina de embalar cenoura, Associação de Produtores PrimoHorta

Foto nº 22 - SOREGI – Empresa de comercialização de produtos hortícolas (fase da lavagem).

Foto nº 23 - SOREGI – Empresa de comercialização de produtos hortícolas (fase da seleção e embalagem).

Foto nº 24 – Máquina de embalar batata, empresa de Manuel Patrício

INTRODUÇÃO

O abandono do espaço agrícola no concelho de Montijo tem sido uma realidade nas últimas décadas, situação um pouco semelhante ao verificado em todo o restante território nacional, como é conhecido através dos dados estatísticos existentes. Este fenómeno torna-se especialmente interessante pelas causas que estão na sua origem e pelas consequências económicas e ambientais para as comunidades locais. Estamos perante o abandono das práticas produtivas num território em que a sua área agrícola e florestal são cerca de 300 km², onde predomina a pequena exploração agrícola familiar que, nas últimas décadas, não tem sido suficientemente considerada e muito pouco apoiada. A Sociologia como disciplina potenciadora de conhecimento do comportamento do Homem enquanto ator social, permite-nos constituir matéria científica que nos leva a concretizar os nossos objetivos prioritários, como o conhecer, compreender e interpretar as razões do abandono do cultivo das explorações agrícolas, com maior incidência nas explorações de menor dimensão. Foi com estes objetivos que se desenrolou toda a investigação, realizando-se várias incursões no terreno, de modo a esclarecer dúvidas e clarificar ideias, alterando, por vezes, o próprio processo de construção inicialmente previsto para o estudo.

A interpretação das razões que levaram os agricultores a desistirem de continuar a utilizar os terrenos na produção agrícola, tem como finalidade perspetivar uma solução que possa vir a contribuir para uma melhor utilização dos solos, não esquecendo o rendimento dos atores que atuam em todo o processo da produção agrícola. Para atingir estes objetivos, o trabalho realizado procura apontar caminhos para uma possível intervenção específica em todo a zona rural do concelho de Montijo contribuindo, assim, para a diversificação e desenvolvimento de atividades económicas criadoras de emprego, permitindo fixar as populações e aproveitar os recursos endógenos da região.

O concelho de Montijo apresentou, nos últimos censos, um crescimento demográfico significativo, concentrando-se esse aumento da população residente essencialmente na cidade de Montijo e nas freguesias de Atalaia e Afonsoeiro, as mais perto da cidade, e, consequentemente, beneficiárias das novas acessibilidades à cidade de Lisboa com a construção da ponte Vasco da Gama. O crescimento do mercado de habitação foi uma realidade, valorizando as terras e levando alguns proprietários ao abandono da atividade tradicional que era a agricultura.

Em trabalho realizado anteriormente sobre o povoamento da região Oeste do concelho, constatou-se que grande parte das parcelas agrícolas já não estava a ser cultivada.

Surgiu então a vontade de fazer este trabalho inserido numa estratégia do desenvolvimento harmonioso e sustentável do concelho de Montijo. Considerando a importância que podem ter os terrenos onde foram abandonadas as atividades agrícolas nas coletividades humanas aí residentes, nos tempos que correm, onde as dificuldades de emprego são conhecidas, a revitalização da agricultura pode contribuir para a sua melhoria, assim como, para autossuficiência alimentar da região, do país, ou ainda dando um contributo para o aumento das exportações e, consequentemente, na melhoria da nossa balança comercial.

É importante a melhoria da eficácia das explorações agrícolas, mas, para isso, torna-se necessário diversificar não só o leque dos bens mercantis produzidos, como também reconhecer e remunerar os bens públicos que elas geram. Nas últimas décadas foi extremamente importante na economia dos agregados familiares agricultura a tempo parcial, produzindo para consumo próprio, beneficiando da vantagem na qualidade dos produtos e aproveitando os excedentes de produção para comercializar, criando assim um complemento ao rendimento mensal da família. Entretanto, as condições de mercado alteraram-se deixando de existir os compradores tradicionais, como também os preços do que se vendia não cobriam os custos de produção. Com esta realidade, a motivação pessoal não pode ser maior para a execução de um trabalho desta natureza.

Após a escolha do tema, o plano de investigação observado começou por definir o que se pretendia saber “o quê, quando e onde” se vai investigar. A segunda etapa do trabalho, iniciou-se com algumas entrevistas exploratórias executadas em simultâneo com uma revisão da literatura com o objetivo de recolher informação relativa à área de investigação escolhida. Foi nesta etapa que se procurou identificar o processo de povoamento das zonas rurais, que permitiu um conjunto de conhecimentos na área de investigação, ajudando a encontrar respostas para a problemática em estudo. Na terceira etapa definiu-se o modelo de análise e referenciaram-se alguns conceitos e indicadores relativos à problemática. A quarta etapa consistiu na caracterização do concelho de Montijo, espaço onde se desenrolou a investigação, focando aqui a sua localização e a evolução demográfica. Na quinta etapa definiu-se a metodologia de investigação e as técnicas de recolha de dados adequadas aos objetivos que se pretende atingir. Tendo em vista todos os dados recolhidos, seguiu-se a sexta etapa onde se procedeu à sua análise e interpretação, selecionando os de maior relevância para darem resposta às questões da investigação. Por último, a sétima etapa, onde são feitas as considerações finais e se procura dar as respostas encontradas no processo de investigação.

CAPÍTULO I – TEMA DA INVESTIGAÇÃO

O ABANDONO DA AGRICULTURA NO CONCELHO DE MONTIJO

Em trabalho anteriormente realizado sobre o povoamento desta região, constatou-se que o Montijo era um território muito pouco povoado com enormes carências de mão-de-obra agrícola. Esta situação era bem evidente na Herdade de Rio Frio, uma das maiores explorações agrícolas da região até meados do século XX. Esta exploração, embora fazendo parte de dois concelhos vizinhos, encontra-se localizado entre a parte Oeste e Este do concelho de Montijo. Estávamos na segunda metade do século XIX, quando José Maria dos Santos, proprietário da herdade de Rio Frio, procedeu ao arroteamento de terrenos periféricos da herdade e os disponibilizou em parcelas de dois a cinco hectares por família, com arrendamentos a 99 anos, no sentido de fixar na região, os seus trabalhadores vindos, essencialmente, da região da Gândara.

Esta atitude despertou bastante interesse no seio dos grandes proprietários de terrenos da região, o que os levou a seguir este tipo de arrendamento prolongado e até pela modalidade do aforamento. Assim se deu o povoamento de toda a zona rural da parte Oeste do concelho de Montijo; quanto à zona Este, embora ainda existam algumas herdades de dimensão superior a 40 hectares, também na primeira metade do século XX foram feitos alguns aforamentos. Foi ainda na zona Este, que a Junta de Colonização Interna criou o colonato de S. Isidro. A Herdade de Pegões com 4767,5 hectares, foi dividida em parcelas entre 15 e 20 hectares que foram entregues aos colonos, baseado no processo que anteriormente se tinha verificado na herdade de Rio Frio.

Assim, constatamos que no espaço geográfico do concelho de Montijo existe uma realidade que tem a ver com a não utilização, na produção agrícola, de uma grande parte dos 12 246 hectares de terreno que estão adstritos à agricultura. Trata-se, essencialmente, de parcelas de terreno que, na sua maioria, têm uma dimensão inferior a cinco hectares, isto tendo em consideração os elementos fornecidos pelo Gabinete de Informação Geográfica da Câmara Municipal de Montijo, onde está registado um universo de 2952 explorações com estas dimensões.

O trabalho de investigação sociológica procura dar respostas a problemas que também podem ser enigmas, ou seja, não apenas a falta de informação, como também uma lacuna no nosso entendimento (Giddens, 2010). Quando se olha para o território em questão, onde o abandono é uma realidade visível. Esta investigação pretende contribuir para a

resolução do enigma “O porquê do abandono da atividade agrícola em algumas explorações?”.

As alterações registadas em Portugal a partir da década de oitenta do século XX, no tocante aos circuitos de comercialização dos produtos agrícolas, foram motivadas pelo aparecimento das médias e grandes superfícies de venda a retalho. Estas vieram condicionar todas metodologias utilizadas até então, alterando a interação existente entre produtor e o consumidor. Esta nova forma de comércio, veio revolucionar toda a cadeia de distribuição dos bens de consumo alimentar e não alimentar, cujas consequências foram autênticas ondas de choque, para os produtores e para o comércio tradicional local e nacional. As pequenas mercearias / frutarias de bairro foram encerrando a um ritmo bastante acentuado; elas que eram os principais clientes das pequenas e médias explorações agrícolas. No caso do concelho de Montijo, estas explorações agrícolas produziam um conjunto de produtos hortícolas, como a batata, cenoura, fava, ervilha, feijão-verde, cebola entre outras, tinham como clientes um conjunto de compradores / intermediários que os adquiriam todos no “Mercado do Produtor” junto à praça de touros e os distribuía com os seus carros por todo o Território Nacional. Uma das razões do “sucesso” de então era o facto dos produtores da região, beneficiarem de um microclima muito temperado, que permitia ter os produtos já referenciados, mais cedo do que em outras regiões do país, o que facilitava o seu escoamento. Com a chegada das grandes superfícies, a falta dos intermediários que trabalhavam com o pequeno comércio, começa a ser uma realidade, isto porque, as grandes superfícies necessitavam de grandes quantidades e regularidade nos fornecimentos, requisitos que os agricultores não estavam preparados para dar resposta.

A Política Agrícola Comum (PAC), criada em 1962, com o objetivo principal de garantir o abastecimento dos mercados e de apoiar o rendimento dos agricultores, veio a incentivar a intensificação do capital nas explorações agrícolas, promovendo as novas tecnologias e a mecanização da agricultura (Barros, 2003). Estas medidas originaram grandes desequilíbrios nos mercados, criando mesmo excedentes de produção. Portugal entrou em 1986 já com o “comboio em andamento”, o que originou uma dificuldade acrescida para a nossa agricultura ainda muito artesanal. Esperamos que os resultados obtidos para a agricultura portuguesa, no âmbito da reforma da PAC para o período 2014-2020, venham a valorizar o nosso potencial agrícola, preservando o meio ambiente e contribuindo em simultâneo para a sua competitividade e para o desenvolvimento rural.

CAPÍTULO II – ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A agricultura e o desenvolvimento rural vão, com certeza, ser uma aposta importante para a recuperação económica do país. Logo, é prioritário alterar a situação de abandono em que se encontram parte das explorações agrícolas a nível nacional e, em particular, no concelho de Montijo, levando-as a cumprir a função que cabe à terra, de continuar a permitir a existência de uma maior densidade populacional. O abandono deve ser considerado como uma ausência de uma gestão ativa e não como ausência de ocupação física. Isto porque a função da terra é de transformar e tornar uteis um conjunto de materiais, que seriam inúteis sem a sua participação. É com a participação dos solos que se consegue extrair, combinar os sucos nutritivos que compõem os grãos, os frutos, os legumes que fazem parte da nossa alimentação.

Segundo Baldock et al¹, em Portugal o processo de marginalização e abandono das explorações agrícolas, deve-se, em grande parte, à incapacidade de transição de uma agricultura de subsistência para uma de mercado. Na agricultura predominava os sistemas produtivos extensivos e as pequenas explorações, originando uma grande vulnerabilidade ao abandono e à marginalização (Nunes, 2008).

2.1 – Revisão da Bibliografia

O trabalho da agricultura, no passado, chegou a ser considerado uma atividade com muito pouca dignidade, existindo mesmo uma grande rivalidade com os pastores que se intitulavam ser seres superiores. A evolução deste pensamento levou à nascença de uma tradição, ainda hoje viva, de considerar o trabalho da terra a mais antiga e mais nobre das ocupações (Jaccard, 1958).

O conceito de agricultura é pacífico, na sua interpretação feita pelos vários autores e estudiosos do meio rural. A agricultura consiste num tipo de atividade desenvolvida pelo Homem e que o relaciona com a terra de uma forma metódica e sistemática, com o objetivo da produção de alimentos. É comum também incluir na agricultura a criação de gado. A agricultura é, portanto, uma forma de artificialização do meio natural e que vai desde a preparação do solo e sementeira, até à colheita e armazenamento, passando pela conservação e irrigação das culturas, combate a pragas e a diversos outros tipos de condicionalismos naturais. Estas atividades podem ser efetuadas de uma forma mais tradicional, utilizando

¹Baldock, D.,Beaufoy, G., Brouwer, F., Godeschalk, F. (1996). Farming at the margins: Abandonment of redeployment of agricultural land in Europe. London, The Hague, Institute for European Environmental Policy (IEEP), Agricultural Economics Research Institute (LEI-DLO). In Nunes, A. (2008). Abandono do Espaço Agrícola na “Beira Transmontana”. Porto: Campo das Letras – Editores S.A.

predominantemente o trabalho manual e o auxílio da força animal, ou de uma fora mais moderna, com uma componente mais elevada de mecanização e recorrendo às novas tecnologias.

2.1.1 – Resenha Histórica da Agricultura

A atividade agrícola é uma das mais antigas, onde os povos primitivos praticavam a divisão de tarefas e ocupações, cabendo aos homens a pesca, caça e o pastoreio, as mulheres, por sua vez, cuidavam das crianças, da casa e faziam as primeiras sementeiras. Foi no período neolítico que o Homem deu início ao cultivo das plantas e à criação de animais que ele próprio domesticou, alterando, assim, os ecossistemas naturais em ecossistemas cultivados através da sua intervenção. A agricultura sofreu alterações muito profundas nos últimos anos, com maior incidência nos países mais desenvolvidos, onde se registaram a injeção de capital e a consequente redução da mão-de-obra. Esta opção, veio a prejudicar as agriculturas menos produtivas, marginalizando-as ou originando mesmo a sua eliminação face à concorrência das mais poderosas. É necessário muita imaginação e criatividade para que as agriculturas mais tradicionais possam subsistir e progredir, face à concorrência das mais motorizadas e mecanizadas.

Antes do aparecimento da agricultura como forma de produção para a sobrevivência humana, a população vinha aumentando significativamente, graças à crescente eficácia dos modos de predação, que, entretanto, se pensa terem sido atingidos os limites de exploração de algumas espécies, ao ponto de provocar a sua regressão ou mesmo extinção. Esta tese leva-nos a poder alvitrar, embora sem o podermos afirmar, que o aparecimento do desenvolvimento da agricultura, veio responder a uma necessidade da própria sobrevivência do Homem, procurando dar resposta aos problemas que lhes iam surgindo com a decadência generalizada dos sistemas de predação (Mazoyer & Roudart, 2001).

Ao considerarmos que a população mundial duplicou entre os anos 3000 a.C. e 1000 a.C., ou seja, passou de 50 para 100 milhões de habitantes aproximadamente. Esta situação explica a atenção que na época era dada à evolução do cultivo, aumentando a área de produção recorrendo ao arroteamento dos terrenos. O desenvolvimento da agricultura tornava-se cada vez mais uma necessidade porque a população mundial não parava de aumentar, entre o ano 1000 a.C. e 1000 d.C. a população passou para 250 milhões aproximadamente. O desenvolvimento registado neste período, muito se deve a países como Índia, China e Sudoeste Asiático, onde foram implementados sistemas hidráulicos na cultura do arroz «rizicultura». Na Europa, o crescimento demográfico foi menor, dado que os métodos de

expansão agrícola continuavam dentro dos padrões anteriormente utilizados, ou seja, o derrubo da floresta e a sua queima (Mazoyer & Roudart, 2010).

Ao nos situarmos na Europa, verificamos que no final da Idade Média, esta já tinha passado por três revoluções agrícolas:

- A Neolítica – Sistema de derrubada-queimada onde os machados de pedra polida eram as ferramentas para cortar as árvores, que após o seu corte eram deixadas secar para de seguida serem queimadas antes das chuvas. Estes terrenos libertos de vegetação eram então semeados, aproveitando os minerais nutritivos das cinzas. O cultivo destes terrenos, tinha uma duração no máximo de três anos, depois eram novamente abandonados a um longo período de pousio arbóreo, sendo feito novamente o seu arroteamento um período nunca inferior a dez anos (Mazoyer & Roudart, 2010).
- O Alqueive de Tração Leve – este sistema de cultivo, veio na sequência do anterior e teve o seu desenvolvimento já na idade dos metais, ou seja, 2500 anos a.C. e prolongou-se até aos primeiros séculos da era cristã. O cultivo passou já a utilizar alguns apetrechos de uso manual como a pá e a enxada, e equipamento tracionado por animais, o arado escarificador. As parcelas de terreno tinham de ter solos leves e fáceis de trabalhar, o seu tamanho era reduzido e de formato quase quadrado, isto, porque os animais utilizados (boi, burro, mula), começavam a lavrar no início e só viravam no final da parcela. Quando a natureza dos terrenos era mais pesada, a tração do arado era feita por dois ou mais pares de bois. O sistema de cultivo com alqueive e tração leve, era praticamente só utilizado na produção de cereais (Mazoyer & Roudart, 2010).
- O Alqueive de Tração Pesada – a distinção do tipo de cultivo do anterior, prende-se com o fato de já utilizar meios de transporte e de trabalho do solo mais potentes. As carretas com rodas vieram substituir o transporte no lombo dos animais e o arado charrua fazia um trabalho de lavrar o solo muito mais eficiente. Não obstante a evolução registada na agricultura após a Idade Média, o uso de carroças, arados e charruas com tração animal perpetuaram-se no Ocidente até ao século XX. Só os lavradores possuíam os equipamentos de cultivo de tração pesada, os pequenos agricultores tinham de recorrer a estes para a execução dos trabalhos, esta prestação de serviços era normalmente pagas com dias de trabalho braçais (Mazoyer & Roudart, 2010).

A maioria das regiões da Europa foi palco de uma nova revolução agrícola, isto considerando o período que vai do século XVI ao século XIX. A revolução veio acabar com os sistemas de cultivo com alqueive, ou seja, sem pousio, foram substituídas pastagens artificiais, estas rotações entre as forragens e o cultivo dos cereais, veio fornecer mais produtos para a alimentação dos animais de tração e consequentemente o aumento do esterco que propiciava um maior rendimento no cultivo dos cereais. Os ganhos de produção e produtividade acabaram por pôr fim à crise que vinha causando a fome e a penúria registada desde o século XIV até ao século XVIII. A chamada 1ª Revolução Agrícola dos Tempos Modernos, coincidiu com o desenvolvimento industrial, também chamada de 1ª Revolução Industrial. Esta revolução agrícola entre os séculos XVI e o século XIX, estendeu-se aos Países Baixos, Inglaterra, França, Alemanha, Suíça, Áustria, Boêmia, norte de Itália, Espanha e Portugal. No entanto, nas regiões sociais mais arcaicas, onde se incluía Portugal os alqueives duraram até ao início do século XX, dando origem a um grande contraste entre o centro da Europa desenvolvida, tanto na agricultura como na indústria e a periferia subdesenvolvida (Mazoyer & Roudart, 2010).

A partir de meados do século XIX, a indústria dos países mais desenvolvidos, veio a revolucionar a produção em série, de novas máquinas agrícolas com melhor rendimento, juntamente com uma melhoria significativa dos meios de transporte como o caminho-de-ferro e os barcos a vapor. Esta melhoria de produção e facilidade de transporte veio gerar um excesso de oferta e consequentemente provocar a queda dos preços, mergulhando a Europa numa nova crise na agricultura. O recuo verificado na produção agrícola na Europa, motivado pela invasão do seu mercado através das importações de grandes quantidades, deu origem a um novo êxodo rural para as cidades (Mazoyer & Roudart, 2010).

À medida que vamos caminhando para o final de século XIX, a indústria continua a criar meios de transporte mais eficazes e potentes, estabelecendo uma concorrência no mundo nos produtos agrícolas, nomeadamente nos cereais. A utilização dos adubos começa a dar os primeiros passos, melhorando significativamente a produção com o corretivo dos solos, as máquinas mais sofisticadas permitem uma melhoria significativa da área cultivada por trabalhador, originando a que na Europa se registasse uma forte redução da mão-de-obra agrícola. Estávamos a entrar no século XX, vinha aí a 2ª Revolução dos Tempos Modernos. Apoiada na nova motorização resultante da 2ª Revolução Industrial, todo o equipamento agrícola se tornou mais potente e eficiente, junto ao aperfeiçoamento da qualidade dos adubos e dos produtos de tratamento, a agricultura dava um passo importante para novos meios de

produção industriais, outro fator importante na melhoria da produção, foi de passar a fazer-se a seleção de variedade de plantas e dos animais domésticos. A melhoria dos transportes, levou a que as compras dos adubos, fossem mais fáceis mesmo vindo de grandes distâncias, facilitando também o escoamento dos próprios produtos para regiões distantes (Mazoyer & Roudart, 2010).

Em Portugal, à semelhança de algumas regiões mediterrânicas, ao longo do século XX, foram ainda utilizados os métodos do antigo cultivo como a tração animal e, o manual através das pás, enxadas e foices. Este tipo de agricultura tinha como principal objetivo o autoconsumo e satisfazer a maior parte das necessidades da própria população agrícola, produzindo o grão, a batata, os legumes, a fruta e as aves entre outros produtos.

Um conjunto de situações no século XX, vieram revolucionar as condições de produção nos campos e os intercâmbios agrícolas nos países desenvolvidos, nomeadamente, os novos meios de transporte e todo o equipamento utilizado nas explorações, fruto de uma grande evolução da indústria de equipamento agrícola. Esta evolução foi acompanhada, pelas condições biológicas, com a seleção de plantas e animais domésticos, mais exigentes e mais produtivos. Os novos motores e máquinas mais produtivas foram gradualmente dispensando a energia animal e conseqüentemente a redução de mão-de-obra. Assistiu-se a um aumento significativo da produtividade do trabalho, com este novo sistema agrícola e alimentar, que se tornava capaz de alimentar toda uma população e a que só uma ínfima fração era necessária para se dedicar às tarefas agrícolas. A existência de políticas nacionais de proteção e desenvolvimento da economia camponesa, reorganizando o comércio em proveito dos países mais pobres, pode não ser suficiente; é também muito relevante a criação de condições para o acesso dos agricultores à terra, ao crédito e a água. A estabilidade dos preços e a segurança fundiária, são fundamentais para o desenvolvimento agrícola e para o rendimento dos que trabalham a terra.

Para ultrapassar esta situação, só existe uma via que passa pela organização mundial do comércio, baseada em uniões alfandegárias regionais, reagrupando países que possuam níveis de equipamento e de produtividade agrícolas comparáveis. Estas regiões seriam beneficiadas por um nível de preços dos seus produtos e teriam acesso a matérias-primas negociadas com preços que permitam o desenvolvimento da agricultura, retirando assim da pobreza grande parte da população camponesa das regiões menos desenvolvidas (Mazoyer & Roudart, 2010).

2.1.2 – Povoamento das Zonas Rurais do Concelho de Montijo

Ao fazermos uma leitura da história de Portugal, encontramos no reinado de D. Fernando um período em que toda a Europa Ocidental estava mergulhada numa crise económica, com uma grande agitação social e numa decadência de costumes. A todos estes problemas, juntava-se a denominada “Peste Negra”, que muito embora não tenha chegado a Portugal com a gravidade de outras regiões da Península, não deixou de aumentar a mortandade verificada, sobretudo nas grandes cidades. Esta epidemia originou a queda demográfica das cidades, que começou a ser colmatada com grandes migrações internas, de pessoas que abandonavam os campos (Saraiva, 1983).

Na época, os almocreves na sua maioria eram oriundos dos campos, ou seja, pessoas que também se dedicavam à lavoura, passaram a ser os principais agentes do comércio rural, vendiam nas aldeias os bens trazidos das cidades e compravam linho, cera, azeite e vinho que depois vendiam aos mercadores com destino à exportação. A questão do despovoamento dos campos, já vinha acontecendo desde o início do século XIV, foi notório o desenvolvimento da vida urbana na época, que oferecia oportunidades de emprego e de libertação que faltava nos campos, aumentando assim, a população das cidades e diminuindo a mão-de-obra nos campos. Esta situação levou mesmo a que os empresários das explorações agrícolas reclamassem nas Cortes contra a saída dos trabalhadores rurais para a cidade (Saraiva, 1983).

As zonas rurais do concelho de Montijo, em meados do século XIX também eram pouco povoadas. O incremento da agricultura na região veio originar uma falta de mão-de-obra para um conjunto de tarefas na produção agrícola. Para colmatar esta lacuna, registaram-se dois acontecimentos que foram fundamentais para o povoamento e consequentemente para um aumento da produção agrícola na região, designadamente a política de contratação de pessoal pela Herdade de Rio Frio e ao projeto da Junta de Colonização Interna desenvolvido na Herdade de Pegões. Foi a partir do ano de 1861, com a construção da via-férrea na região, por influência de José Maria dos Santos Deputado da Corte², dado que permitia o escoar de milhares de barris de vinho, produzidos na Herdade de Rio Frio em direção ao mercado de Lisboa. Esta situação, leva a um desenvolvimento da agricultura em toda a região, provocando uma grande necessidade de mão-de-obra, para a sua fixação, começaram a ser aproveitados todos os terrenos até então considerados estéreis. Ao arrendar parcelas de terreno a trabalhadores rurais provenientes da Beira Litoral e Baixo Mondego, José Maria dos Santos

² José Maria dos Santos que nasceu em Lisboa a 1 de Dezembro de 1831, veterinário e militar, que em 1858 um ano após o seu casamento com Maria Cândida Ferreira Braga São Romão, se dedica à gestão do seu património adquirido com a formação da sua nova família (Cabrita, 1999).

estava a conseguir um objetivo, que era a fixação de mão-de-obra. No complexo sistema de recrutamento na origem, tinha os contratadores, que percorriam as várias aldeias das Beiras batendo de porta em porta para angariar possíveis trabalhadores, normalmente, o número era de cinquenta apenas traziam consigo uma mala de madeira com algumas roupas e eram chamados os «caramelos de ir e vir» (Andrade, 2009).

As condições de arroteamento de acordo com o estipulado no contrato, permitia aos «caramelos», assim se chamavam aos trabalhadores vindos destas regiões, tomarem posse plena das parcelas arrendadas, o que terá constituído um contributo decisivo o radicar de mão-de-obra na região. A política de colonização de José Maria dos Santos, no ano de 1887, veio a concretizar-se com a fixação de 400 casais de caramelos numa área de 2000 hectares em courelas de 4 a 6 hectares. Num país fortemente rural e com desequilíbrios graves no que respeita à distribuição da riqueza, a aquisição de um terreno através de arrendamentos longos, introduzia na vida destes colonos o sentimento de pertença ao lugar (Andrade, 2009).

Foi o poder simbólico adquirido através do seu «capital escolar», que deu origem à progressão na carreira militar e mais tarde terá contribuído para o papel importante que teve na dedicação à agricultura. *“O poder simbólico, no fundo é dado pela anunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo”* (Bourdieu, 2011).

Este agricultor, veio a plantar no Poceirão, aquela que viria a ser a maior vinha do mundo, ocupava uma área de 4000 hectares, com 10 milhões de cepas, com uma produção anual de 30 a 35 mil pipas de vinho. No anexo II - foto nº 1, podemos ter uma panorâmica da maior vinha do mundo. As tarefas ligadas ao sector vinícola, na época chegavam a juntar mais de 1500 vindimadores e 350 carros no transporte das uvas para os lagares como se pode observar no anexo II - fotos nº 2 e 3 (Cabrita, 2006). Os «caramelos», como ainda hoje são chamadas às pessoas que habitam nas zonas rurais da região Oeste do concelho de Montijo, começaram a chegar em meados do século XIX e vieram participar no seu arroteamento, transformaram as charnecas e matagais, em terrenos onde hoje se cultivam cereais, batata, leguminosas, vinha e olival.

Estes primeiros colonos viviam em casas de adobe, cobertas por telha portuguesa de canudo, com uma ou duas janelas pequenas, no anexo II - foto nº 4 pode-se observar o sistema utilizado de «gigantes» nas paredes traseiras e por vezes também nas empenas. Estas casas eram formadas pela cozinha e dois quartos, na primeira, encontrava-se a lareira, um poial para se colocar o pote de água e a arca de madeira para guardar o pão, era aqui que se comia e a família convivia, na traseira ficava o forno de cúpula arredondada, onde ao domingo se cozia

o pão de milho para toda a semana. Os quartos, um era para o casal e outro para os filhos, davam para a sala-cozinha e estavam separados apenas por uma cortina de chita que era presa na parte de cima. O chão era de terra batida e o mobiliário, resumia-se a uma arca, mesa, bancos ou cadeiras e uma cama de ferro ou madeira, a iluminação era o candeeiro a petróleo ou nas casas mais pobres lamparinas de azeite, a casa de banho era na rua. No seguimento da casa de habitação, estava a adega e a abegoaria para o gado vacum, na frente, o poço e o chiqueiro para os porcos, um pouco mais afastado a eira onde se debulhavam os cereais.

No anexo II, podemos observar na foto nº 5, o tipo de construção das casas de adobes, existentes ainda na zona Oeste do concelho de Montijo. A zona rural Oeste do concelho está inserida num vasto território conhecido como «região caramela – Figura nº 2» que à época foi povoada por migrações vindas de «Terras da Gândara - figura nº 1». Estamos a situar-nos num período temporal que vai de meados do século XIX até meados do século XX, segundo as referências de vários autores, os ditos caramelos são trabalhadores que situam a sua procedência lá para os lados de Tocha, Mira, Liceia, Loureiros, Pelixos, Tavarez, Carromeu, Poveiros, Casal de S. João, Cadima, Cantanhede, Quiaios e Montemor-o-Velho, tudo na Beira Litoral (Cabrita, 1998). No entanto, segundo o mesmo autor já no século XVII, existem testemunhos da presença de uns caramelos, “os chamarelos” na grafia da época, para as bandas da Aldeia Galega de Ribatejo, o que hoje se chama de Montijo.

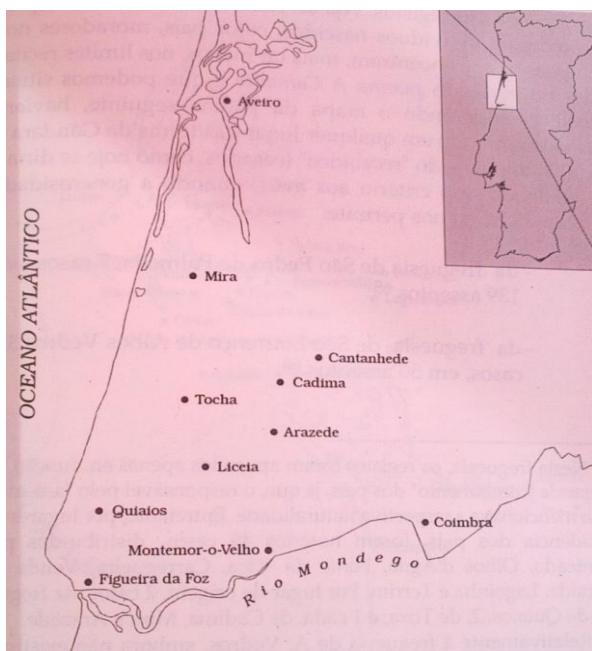


Figura nº 1 – Lugares da Gândara de onde provieram os caramelos por meados do século XIX.

Fonte: Câmara Municipal de Palmela “Os Caramelos”

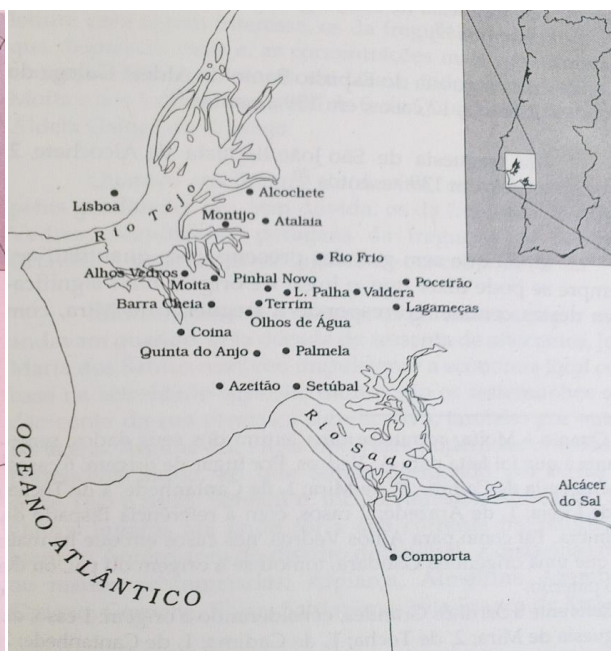


Figura nº 2 - Lugares de destino dos caramelos por terras de entre Tejo e Sado.

Fonte: Câmara Municipal de Palmela “Os Caramelos”

O povoamento aconteceu na zona Oeste do concelho de Montijo, mas também no restante espaço que fica entre os estuários dos rios Tejo e Sado. Este povoamento é concretizado porque, mais a norte, na Beira Litoral, existia um problema social grave, falta de trabalho, terras agrícolas pobres e consequentemente dificuldades de subsistência. As entrevistas exploratórias efetuadas, juntamente com as executadas na investigação de campo, deram-nos a imagem de que as mudanças não foram de todo, uma solução social fácil, dadas as dificuldades encontradas nos modos de vida, após a chegada a esta região, na altura carenciada de mão-de-obra. O trabalho era de uma dureza extrema, só a motivação de obter um dia uma vida melhor, ajudava a ultrapassar dificuldades no trabalho no campo até meados do século XX.

O povoamento inicia-se com a vinda dos ranchos para os trabalhos sazonais. A organização dos ranchos que vinham para a plantação do arroz em Rio Frio, tinha alguns aspetos que nos parecem relevantes para entendermos como funciona a organização desta atividade na primeira metade do século XX. A plantação e monda do arroz era um trabalho feito por 5 ou 6 ranchos de 50/60 pessoas. Para uma melhor rentabilidade deste trabalho, o «Moiral», assim se chamava o capataz que tinha como ajudante o «Sota», colocava o melhor rancho em termos de qualidade e quantidade de trabalho no meio dos outros, para incentivar os outros ranchos a manterem o seu ritmo. No rancho havia um homem que fazia a comida o «Migueiro», que tinha de trazer a panela às costas para a zona onde se estavam a realizar os trabalhos. Os trabalhadores que vinham pela primeira vez os «Noveis», tinham como trabalho extra ir à lenha e migar o pão para a comida do dia seguinte. O capataz dos ranchos, utilizava o levantamento de uma pá como símbolo para definir a hora de iniciar ou terminar o trabalho (Andrade,2009).

Uma outra atividade em que a herdade de Rio Frio ocupava muitos trabalhadores e sector vinícola, que só na vindima chegava a ocupar 1500 trabalhadores, na chamada maior vinha do mundo. O objetivo era fornecer o maior mercado consumidor mesmo ao lado, que era a cidade de Lisboa³. Hoje as adegas de Rio Frio estão todas em ruínas como se pode observar no anexo II - fotos nº 6 e 7. A sua adega composta por 28 pavilhões, tendo cada um

³ Na década de 40/50 do século passado, o vinho produzido na vinha do Poceirão, era carregado em pequenos barcos no cais da «vala dos barcos» em Rio Frio, que se deslocavam ao longo desta vala para Norte até à «Baliza» zona em que o vinho era mudado para outro barco na «vala da maré ou vala do vinho» já com acesso ao estuário do Tejo junto à Vila de Alcochete e depois até Lisboa. A zona da «Baliza» tinha a sessenta anos atrás o guarda José Estêvão e situava-se entre o Monte do Pereiro e a Barroca de Alva, junto à «Marinha da Atalaia». A vala dos barcos foi mandada abrir por José Maria dos Santos, trabalho executado à mão com as pás-de valar, isto porque a «vala da maré» deixou de ter condições de navegabilidade até Rio Frio (Américo Durães, trabalhador de Rio Frio).

deles 24 depósitos com a capacidade individual de 30 mil litros de vinho. Todo o vinho era canalizado através de tubagens subterrâneas de vasos comunicantes até ao cais da «Vala dos Barcos» que fica a cerca de 100 metros de distância, dado o desnível do terreno não era necessário bombagem. No cais existia a chamada “Casa da Balança” onde se processava a operação de enchimento e pesagem do vinho nas cartolas. O vinho era então depois carregado num batelão, onde existia um encarregado o “Arraia”, assim se chamava a pessoa que ocupava a função de manter a embarcação sempre no meio da vala, utilizando para o efeito uma vara de grande dimensão. Ao longo de todo o trajeto até ao local chamado “Baliza” o batelão era puxado por quatro pessoas, duas de cada lado da vala. Era neste local que o vinho era mudado para barcos à vela já Rio das Enguias ou “Vala da Maré” onde era transportado até à cidade de Lisboa. As cordas que puxavam o batelão chamavam-se “sirgas” e atravessavam o tronco dos homens para melhor exercerem a sua força. O transporte do vinho em batelões de Rio Frio até à “Baliza”, foi já a segunda opção, porque a primeira eram os barcos à vela que faziam o trajeto direto com a cidade de Lisboa, a alteração deveu-se a problemas com a navegabilidade da vala da maré (Cabrita, 1998).

As migrações humanas sempre existiram ao longo da história da humanidade, cujas causas têm sido políticas, económicas, religiosas, ou apenas por mero amor à aventura. Assim, temos migrações inerentes a certos géneros de vida, como a pastorícia ou trabalhos agrícolas, e temos as migrações que resultam do desequilíbrio entre o estado demográfico e o estado económico, que são verdadeiras fugas à pobreza ou à miséria, devido ao aumento da população, aos baixos salários ou rendimentos, à produção agrícola insuficiente, ou causas acidentais.

Podemos considerar as migrações internas como uma espécie de movimentos de equilíbrio, entre as áreas sobrepovoadas, onde os recursos da terra são aproveitados ao máximo pela exploração intensiva, e áreas pobres de homens, embora ricas de possibilidades económicas.

No início e até meados do século XX, era frequente a vinda de ranchos de jornaleiros da Beira Baixa e Beira Litoral para a zona da Lezíria do Tejo, nomeadamente para trabalhos nas mondas e ceifas do arroz. Eram trabalhos de uma dureza extrema a tocar mesmo na escravidão, com um horário de sol a sol e muito mal pagos, assistindo-se a abusos por parte dos capatazes e do senhor das terras. Alves Redol retrata no seu livro «Gaibéus» a desumanidade com que estes trabalhadores eram tratados na ceifa do arroz, trabalho sazonal em que os pobres vendiam a alma, perdiam a dignidade a troco de um pouco de pão. As

designações «gaibéu» ou «ratinho» eram estigmas desonrosos. Ao analisarmos em termos espaciais, podemos verificar, que entre 1960 e 1991, a população no litoral aumentou substancialmente, potenciando o crescimento urbano e, conseqüentemente assistiu-se ao despovoamento do interior do País, estamos a falar das migrações dos distritos transmontanos, beirões e alentejanos. No caso do Alentejo, a diminuição da população começou ainda mais cedo, ou seja, logo a partir de meados do século XX. A situação do despovoamento do interior foi ainda agravado na década de 60 do século passado, com a emigração para fora do País, nomeadamente para França e Alemanha.

Nos quadros nº 1 e 2 podemos observar as tipologias das migrações internas em Portugal, assim como as conseqüências destas migrações, para os respetivos territórios da origem e do destino.

TIPOLOGIA DAS MIGRAÇÕES INTERNAS EM PORTUGAL

Quanto ao espaço:

- Deslocação das populações das zonas rurais para os centros urbanos
- Deslocação do interior para o litoral
- Deslocação inter-regional e intrarregional

Quanto à duração:

- Sazonais: ocorrem em determinadas estações do ano e são motivadas pela possibilidade de encontrar trabalho (ex: períodos das vindimas, ceifa, ou férias balneares)
- Temporárias: ocorrem durante um período determinado de tempo para execução de uma tarefa ou trabalho específico (ex: trabalhos da construção civil)
- Definitivas: implicam a mudança definitiva de residência (ex: caramelos)

Quanto às causas:

- Económicas: as causas das migrações internas em Portugal foram sempre determinadas pela necessidade de as pessoas se deslocarem de uma região para outra no intuito de melhorarem as suas condições de vida. Os baixos salários dos camponeses obrigava-os a viverem em condições muito precárias.
- Noutros países, porém, as migrações também têm sido determinadas por causas naturais (cheias, secas, fenómenos telúricos ou vulcânicos), políticas, étnicas (caso do Darfur, por exemplo) ou religiosas.
- Sociais: a atração pelo estilo de vida na cidade foi outro fator determinante. Melhoria das condições de vida e a possibilidade de mais oportunidades de sucesso trouxeram muitos camponeses para as grandes cidades.

Quadro: nº 1 – Tipologia das migrações internas em Portugal

Fonte: Dirigir - Portugal os movimentos do tempo nº 107 (Julho, Agosto, Setembro) 2009

CONSEQUÊNCIAS DAS MIGRAÇÕES INTERNAS EM PORTUGAL

Nas zonas rurais:

- Envelhecimento da população.
- Diminuição das taxas de natalidade.
- Fuga de mão-de-obra jovem e consequente retração da economia nessas zonas.
- Desertificação populacional.
- Desequilíbrios demográficos.
- Abandono dos campos que, em alguns casos provocou alteração das características fundiárias da região, resultantes de uma maior concentração de terras.

Nas zonas urbanas:

- Mais oferta de mão-de-obra, com efeitos na redução de salários.
- Rejuvenescimento da população urbana.
- Alteração no ordenamento do território, com o aparecimento de construção clandestina e bairros de lata.
- Aumento da edificação urbana.
- Desenvolvimento desordenado dos subúrbios.

Quadro: nº 2 – Consequências das migrações internas em Portugal

Fonte: Dirigir - Portugal os movimentos do tempo nº 107 (Julho, Agosto, Setembro) 2009.

Os «caramelos» tiveram a sua origem como já foi referido na zona da Gândara, onde eram conhecidos por «borda d'água». Assim, no quadro nº 3 indicamos algumas das definições conhecidas.

Machado, José Pedro, (sd), Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa 1º Volume, Lisboa, Editorial Confluência;	Está relacionado com “caramuleiro” oriundo do Caramulo.
Chorão, João Bigotte, (Dir.), (1977), Grande Dicionário Enciclopédico, I Volume, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo;	Água congelada em flocos; gelo; Jornaleiro da Beira Litoral que vai trabalhar na região de Setúbal, sobretudo nos arrozais do Sado.
Figueiredo, Cândida, (sd), Grande Dicionário da Língua Portuguesa, 8º Edição, Porto, Educação Nacional;	Trabalhador Rural, que vai do distrito de Coimbra trabalhar entre o Tejo e Sado.
Moreno, Augusto, (1971), Dicionário Complementar da Língua Portuguesa, 8º Edição, Porto, Educação Nacional;	Trabalhador Rural da Beira Litoral que vai trabalhar para o Alentejo.
Editora, Porto, (2005), Dicionário da Língua Portuguesa 2006, Porto, Porto Editora;	Jornaleiro da Beira Litoral que vai trabalhar nas valas e arrozais do vale do Sado, e noutras atividades da região de Setúbal.
Lisboa, Academia de Ciências, (2001), Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, Volume I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa Editorial Verbo;	Trabalhador rural que se desloca da região da Beira Litoral para ir trabalhar nos arrozais e valas do vale do Sado e noutras atividades da região de Setúbal.
Machado, José Pedro (coord.), (1991), Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Porto, Amigos do Livro;	Trabalhador rural que vai do distrito de Coimbra trabalhar entre o Tejo e Sado.

Quadro nº 3 – Algumas definições de «caramelos»

Fonte: Quadro com base nas obras referidas na coluna da esquerda.

As migrações internas foram um fenómeno coletivo de raízes essencialmente camponesas, que originou profundas alterações sociais em algumas regiões do país. Como exemplo marcante, podemos referir a Beira Litoral e Beira Interior, de onde partiram sazonalmente milhares de camponeses «caramelos e ratinhos», rumo aos campos do Ribatejo e península de Setúbal, para trabalharem na plantação, monda e ceifa do arroz, na apanha da azeitona e na vindima.

As pequenas parcelas de terra, nas áreas rurais das freguesias da zona Oeste, parte dos contratos foram celebrados na condição em que o enfiteuta era obrigado a pagar ao senhorio, uma pensão ou foro anual em numerário ou espécie, permitindo o domínio útil perpétuo do imóvel. Este tipo de contrato, mais uma vez vem propiciar um melhor aproveitamento da terra, dando aos arrendatários um período longo para a sua exploração, motivando os agricultores a radicarem-se na região, tendo como perspetiva a longo prazo a posse da terra.

Alguns anos mais tarde, ou seja, em 1936 foi criada pelo Estado Novo a Junta de Colonização Interna⁴ (JCI), tinha com objetivo levar por diante uma política de fixação da população rural à terra, criando para o efeito, incentivos que viabilizassem a pequena agricultura familiar. Foi neste contexto que foi projetada a Colónia Agrícola de Pegões, os seus estudos ficaram concluídos em 1942, dez anos depois eram instalados oficialmente os primeiros colonos. Este projeto foi o único realizado a sul do rio Tejo, também com a particularidade de ser o único implantado em terrenos que pertenciam ao Estado, o que veio a favorecer um grande envolvimento de meios técnicos e humanos.

A instalação do projeto Colonato Agrícola de Pegões, foi executado em terrenos que outrora haviam pertencido à Herdade de Pegões, de José Rovisco Pais (1860-1932), que este deixara em testamento aos Hospitais Cívicos de Lisboa, que por sua vez, os cederam por permuta, à Fazenda Nacional. O Estado ficou, assim, com um conjunto de terras com uma área de 4767,5 hectares, para concretizar com êxito um programa de desenvolvimento agrícola, tendo como base, a pequena propriedade de estrutura familiar (Pereira et al, 2009).

⁴ A Junta de Colonização Interna era um organismo com personalidade jurídica, de funcionamento e administração autónomos. Foi criada em 1936, incumbia-lhe a execução dos planos de colonização interna. Pelo Decreto-Lei nº 27:207, de 16 de Novembro de 1936, a Junta de Colonização Interna tinha, nomeadamente as seguintes competências: tomar conta dos terrenos que lhe foram entregues pela Junta Autónoma das Obras Hidráulica Agrícola, instalando nesses casais agrícolas; promover a constituição de associações e regantes e a instalação de Postos Agrários; efetuar o reconhecimento e estabelecer reserva dos terrenos baldios do Estado; proceder à aquisição de terrenos para colonização; estudar o regime jurídico a que devia obedecer a concessão de glebas (Torre do Tombo).

O projeto aplicado na Herdade de Pegões teve como protagonistas nos primeiros estudos os engenheiros agrónomos Mário Pereira e Henrique de Barros e datam de 1937 e 1938. A Herdade de Pegões, que contava com uma área de 4700 hectares, foi dividida em três núcleos populacionais, Faias, Figueiras e Pegões Velhos – este território do concelho de Montijo passou em 1957 a freguesia com o nome de Santo Isidro de Pegões. A atribuição de áreas cultiváveis variava segundo os núcleos: 15 hectares nas Faias, 18 nas Figueiras e 20 em Pegões Velhos. A atribuição destas áreas por cada casal, contemplava quatro tipos de utilização do terreno, assim distribuídos: 11 hectares de sequeiro destinado ao cultivo de cereais; quatro de vinha; um de regadio para laranjal, forragens, batatas e hortícolas; dois de pinhal. É importante realçar aqui alguns dos requisitos para o recrutamento elaborado em 1938 e registados num parecer da Câmara Corporativa, que confirmava as propostas da JCI, onde constava que o candidato devia ser português, menor de 45 anos, robusto e saudável, sério, ter amor ao trabalho e à família, não ser alcoólico, nem desordeiro, nem comunista e acatar a Constituição e a ordem social (Pereira et al, 2009).

A juntar aos requisitos referidos anteriormente, a entrega de terras também privilegiava os casais de menores recursos económicos. Impunha ainda uma regra, que era o casamento, isto porque, grande parte dos casais camponeses não era casada e, portanto, tinham de se sujeitar a aceitar o ritual civil e religioso como condição de permanência no colonato. O agregado familiar como unidade estruturante, era de facto, os pilares em que assentava a ideia base económica e ideológica do projeto. Os candidatos que vieram a ocupar esta parte do território, eram oriundos de várias regiões do país, onde o desemprego rural na época era uma realidade e a perspectiva de ter uma casa e terreno próprio era uma atração natural. Estes colonos vieram do Alentejo, das Beiras, do Ribatejo, da Estremadura, do Minho e do Algarve (Pereira et al, 2009).

De acordo com a descrição do Sr. Luís Dias filho de colono oriundo de Nisa, a cada colono agricultor, era também atribuída uma casa de habitação, com cozinha que servia de sala comum e três quartos, com uma área coberta de 63 m². A juntar à casa de habitação, existia ainda um estábulo para os animais com capacidade para quatro cabeças de gado, uma pocilga também para quatro animais, uma nitreira descoberta nas traseiras da casa com 45 m², um sótão para palha, um silo com 14 m³ para cereais, uma capoeira e uma coelheira. No anexo II - Fotos nº 8, 9 e 10 podemos observar os três modelos de casas referentes aos três núcleos existentes no colonato, na foto nº 11 a nitreira descoberta ainda existente.

O colonato beneficiava ainda de sistemas de captação de águas subterrâneas e de superfície, cerca de 33 km de rede de rega para 240 hectares de regadio, duas barragens e vários furos artesianos. A Junta de Colonização Interna atribuía ainda uma vaca, uma vitela, uma égua, uma carroça com alfaías e um empréstimo de seis mil escudos. Estas facilidades, levaram a que a partir de 1947 se iniciasse o funcionamento da colónia, mas só em 1952, cinco após o início das obras de transformação da herdade, 206 colonos e respetivas famílias ali se fixassem oficialmente. Os colonos selecionados tinham um período (entre 3 e 5 anos) de experiência, considerado de fluência provisória, onde eram avaliados pela JCI da sua aptidão para passarem ao regime de fluência definitiva. Este projeto de fixação de colonos foi semelhante ao modelo alemão de Richard Walther Darré⁵ para a colonização de baldios e terrenos públicos. Estas frações de terrenos, após a revolução de Abril, com a consequente extinção da Junta de Colonização Interna, deram início à regularização da posse da terra, até então Património do Estado, que se veio a verificar em finais da década de 1980 (Pereira et al, 2009).

Foi nos finais da Primeira República, que os governos fizeram várias tentativas publicando legislação, no sentido de acabar com as terras incultas na posse de particulares, ameaçando mesmo com a expropriação dos terrenos e obrigando a declarar essas áreas à Junta de Fomento Agrícola, organismo responsável pela orientação do cultivo de terras abandonadas. Rovisco Pais conhecedor da legislação de então, decretos nº 9:844⁶ e nº 10:553⁷, respetivamente de 20 de Junho de 1924 e de 16 de Fevereiro de 1925, já tinha dividido em 119 explorações agrícolas com o tamanho mínimo de 1,5 hectares e máximo de 134,5 as herdades da Passarinhas, Aroeira e Trapo, que eram contíguas à Herdade de Pegões. Dos 2200 hectares destas três herdades, cerca de 700 hectares foram vendidos a 59 particulares e cerca de 1300 entregues a 53 foreiros, restando cerca de 167 hectares que vieram a ser juntos aos 4600 hectares da Herdade de Pegões e deixados em testamento aos Hospitais Civis de Lisboa.

⁵ Richard Walther Oscar Darré exerceu o cargo de Ministro da Alimentação e Agricultura do Reich entre 1932 e 1942, foi um dos principais ideólogos da doutrina *Blue und Boden* (Sangue e Solo). Foi responsável pelo desenvolvimento da agricultura alemã e um grande defensor do campesinato (https://pt.wikipedia.org/wiki/Richard_Walter_Darr%C3%A9)

⁶ Decreto nº 9:844 Artigo 2º Os terrenos incultos e de charneca inscritos sem valor na matriz predial ou omissos na mesma e que permaneçam no estado de incultura transitarão no próximo ano agrícola, conforme § único do artigo 6º do citado decreto nº 6:961, para aposse e administração da Junta do Fomento Agrícola, sem direito a indemnização alguma (...).

⁷ Decreto nº 10:553 Artigo 1º À Junta do Fomento Agrícola incumbe promover e orientar o aproveitamento dos terrenos incultos e de charneca no mais curto espaço de tempo, servindo-se dos meios para que tem poder e capacidade jurídica, inclusive o de expropriação, nos termos do artigo 6º do decreto nº 6:691, de 23 de Setembro de 1920.

Uma das freguesias da zona Oeste do concelho de Montijo (Atalaia), na primeira metade do século XX, já fornecia mão-de-obra para várias tarefas da agricultura da região, como tinha sido previsto na temática do povoamento, nomeadamente para os trabalhos do cultivo do arroz. Na década de 50, na Atalaia, também se passou a formar ranchos para trabalhos de plantação e monda de arroz que iam e vinham numa camioneta do patrão. Um dos ranchos tinha como capataz o Sr. António Pedrullo, composto por cerca de trinta pessoas e o destino era a lezíria junto ao «Gado Bravo», por um período de doze semanas. Habitavam num barracão do gado, saindo este para entrar as pessoas, o espaço era dividido em dois com uma parede de fardos de palha, dum lado o rancho da Atalaia, do outro um rancho de «Ratinhos». As charruas puxadas por gado, faziam a preparação da lavra, deixando os cantos dos canteiros por arranjar dado a impossibilidade de manobra dos animais, assim estes espaços tinham de ser preparados com as enxadas pelo rancho de trabalhadores, isto porque o alisamento dos canteiros era importante antes da entrada da água. Após a entrada da água, procedia-se à operação chamada de rebaixar / alisar, só depois se iniciava a plantação do arroz que vinha dos viveiros, utilizando uma técnica denominada como pé-de-galinha. O trabalho era muito duro e a água dos canteiros era fria, o que por vezes à entrada para disfarçar eram entoados cânticos.

Alguns dos trabalhos no cultivo do arroz na herdade de Rio Frio, na primeira metade do século XX, eram realizados por rapazes, recrutados em vários sítios, onde se incluía a zona da Atalaia. No anexo II - foto nº 12, podemos ver a serem servidas aos ranchos as refeições a chamada «caldeira aberta». O Sr. José da Rosa era um dos capatazes, que por vezes só levava rapazes com idades entre os 11 e os 15 anos, para o trabalho de carregar os molhos de arroz das lavras para os muros. Estes molhos eram depois carregados em carroças e carretas e transportados para a «Eira da Lavadinha» onde se procedia à debulha do arroz. O tratamento destes rapazes era muito duro e com castigos, por parte do capataz, dado que por vezes surgia brincadeiras entre eles o que era normal para a sua idade. O trajeto da Atalaia por Rilvas, Barroca ou Açudo do Buraco e o seu regresso era feito a pé numa distância no seu conjunto de cerca 8 quilómetros. A alimentação no trabalho destes ranchos era chamada de caldeira aberta.

Uma das atividades dos homens desta região durante o verão era as marinhas do sal que ocupavam muita gente nesta época do ano⁸. Este trabalho sazonal teve o seu auge na década de 50/60 do século passado e localizava-se no concelho de Alcochete junto ao estuário do Tejo, o horário era pegar às 8,00 horas e largar às 17,00 horas. Os trabalhadores da região normalmente trabalhavam em três marinhas: a «Marinha Nova», «Marinha da Atalaia» e a «Marinha de Vaza-Sacos».

2.1.3 – Política Agrícola Comum

Com o final da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), tornou-se necessário procurar uma forma de integração europeia, para que a debilidade da Europa fosse ultrapassada e que se recuperasse a hegemonia deste continente no mundo, isto também para evitar o retorno de novos confrontos entre estados europeus. O primeiro passo para ultrapassar o drama em que a Europa vivia, foi dado por Winston Churchill em Setembro de 1946, num discurso na Universidade de Zurique. No dia 25 de Março de 1957, foi finalmente assinado em Roma o tratado que fundava a Comunidade Económica Europeia (CEE), com entrada em vigor em Janeiro de 1958. Este tratado abrangia também a agricultura e o comércio de produtos agrícolas⁹ (Artigo 39º). Tinha como objetivo assegurar o nível de vida equitativo da população agrícola, o rendimento individual dos que trabalham a terra e garantia a segurança dos abastecimentos dentro de preços razoáveis aos consumidores. Embora o Tratado de Roma tenha entrado em vigor no ano de 1958, as primeiras medidas tomadas no âmbito da PAC só surgem no ano de 1962.

Eliminados os obstáculos de circulação intracomunitários dos produtos agrícolas, são no entanto mantidos barreiras aduaneiras face a países terceiros. Os instrumentos de controlo eram acompanhados com os apoios à agricultura suportados pelo orçamento comunitário,

⁸As marinhas de sal da região para onde normalmente se deslocavam para trabalhar, eram as seguintes: Marinha Nova; Marinha da Atalaia; Marinha da Tarouca; Marinha da Bela Vista; Marinha da Fome; Marinha de Vaza Sacos; Marinha Velha; Marinha da Conceição Pequena; Marinha da Terra. Estas marinhas, davam trabalho aos caramelos, mas a principal mão-de-obra desta atividade era oriunda da Vila de Alcochete, aliás o concelho onde estavam situadas (Elisiário Pereira, Abril 2013).

⁹ Artigo 39º do tratado: 1. A política agrícola comum tem como objetivos: a) Incrementar a produtividade da agricultura, fomentado o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização ótima dos fatores de produção, designadamente da mão-de-obra; b) Assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura; c) Estabilizar os mercados; d) Garantir a segurança dos abastecimentos; e) Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores. 2. Na elaboração da política agrícola comum e dos métodos especiais que ela possa implicar, tomar-se-á em consideração: a) A natureza particular da atividade agrícola decorrente da estrutura social da agricultura e das disparidades estruturais e naturais entre as diversas regiões agrícolas; b) A necessidade de efetuar gradualmente as adaptações adequadas; c) O facto de a agricultura constituir, nos Estados-membros, um sector intimamente ligado ao conjunto da economia (Tratado de Roma).

financiados através do fundo criado para o efeito em 1962, Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA). Este fundo estava dividido em duas seções:

- **FEOGA – Garantia**, vocacionado para promover o desenvolvimento regional e reduzir, reduzindo as assimetrias regionais na Europa no tocante a preços e mercados.
- **FEOGA – Orientação**, que fazia parte dos fundos estruturais, para o desenvolvimento da agricultura e das áreas rurais, onde se incluía investimentos em novos equipamentos e tecnologias.

A segurança dos abastecimentos foi um objetivo rapidamente conseguido, originando até excedentes de produção, que vieram causar perturbações no seio da comunidade, tornou-se necessário fazer uma gestão mais rigorosa em alguns produtos agrícolas. Os excessos de produção estavam associados a despesas incontroláveis do orçamento comunitário, por outro lado, não estavam a ser eliminadas as assimetrias regionais e mantinha-se o baixo nível de vida dos agricultores. Estava a ser gasto demasiado dinheiro dos contribuintes, vindo do orçamento comunitário para produzir, depois era necessário mais apoios para retirar do mercado os produtos em excesso, armazená-los, exportá-los ou até destruí-los. As alterações para diminuir os gastos comunitários com o setor agrícola, ajustando-os às exigências dos mercados iniciaram em 1984, com a introdução de cotas leiteiras e com disposições de controlo sobre os mercados dos cereais e do vinho. A Comissão Europeia veio ainda em simultâneo propor o “Livro Verde”, onde era sublinhado a necessidade de adaptar a PAC às restrições económicas e à procura de melhor equilíbrio entre os mercados, não esquecendo o papel social e económico desempenhado pela agricultura.

A 17 de Outubro de 1978, inicia-se a abertura formal das negociações para a adesão de Portugal CEE. Numa das partes da candidatura de adesão, a comissão elaborou um relatório, onde era assinalado as principais insuficiências da agricultura portuguesa e a sua elevada dependência das importações de géneros alimentícios essenciais. Como resposta a estas especificidades a CEE respondeu com um conjunto de disposições transitórias no âmbito da agricultura, inseridas no programa de pré-adesão de Portugal estabelecido em 1981 (Comissão das Comunidades Europeias, 2003). A partir de um de Janeiro de 1986 Portugal é formalmente membro da CEE, passando então as políticas estruturais a serem aplicadas no nosso País. Com a adesão, Portugal passa a beneficiar de importantes apoios através dos Fundos Estruturais, no sentido de assegurar um desenvolvimento equilibrado, reduzindo assim, as assimetrias regionais.

A agricultura portuguesa aquando da adesão à CEE era definida como sendo de um grau baixo de desenvolvimento. Nos seus indicadores destacavam-se um elevado índice de envelhecimento dos agricultores e da população rural, um baixo grau de educação e de formação, assim como, um reduzido nível de investimento em infraestruturas e investigação agrícolas. O modesto nível de crescimento e de mudança tecnológica, criava problemas aos agricultores portugueses, que teriam de competir aos mesmos preços dos países desenvolvidos da CEE, que eram inferiores aos nacionais até aí praticados. A agricultura portuguesa por altura da adesão, representava cerca de 9 % do PIB e para o qual contribuía cerca de 22 % da população ativa. Ao reconhecer a especificidade da agricultura portuguesa, a comissão aplicou as políticas estruturais da CEE, beneficiando assim Portugal, de um período de transição de 10 anos (1986-1995), onde foram atribuídos ao setor agrícola 700 milhões de ecus, no âmbito do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP). Estes montantes destinavam-se à compensação devido à redução de preços, por pagamentos diretos e por regime de apoio aos preços relativamente favoráveis a Portugal como por exemplo, o rendimento de referência para os cereais era superior ao rendimento histórico. Portugal beneficiou na fase de transição, do financiamento das medidas relacionadas com as “zonas desfavorecidas”¹⁰, através do FEOGA. A finalidade desta diretiva comunitária, era, no fundo, assegurar a manutenção de determinadas densidades populacionais, através do apoio à agricultura, tornando as explorações viáveis do ponto de vista económico. Neste âmbito, aparecem um conjunto de medidas agroambientais, onde era fortalecido o papel da extensificação dos sistemas de produção e da manutenção de sistemas de pastagens em regime extensivo. A nova PAC, perspetivava a expansão florestal em terras agrícolas recentemente abandonadas ou em vias de abandono, com arborizações de qualidade e ambientalmente bem adaptadas (Comissão das Comunidades Europeias, 2003).

As alterações introduzidas à reforma da PAC em 1984 não tiveram resultados positivos na situação da agricultura na Europa, o que levou a Comissão a apresentar novas propostas em 1988. Entre as medidas preconizadas, destacavam-se a aplicação de uma rigorosa disciplina orçamental, o alargar a praticamente todas as áreas estabilizadores fiscais para reduzir o FEOGA – Garantia; duplicação dos fundos estruturais para o período 1988-1993 para compensar a redução do FEOGA-Garantia; introdução de medidas adicionais para

¹⁰ As Less Favoured Areas (LFAs), isto é as “áreas desfavorecidas” foram introduzidas na Comunidade Europeia em 1975, através da diretiva 75 / 268.

o sócio estrutural de ajuda para ajustes de oferta à demanda, reduzindo terras agrícolas ou da criação de animais.

Esta última medida destinava-se a compensar o impacto negativo sobre a estabilização do rendimento dos agricultores, sistema legal de terra arável “set-aside”¹¹ para incentivar o regime de cessação de atividade agrícola, atribuindo incentivos aos produtores que se comprometessem a reduzir o seu volume de produção (Parlamento Europeu, 2001).

As medidas, até então aplicadas não se revelaram suficientes, mantinham-se as pressões orçamentais relacionadas com os excedentes, as ambientais resultantes da intensificação das culturas e, as internacionais relacionadas com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Foi neste quadro que a Comissão veio a propor uma nova reforma da PAC em Maio de 1992, determinando uma importante mudança no sistema de apoio ao setor agrícola. No sentido de limitar a oferta, foram substituídos o sistema de ajudas ao rendimento através dos preços de garantia, por um sistema de ajudas diretas com aplicação logo nas primeiras campanhas de 1993-1994, aos setores das culturas arvenses, da carne de bovino, ovino e caprino e ao setor dos laticínios e do tabaco, posteriormente ao setor das forragens secas, do algodão e do açúcar e, em junho de 1996, ao setor das frutas e produtos hortícolas. A aplicação desta reforma produziu resultados positivos no setor dos cereais, uma vez que permitiu orientar a produção, incentivar o consumo e reduzir as existências públicas, que passaram de 32 milhões de toneladas em 1992-1993 para 12,9 milhões em 1998. A descida dos preços dos cereais levou o regressar dos agricultores à utilização em força do trigo e do milho na alimentação animal. No sentido de evitar uma subida excessiva dos preços e proteger o consumo interno, a Comissão foi obrigada a suspender temporariamente as exportações de cereais. No caso das oleaginosas, os resultados foram melhores, uma vez que a comissão considerou as reduções dos preços registados, foram amplamente compensadas pelas ajudas diretas concedidas por hectare (Parlamento Europeu, 2001).

Apesar de Portugal ter beneficiado de um período de transição e de um conjunto de apoios entre 1986-1995, a produção agrícola diminuiu, em termos reais de 3,1 % por ano. Entre 1995-2001 o ritmo de declínio da produção agrícola portuguesa baixou par 1,6 % por ano, valor ligeiramente inferior à média da União Europeia (2,2 % por ano). No entanto, a contribuição da agricultura portuguesa para a produção agrícola total da União aumentou

¹¹ Retirada de terras, era um esquema introduzido pela Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1988 (Regulamento CEE 1272/88, a (i) ajudar a reduzir os excedentes importantes e dispendiosos produzidos na Europa sob o sistema de preços garantidos de a Política Agrícola Comum (PAC) e (ii) para entregar alguns benefícios ambientais seguindo danos consideráveis para os ecossistemas agrícolas e animais selvagens, como resultado da intensificação da agricultura.

ligeiramente, de 2,0 % para 2,2 % em 2001. Com uma economia nacional em crescimento, o peso da agricultura portuguesa no PIB diminuiu cerca de 5,1 %, em 1990, para 2,8 %, em 2001 (Comissão das Comunidades Europeias, 2003).

Numa perspetiva de novas adesões à União Europeia (EU) dos países da Europa Central e Oriental e pela revisão dos acordos comerciais multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999 veio a impor-se uma nova orientação da PAC designada de “Agenda 2000”. A orientação política, para o modelo agrícola ia no sentido do mercado e, assentava em três funções fundamentais da agricultura: a função económica, que estava ligada ao papel tradicional de produção desempenhado pelo setor agrícola, produção de alimentos para os consumidores e matérias-primas para a indústria, contribuindo assim, para o crescimento económico, para o emprego e para a balança comercial; a função de ordenamento do território, baseada na diversificação da agricultura, ou seja, completada por outras atividades da indústria, comerciais ou turísticas; a função ambiental, onde era notória a primazia dada ao papel de conservação dos espaços, da proteção da biodiversidade e da defesa da paisagem, onde era incentivado as práticas agrícolas compatíveis com o ambiente (Parlamento Europeu, 2001).

No Regulamento (CE) nº 1257/1999 foram estabelecidos os princípios de uma nova política de desenvolvimento rural sustentável. O apoio aos investimentos nas explorações agrícolas, no sentido de contribuir para uma melhoria dos rendimentos agrícolas e das condições de vida, de trabalho e de produção. Os objetivos destes investimentos, eram a redução dos custos de produção, a melhoria da qualidade, a preservação e melhoria do ambiente natural, a melhoria das condições de higiene e normas relativas ao bem-estar dos animais e por último a promoção da diversificação das atividades nas explorações. Neste regulamento, eram ainda contemplado um conjunto de ajudas para a instalação de novos agricultores, assim como, apoio para a reforma antecipada na agricultura, no sentido de proporcionar um rendimento aos agricultores idosos que decidissem abandonar as atividades agrícolas, ou que as suas terras fossem reafectadas para utilizações não agrícolas. A melhoria da transformação e comercialização dos produtos agrícolas, também foi contemplado neste regulamento, isto para que os investimentos, pudessem contribuir para um aumento da sua competitividade e valor acrescentado dos referidos produtos.

Por decisão da Comissão Europeia, foi aprovado em 4 de Dezembro de 2007 através da decisão C (2007) 6159, um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural, com o nome de Programa de Desenvolvimento Rural «PRODER».

Este programa era cofinanciado pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, cujos objetivos se centravam em aumentar a competitividade dos setores agrícolas e florestais, promover a sustentabilidade dos espaços rurais e revitalizar económica e socialmente as zonas rurais. O PRODER em Portugal foi referenciado para o período de 2007-2013 e está agora na sua reta final, segundo a sua gestora Gabriela Ventura, tem mais de 34 mil projetos em marcha, o que representa mais de €7 mil milhões injetados no setor e na economia portuguesa, entre fundos comunitários e investimento privado.

Após um conjunto de negociações, foram aprovados pela assembleia em 19 de Novembro de 2013 os textos finais do regulamento relativo ao novo quadro financeiro plurianual 2014 – 2020 «Resoluções P7_ TA (2013) 455 e 456». Os grandes objetivos deste novo quadro, são de garantir a segurança alimentar para todos os cidadãos, contribuir para dar uma resposta à procura mundial de produtos alimentares, produzir de forma sustentável alimentos de qualidade, preservando os recursos naturais e assegurando a viabilidade dos territórios rurais.

2.1.4 – Desenvolvimento Rural

Segundo o Relatório Brundtland apresentado em 1987, também conhecido como *O Nosso Futuro Comum*, é possível “conciliar as atividades humanas com as leis da natureza e daí tirar benefícios”, é um princípio que se mantém atual, e que devemos ter presente para poder perspetivar uma nova era de crescimento económico, baseado em políticas que alimentem e desenvolvam na base dos recursos naturais. É, na sequência destes princípios orientadores que é introduzido o conceito de desenvolvimento sustentável – assegurar a satisfação das necessidades presentes, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras poderem satisfazer as suas. Não podemos deixar de ter presente, que da dicotomia homem-meio ambiente, não existe apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade, mas há também um limite máximo para a utilização dos recursos naturais, de modo a que estes sejam preservados.

O conceito de desenvolvimento, como uma noção qualitativa/quantitativa que exprime o nível de bem-estar de uma população e da sociedade, usa como referência os indicadores sociais, culturais, políticos e económicos. Segundo Helen Clark, administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o sucesso de um país ou o bem-estar de um indivíduo não podem se apenas avaliados somente pelo dinheiro. Embora os recursos sejam obviamente importantes, é também necessário avaliar as pessoas segundo a longevidade das suas vidas saudáveis, as oportunidades para receberem educação e se têm a

liberdade para utilizar os seus conhecimentos e talentos para moldarem os seus próprios destinos.

É nesta linha que se enquadra o pensamento de Amartya Sen, quando este afirma no seu livro *O Desenvolvimento como Liberdade*, onde procura fazer uma tentativa de conceber o desenvolvimento como um processo ligado à expansão das liberdades reais de que as pessoas gozam.

“Liberdades concretas incluem potencialidades elementares, como o poder evitar privações tais como a fome, a subnutrição, as enfermidades evitáveis e a mortalidade precoce, bem como as liberdades associadas à literacia, e ao acesso à participação política, à liberdade de expressão, etc. Nesta perspetiva constitutiva, o desenvolvimento inclui o alargamento destas e de outras liberdades básicas. Assim considerando, o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades humanas e a apreciação de desenvolvimento tem de ser enformada por tal consideração” (Sen, 2003; p 50).

O desenvolvimento rural, que se pretende venha a ser uma realidade no concelho de Montijo, originando de novo uma utilização do seu espaço agrícola, numa perspetiva sustentável e onde seja assegurado um rendimento justo aos agricultores. O processo de desenvolvimento deste território, passa por um conjunto de ações, mecanismos, estratégias e políticas endógenas, que devem ser desencadeadas pelos atores locais em interação com as demais escalas de poder e gestão.

O desenvolvimento territorial produz-se a partir do momento em que os atores, formando uma comunidade/sociedade, se reconhecem como tal e têm como referência primeira o seu território. Ao projetarem as suas ações a partir das relações de poder, desenvolvem as suas potencialidades ambientais, humanas e económicas, tornando-se assim, como atores mais ativos na intervenção sobre o seu território. A escala local, é por excelência, uma esfera normal privilegiada para os processos de desenvolvimento, pois é nela que os indivíduos mais interagem, cooperam, tocam informações e estabelecem mecanismos de controlo e coesão. Esta interação registada, está próxima do que alguns autores denominam de teoria das redes, quando se estabelece redes ou interação entre escalas, socialmente construídas, os resultados são de iniciativas coletivas que resultam em experiências de desenvolvimento territorial local/ regional (Schneider & Gazolla, 2011).

O ambiente económico está cada vez mais sujeito a constantes mudanças, exigindo dos diversos agentes económicos envolvidos uma capacidade crescente de adaptação ao desenrolar dos acontecimentos, tornando, no que à partida pode ser uma ameaça, em oportunidades rentáveis. É nesta perspetiva que tem de haver um sistema de coordenação

capaz de transmitir informações, estímulos e controles ao longo de toda a cadeia produtiva, criando as estratégias necessárias ao sistema, mesmo sabendo que no âmbito da agricultura familiar se torna difícil de implementar.

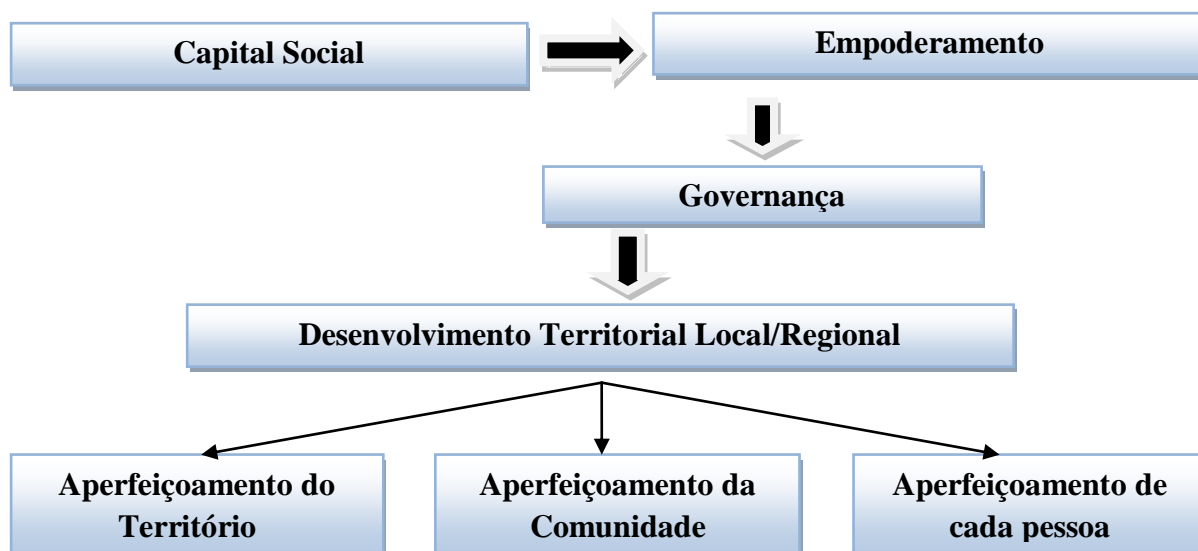
É no quadro de uma política inovadora em matéria de desenvolvimento rural que a PAC não se limitou ao reforço da competitividade do setor agrícola, promoveu também o aparecimento de novas atividades e fontes de criação de emprego. Foi neste quadro que surgiram as Iniciativas Comunitárias Leader I (1991-1994) e Leader II (1994-1999) vieram assumir igualmente uma função de experimentação na matéria, tornando possível a definição e aplicação de abordagens territoriais inovadoras, integradas e participantes. Dados os resultados positivos obtidos com estes dois programas, a Comissão decidiu aprofundar as orientações para o período (2000-2006), inscrevendo um novo Leader+. Este novo programa visava incentivar e apoiar os agentes rurais a refletir sobre os respetivos territórios no sentido de aplicarem estratégias originais de desenvolvimento sustentável, arranjando novas formas de valorização do património natural e cultural, contribuindo assim, para a criação de postos de trabalho e melhoria da capacidade organizacional das comunidades rurais (Barros, 2003).

Utilizando as estruturas de governança, permite-nos o aperfeiçoamento do território, da sociedade que o habita e de cada pessoa que pertence a esse mesmo território. É dentro desta dinâmica de governança que se abre a possibilidade da construção de alternativas mais viáveis e sustentáveis que visam garantir a reprodução material enquanto produtores rurais, a preservação e manutenção das relações de sociabilidade e a coesão social em escalas locais/regionais. No concelho de Montijo predomina as pequenas explorações agrícolas, logo estamos em parte confrontados com agricultura familiar, no entanto, o poder pode ser exercido de forma coletiva, embora este se constitua a partir do individual. Os laços de confiança e reciprocidade, cooperação e solidariedade, estabelecidos entre atores que compartilham uma história, normas, valores, objetivos, obrigações, bem como canais de informação, podemos denominar de capital social, que é um elemento fundamental para que seja possível o empoderar grupos de atores (Schneider & Gazolla, 2011).

A modernização da base tecnológica da agricultura veio influenciar as formas de trabalho e as relações sociais no meio rural e os seus efeitos tiveram repercussões nas economias locais e nas dinâmicas territoriais. Estas transformações tecnológicas decorrentes da chamada Revolução Verde tiveram impactos sobre a reordenação dos recursos produtivos, nomeadamente na terra e na força do trabalho, com repercussões sobre a produção e produtividade dos cultivos, alterando também as relações sociais do meio rural através do

desenvolvimento da produção para os mercados. Estava criado o entendimento de que modernizar a agricultura tradicional, significava integrá-la no mercado por via do aumento da comercialização, a montante sementes e fertilizantes e, a jusante a ampliação dos chamados cultivos comerciais.

O quadro nº 4 demonstra a relevância do capital social para o empoderamento dos atores locais/regionais, levando à governança e criando condições para os processos de desenvolvimento territorial/local/regional. Este desenvolvimento acaba por promover o aperfeiçoamento do território, da comunidade e individualmente de cada um dos seus atores sociais (Schneider & Gazolla, 2011).



Quadro nº 4: Contribuição do capital social no desenvolvimento local/regional
 Fonte: Construção própria a partir de dados (Schneider & Gazolla, 2011).

A política de desenvolvimento rural tem de abranger todos os aspetos relacionados com o mundo rural, onde os projetos orientadores e os programas de desenvolvimento devem ser concebidos a partir das realidades locais. É a partir destes princípios que se conseguem a eficácia na aplicação das políticas, tendo como base as parcerias e a repartição de responsabilidades, tanto a nível da tomada de decisão como relativamente à implementação e gestão, este modelo será tanto mais eficiente quanto maior for a envolvimento dos agentes locais. Ao nível económico em geral, é de esperar que os investimentos exógenos nas regiões rurais serão cada vez mais raros e seletivos, logo as economias deverão assentar na valorização do potencial de desenvolvimento endógeno. Assim, torna-se necessário definir políticas e conceber instrumentos visando disponibilizar infraestruturas, condições e recursos adequados ao desenvolvimento económico e social, no sentido de garantir a existência de um setor agrícola viável e dinâmico, não esquecendo a implementação e consolidação de atividades não agrícolas e a salvaguarda dos recursos naturais e ambientais (Barros, 2003).

A agricultura tem vindo a sofrer nas últimas décadas um conjunto de grandes transformações, verifica-se a existência de menos explorações, menos pessoas ligadas ao amanho da terra, mais tecnologia, mais capacidade de gestão, mais escala e consequentemente o aumento da produtividade. É certo que estamos na presença de uma nova agricultura, com a imposição inevitável de uma nova forma de estar e de atuar dos agricultores, quer estes desempenhem a sua atividade individualmente ou em organizações/ associações.

2.1.5 – Abandono das Práticas Produtivas

Segundo Teresa Correia & E. Sorensen¹², quando um determinado espaço é marginalizado, é o resultado da interação de vários fatores ao longo do tempo, ou seja, trata-se de um conceito dinâmico, dotado de um contexto espacial e temporal, dependendo do aproveitamento que o Homem pode fazer do espaço, das condições de mercado, dos meios técnicos e da disponibilidade de mão-de-obra (Nunes, 2008).

A agricultura desempenha um papel central nas interdependências que se estabelecem entre as sociedades e o meio ambiente, esta relação estabelecida de ocupação de espaço, sofre alterações ao longo do tempo, ou seja, assume formas diferentes no espaço e no tempo. Estas alterações, são em parte consequência da pressão demográfica do planeta, isto porque, a agricultura é o meio pela qual se procura dar satisfação a uma boa parte das necessidades humanas. Na abordagem já feita à PAC, foi constatado a existência de excedentes agrícolas na Europa, com a resolução do problema alimentar, levantam-se outras questões não menos importantes, como a poluição, urbanização e a biodiversidade.

Recuando ao século XIV? A Lei das Sesmarias foi mais uma tentativa do rei D. Fernando para obrigar os filhos dos lavradores a servir a lavoura. Este diploma tinha ainda como objetivo estimular o cultivo de cereais, a fim de colmatar a falta que na época se fazia sentir, isto porque, muitos dos trabalhadores tinham trocado os campos por outras atividades menos duras e mais lucrativas. Esta lei vinha obrigar a que todos os solos com aptidões para o cultivo de cereais, fossem aproveitados pelos seus donos ou por outrem. O historiador admite que, para além de todos estes objetivos, a lei era um pouco duvidosa, isto porque, impunha o trabalho obrigatório, a fixação de salários, a proibição da pecuária e a fixação de rendas a pagar pelos cultivadores de prédio alheio. Toda esta formulação, tinha no fundo, como

¹² Correia, T. P. & Sorensen, E. M. (1995). Marginalisation and Marginal land: processes of change in the countryside. Skriftserie, Working paper, 152. In Nunes, A. (2008). *Abandono do Espaço Agrícola na “Beira Transmontana”*. Porto: Campo das Letras – Editores, S. A.

objetivo auxiliar a nobreza arruinada, isto porque, normalmente as rendas eram pagas em cereais e estes não tinham preços tabelados, com a vantagem da sua exportação ser livre (Saraiva, 1983).

A agricultura portuguesa após a década de setenta sofreu profundas alterações, nomeadamente, nos modos de uso da terra, isto porque, se verificou uma “profunda debandada” que varreu os nossos campos. Podem ser apontadas como causas, as alterações das condições económicas de muitos que se dedicavam à agricultura. A regressão populacional, o envelhecimento e a desarticulação social são de particular interesse, para o fenómeno, uma vez que originou novas dinâmicas de mudança no território português (Baptista, 1996).

2.1.6 – Viabilidade das Explorações Agrícolas

A palavra viabilidade significa o determinar se um negócio é realizável «viável» ou não, ou seja, se o que se produz para vender é suficiente para suportar as despesas e retirar um rendimento compatível com o trabalho realizado. O abandono do espaço agrícola, surge como resultado final de um processo de marginalização, em consequência de uma combinação de múltiplos fatores, que levaram as explorações a não ter viabilidade estrutural, social e económica. A problemática do abandono do espaço agrícola no concelho de Montijo, onde o caráter estrutural é uma realidade, dado a existência de 2952 parcelas de terreno de pequena dimensão, ou seja, inferiores a cinco hectares.

Ao analisarmos o número de explorações agrícolas e a classe de superfície agrícola utilizada (SAU), podemos constatar que no concelho de Montijo passou da existência de 1709 explorações em 1989 para 681 em 2009, ou seja, uma redução de 60,2%. Os valores nacionais são inferiores, apontam para uma redução de 49,0%. Segundo dados do INE, a redução do número de explorações agrícolas é transversal a todas as regiões do país, no entanto, o concelho de Montijo que integra o Ribatejo e Oeste, apresenta valores mais acentuados de abandono da atividade agrícola. No quadro nº 5, podemos ainda verificar que no concelho de Montijo e no país, foram as pequenas explorações as que mais cessaram atividade, no caso das com menos de 1 hectare a redução entre 1989 e 2009 no Montijo foi de 89,1%. Em contrapartida o número de explorações superiores a 20 hectares de SAU no concelho, sofreram mesmo um ligeiro aumento. A maior redução de explorações agrícolas no concelho de Montijo, verifica-se nas classes inferiores a cinco hectares, ou seja, passou de 1234 para 383 explorações. Como já foi referido, os abandonos da SAU, é transversal a todo o país no tocante às pequenas explorações, mas é mais acentuado no Canto do País (Beira Litoral, Beira

Interior e Ribatejo e Oeste) e no Algarve. Segundo o INE, estão na base deste abandono das terras agrícolas, uma combinação de fatores sociais, económicos, políticos e ambientais, embora com motivações diferentes em cada uma das regiões.

Classes de superfície agrícola utilizada	Explorações Agrícolas (Nº) por localização geográfica (NUTS-2002), Classes de superfície agrícola utilizada; Decenal					
	Período de referência dos dados					
	2009		1999		1989	
	Localização geográfica (NUTS – 2002)					
	Portugal	Montijo	Portugal	Montijo	Portugal	Montijo
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Total	305266	681	415969	1208	598742	1709
0 - <1 Ha	64627	56	108445	239	178930	516
1 - <5 Ha	164899	327	215987	559	309145	718
5 – <20 Ha	52146	204	65187	280	83511	362
20 - <50 Ha	11735	46	13088	67	13596	41
> = 50 Ha	10460	45	9905	41	9236	27
Residual (sem SAU)	1339	3	3357	22	4324	45

Quadro nº 5 – Numero de explorações agrícolas por localização geográfica (NUTS-2002), Classes de superfície agrícola utilizada

Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009, construção própria a partir de dados extraídos em 23 de Junho de 2013 (15:52:45) <http://www.ine.pt>

A falta de viabilidade económica da agricultura é sem dúvida um forte motivo para o abandono das terras agrícolas, no caso do concelho de Montijo, com uma localização geográfica privilegiada, que provoca uma valorização das terras por via da pressão urbanística. Um outro aspeto não menos importante é uma emigração seletiva da zona rural, que vem provocando um desequilíbrio na composição da população, em termos de idade e sexo, contribuindo para o envelhecimento dos produtores agrícolas.

As culturas tradicionais praticadas na região, nomeadamente nestas pequenas parcelas de terrenos, utilizavam alguns processos de cultivo muito rudimentares, onde a mão-de-obra tinha um peso muito grande nos resultados das explorações. Estes processos acabaram por condicionar a utilização da terra, dados os preços praticados por explorações de maior dimensão, onde a mecanização passou a ser uma realidade.

2.2 – Modelo de Análise

O trabalho exploratório permitiu adquirir conhecimento baseado no pensamento de vários autores que trabalharam as áreas da agricultura e do abandono das explorações, o que possibilitou a condução de um trabalho sistemático de recolha e análise dados de observação. A conceptualização é uma das dimensões principais da construção do modelo de análise, partindo da pergunta central da investigação “O porquê do abandono da atividade agrícola em algumas explorações?”, tivemos assim de proceder à construção do conceito de «abandono».

O conceito de abandono de terras (*land abandonment* na literatura anglo-saxónica, *abandonnement de terres* na francesa, ou *abandono de tierras* na bibliografia castelhana), não é uma tarefa fácil de definição, isto porque se trata de um sistema complexo de caráter dinâmico. Numa interpretação simplista Jacques Baudry considera que o abandono ocorre quando as “*terras deixam de ser utilizadas pela agricultura ou por outra qualquer atividade económica rural*”. Segundo J. Baudry & R. Bunce¹³, nestas circunstâncias, não só ocorre a interrupção das atividades agrárias, como se verifica uma deserção física, ou seja, o Homem deixa de estar presente e de desempenhar um papel ativo na paisagem. No entanto, num sentido mais amplo, as terras podem dar uma ideia de abandonadas onde predominam sistemas extensivos, mas temos de ter em atenção, que nestes casos, os solos podem ficar em pousio vários anos consecutivos sem que o abandono seja considerado (Nunes, 2008).

Numa maneira geral, o abandono da terra tem sido definido operacionalmente como um processo através do qual a sua gestão tem um objetivo específico de produção que é interrompido, sem ser avaliado exatamente o que se passa com a terra na sua nova função. Este conceito de considerar o abandono da terra como um estado e não como um processo, significa que a sua gestão deixa de ser ativa para ser passiva, ou seja a atividade agrícola pode ser totalmente abandonada mas a terra não, dado que passa a ter outras utilizações como a floresta ou usos urbanos (Correia et al., 2006).

A construção do conceito de abandono, teve como objetivo dar conta do real, ou seja, exprimir o ponto de vista do investigador, tendo em conta as várias dimensões e os seus indicadores. No quadro nº 6 pode-se observar quatro dimensões do conceito de abandono de terras e os seus correspondentes indicadores.

¹³ Baudry, J. and Bunce, R. G. .H. (1991) (Eds.), Land abandonment and its role in conservation, CIHEAM, Options Méditerranéennes, série A, 75: 13-1 9. In Nunes, A. (2008). *Abandono do Espaço Agrícola na “Beira Transmontana”*. Porto: Campo das Letras – Editores, S. A.

ABANDONO	DIMENSÕES	INDICADORES
	Terras que deixam de ser utilizadas pela agricultura ou por outra atividade económica rural	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorre a interrupção das atividades agrárias • Verifica-se uma deserção física • O Homem deixa de estar presente • O Homem não desempenha um papel ativo na paisagem
	Terras onde predominam os sistemas extensivos, dando ideia de abandonadas	<ul style="list-style-type: none"> • Os solos podem ficar em pousio vários anos • Não são consideradas terras abandonadas
	Terra em que a sua gestão tem como objetivo específico a produção e que é interrompido, sem ser avaliado o que se passa com a terra na sua nova função	<ul style="list-style-type: none"> • É considerado o abandono como um estado e não como um processo • A gestão deixa de ser ativa para ser passiva • A atividade agrícola pode ser abandonada mas a terra não • A terra passa a ter outras utilizações
	A atividade agrícola das parcelas ser totalmente abandonada mas a terra não o ser	<ul style="list-style-type: none"> • Terra ocupada com floresta • Terra com usos urbanos

Quadro nº 6 – Quadro com quatro dimensões e alguns indicadores sobre o abandono.

Fonte: Construção própria, utilizando o modelo do conceito operatório isolado (Quivy & Campenhoudt, 2008)

O trabalho de investigação está baseado no conceito de abandono indicado na primeira dimensão “*terras deixam de ser utilizadas pela agricultura ou por outra qualquer atividade económica rural*”. No quadro nº 7, podemos observar algumas das hipóteses que se apresentavam como uma resposta às causas do abandono das explorações agrícolas.

O abandono das explorações agrícolas, num contexto em que se torna necessário a adaptação dos diversos setores de produção às necessidades do mercado, onde por um lado temos um fator de superprodução com excedentes de bens e, por outro, um fator crescente preocupação ambiental. Foram estes dois fatores que motivaram alterações na PAC (Regulamento 2078 / 92), com a fomentação de um conjunto de medidas no sentido de intensionalmente retirar terras do sistema de produção.

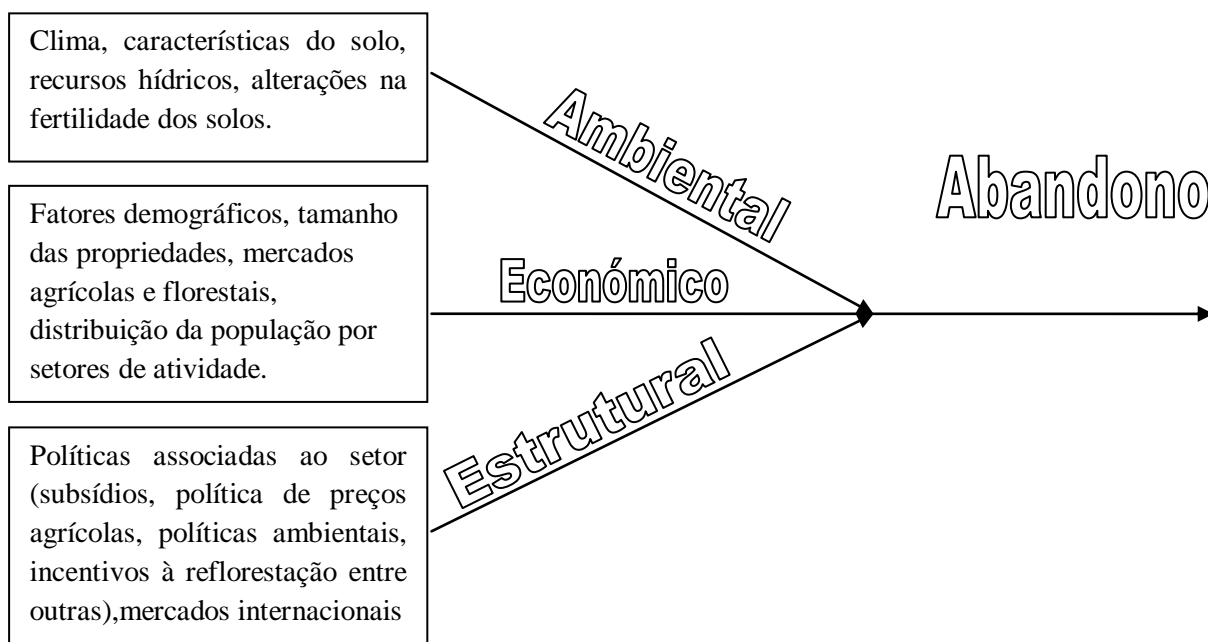
HIPÓTESES CONSIDERADAS COMO RESPOSTAS	
Fatores Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Clima, topografia, características do solo, recursos hídricos, alterações na fertilidade dos solos.
Contexto Sócio-Económico	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores demográficos (população residente, densidade populacional, migrações). • Distribuição da população por setores de atividade. • Tamanho das propriedades. • Uso do solo tradicional. • Mercados agrícolas e florestais (locais e internacionais).
Fatores Políticos-Estruturais	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas associadas ao setor (subsídios, política de preços agrícolas, incentivos à reflorestação, políticas ambientais, entre outras). • Mercados internacionais, em especial no que se refere à agricultura e floresta

Quadro nº 7 – Hipóteses consideradas como respostas à pergunta de partida.

Fonte: Construção própria a partir de elementos do Abandono do Espaço Agrícola na “Beira Transmontana” (Nunes, 2008)

Segundo dados do Recenseamento Agrícola de 2009 (INE), foram recenseadas 305 mil explorações agrícolas, menos 111 mil do que em 1999, o que significa que em dez anos uma em cada quatro explorações cessou a sua atividade. Ainda de acordo com mesmo recenseamento, foi analisada a evolução do número de explorações por classes de dimensão da SAU, onde é revelado que o desaparecimento das pequenas explorações com menos de 1 hectare de SAU atingiu os 41%, nas unidades produtivas entre 1 e 5 hectares de SAU o valor registado foi de 24%. Em contrapartida, o número de explorações com mais de 100 hectares de SAU registou um aumento na ordem de 6%.

A dinamização da agricultura ao longo dos últimos séculos, foi sempre um dos objetivos dos governantes, no entanto, na prática o processo acaba por regredir ao ser impulsionado pela combinação de vários fatores sociais, económicos, políticos e ambientais. No quadro nº 8 é feita uma referência a algumas hipóteses causadoras do abandono das terras agrícolas um pouco por todo o país, não sendo naturalmente diferente no concelho de Montijo, território onde se concentra a investigação.



Quadro nº 8 – Hipóteses que influenciaram o abandono do espaço agrícola

Fonte: Construção própria a partir do esquema concebido para estudar o suicídio (Quivy & Campenhoudt, 2008).

O abandono dos campos de cultivo, leva o ecossistema a recuperar algumas das características anteriores ao seu arroteamento, na sequência da cessação da perturbação a que os terrenos estiveram sujeitos. Alguns estudos já efetuados indicam-nos, que o primeiro sintoma da ausência ou da menor presença do Homem nos campos de cultivo, é o início do processo de colonização vegetal, que converge para uma reflorestação espontânea, com espaços de tempo variáveis em função das características edafoclimáticas e da topografia. No início, assiste-se a uma proliferação do estrato herbáceo, dado o banco de sementes existentes no solo de ervas daninhas de culturas precedentes. Passados alguns anos começam a aparecer outras espécies com um ciclo de vida mais longo, como os arbustos heliófilos. Após uma década de abandono a colonização vegetal inicia uma nova fase com a chegada das quercíneas, por entre um estrato arbustivo, por vezes alto e cerrado, o que deixa os campos completamente irreconhecíveis. O processo final de sucessão vegetal sem intervenção do Homem, leva várias décadas a concretizar, sempre mais de quarenta anos para atingir as características das florestas de *Quercus pyrenaica* (Nunes, 2008). No concelho de Montijo podemos observar na periferia da cidade, um conjunto de pequenas explorações agrícolas abandonadas, onde o processo de colonização vegetal é uma realidade.

As alterações que ocorrem no uso do solo e na cobertura vegetal, são consequência de importantes manifestações de interação entre o Homem e todos os ecossistemas da Terra. O avanço da ocupação humana sobre os mais diversos ecossistemas, tem tido um impacto

negativo sobre o equilíbrio ecológico, o que significa a fragilidade de uma interação dinâmica entre os seres vivos e o meio ambiente. Os usos conferidos pelo Homem ao território e as alterações que lhe introduz, que se relacionam com o aumento ou a diminuição do espaço agrícola, florestal ou inculto, resultam de um conjunto de sistemas como, o ambiental, social, económico, político e estrutural. Isto significa que não estamos perante processos simples, mas sim como o resultado de complexas interações, quer em termos espaciais, quer em termos temporais (Nunes, 2008).

Os resultados obtidos vêm na sequência da análise das 28 entrevistas efetuadas, recorrendo à técnica de análise de conteúdo, optando pela categoria de «Avaliação», onde foram medidas as atitudes e respostas dos entrevistados face ao objeto de estudo (Guerra, 2008). A escolha desta técnica foi motivada pela características da investigação, como sendo a que mais se adaptava à medição das atitudes e intensidade de opinião do entrevistado.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE MONTIJO

3.1 – Enquadramento Geográfico

O concelho de Montijo, em termos geográficos e administrativos, está situado na margem sul do Rio Tejo, pertence ao Distrito de Setúbal e está integrado na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Está ainda integrado na Região de Lisboa e Vale do Tejo, à qual corresponde a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT). O Montijo faz parte de um pequeno número de municípios portugueses que têm descontinuidade territorial como se pode verificar na figura nº 3. Deste grupo fazem ainda parte os seguintes municípios: Montemor-o-Velho, Soure, Vila Real de Santo António, Trancoso e Oliveira de Frades.

O Município do Montijo situa-se a norte do distrito de Setúbal, apresenta uma área geográfica aproximada de 348,1 km², está dividido em dois territórios não contíguos, isto devido ao facto do antigo Concelho de Aldeia Galega ter integrado no ano de 1838, o Concelho de Canha. A Parte Oeste – Constituída pelas seguintes freguesias: Montijo, Afonsoeiro, Atalaia, Sarilhos Grandes e Alto Estanqueiro/Jardia, com uma área aproximada de 56,6 Km², no Anexo I – figura nº 1, podemos verificar a Estrutura da Propriedade Rústica; Parte Este – Constituída pelas seguintes freguesias: Santo Isidro Pegões, Canha e Pegões, com uma área aproximada de 291,5 km², no Anexo I – figura 2, podemos observar a Estrutura da Propriedade Rústica.

LIMITES ADMINISTRATIVOS DAS FREGUESIAS

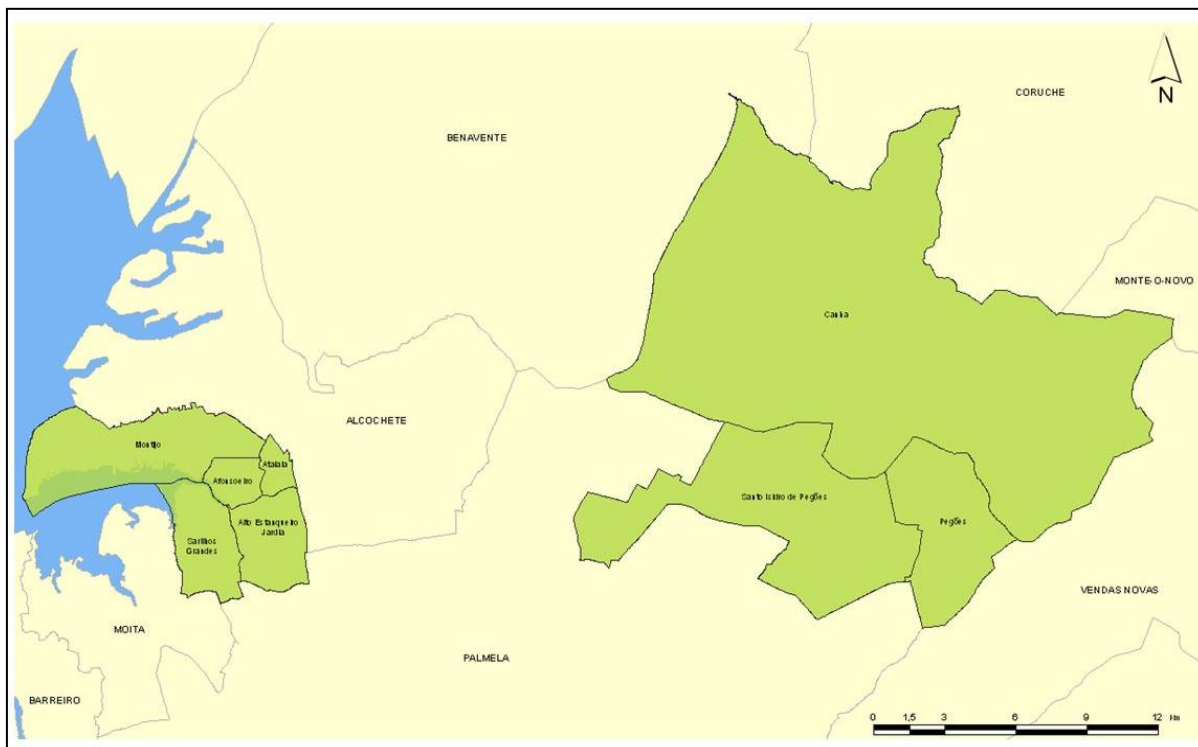


Figura nº 3 - Planta de localização do concelho de Montijo

Fonte: GIG / Câmara Municipal de Montijo

No concelho de Montijo, existe uma área de 3215,13 ha ocupada pelo Ministério da Defesa Nacional, na freguesia de Montijo 846,67 ha pela Base Aérea Nº 6 (BA6) e na freguesia de Canha 2368,46 ha pelo Campo de Tiro de Alcochete (CTA). A Parte Oeste está formada basicamente pelo território do antigo Concelho de Aldeia Galega do Ribatejo, ao qual foi concedido foral em 1515 por D. Manuel I. No quadro nº 9 e no gráfico nº1, podemos verificar a distribuição das áreas por freguesias no concelho de Montijo, no Anexo I – figuras de 3 a 10, podemos observar como é a Ocupação de Solo por freguesia.

A Parte Este formou-se a partir do território do antigo Concelho de Canha, com a freguesia com o mesmo nome, extinto pela primeira vez a 6 de Novembro de 1836, altura em que foi integrado no Concelho de Montemor-o-Novo, sendo restabelecido a 2 de Janeiro de 1838, contudo seria de novo extinto no dia 17 de Abril do mesmo ano e integrado definitivamente no Concelho de Aldeia Galega do Ribatejo.

ÁREA DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE MONTIJO

TERRITÓRIOS	ÁREA (km2)	(%)
TERRITÓRIO OESTE	56,6	16,3
Afonsoeiro	4,2	1,2
Alto Estanqueiro / Jardim	10,9	3,1
Atalaia	2,6	0,8
Montijo	27,2	7,8
Sarilhos Grandes	11,7	3,4
TERRITÓRIO ESTE	291,5	83,7
Canha	211,5	60,7
Pegões	24,6	7,1
Santo Isidro de Pegões	55,4	15,9
CONCELHO	348,1	100,0

Quadro nº 9 – Áreas por freguesia do concelho de Montijo

Fonte: Construção própria a partir de dados do Plano Diretor Municipal do Montijo

ÁREA TOTAL POR DIMENSÃO DAS PARCELAS NO CONCELHO DE MONTIJO

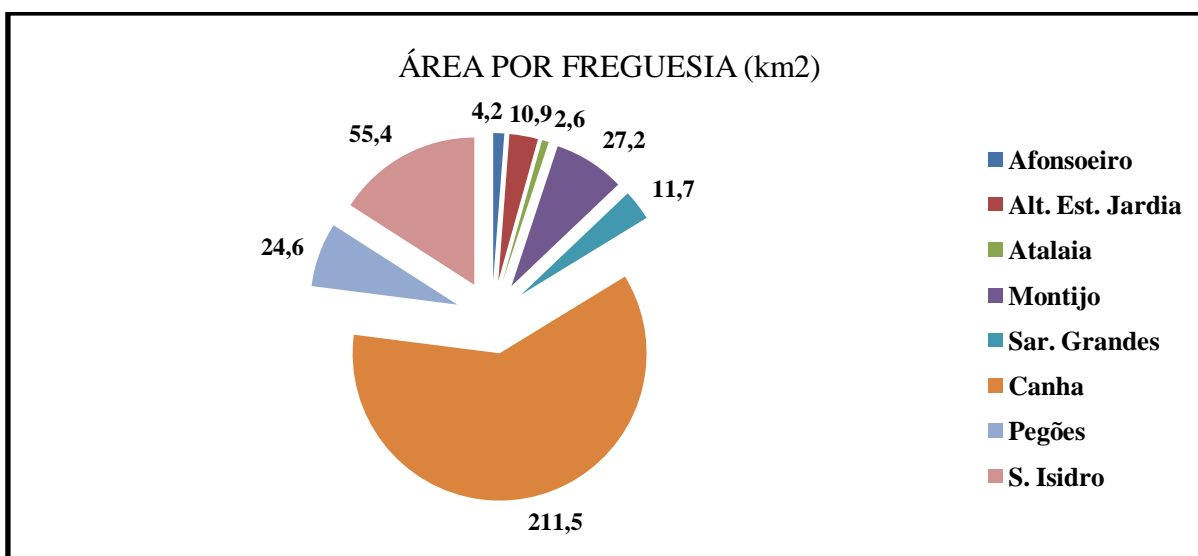


Gráfico nº 1: Áreas por freguesia

Fonte: Construção própria a partir de dados do Plano Diretor Municipal do Montijo

Em 6 de Junho de 1930 é alterada a designação da Vila sede de Concelho, que passa a intitular-se Montijo, denominação assumida pelo próprio Concelho. As freguesias de Montijo, Atalaia, Alto Estanqueiro Jardim e Sarilhos Grandes situam-se na Zona Estuarina do Tejo e fazem fronteira com os concelhos de Alcochete, Moita e Palmela; as freguesias de Santo Isidro de Pegões, Pegões e Canha inserem-se na Zona de Charneca e têm fronteira com os concelhos de Palmela, Benavente, Coruche, Monte-o-Novo e Vendas Novas.

No quadro nº 10, assim como, no gráfico nº 2, podemos identificar a ocupação do solo no concelho de Montijo, onde nos aparece a agricultura com 12 246 ha, onde vamos

desenvolver o trabalho, entrevistando um conjunto de pessoas, cujos seus terrenos atualmente estão a não estão a ser utilizados em atividades agrícolas.

OCUPAÇÃO DO SOLO DO CONCELHO DE MONTIJO							
CONCELHO	FREGUESIAS	OCUPAÇÃO DO SOLO (ha)					
		ÁREAS SOCIAIS	AGRICULTURA	FLORESTA	IMPRODUTIVOS	INCULTOS (MATOS)	SUPERF. AQUÁTICAS
MONTIJO	ATALAIA	68	174	15	0	5	0
	AFONSOEIRO	201	193	1	11	0	15
	ALTO ESTANQUEIRO JARDIA	264	784	23	5	26	0
	CANHA	212	4693	15593	17	626	58
	MONTIJO	755	736	403	14	240	535
	PEGÕES	96	1447	724	31	112	15
	S. ISIDRO DE PEGÕES	163	3362	1908	44	68	0
	SARILHOS GRANDES	212	857	3	8	0	97
	SUB-TUTAL	1971	12246	18670	130	1077	720

Quadro nº 10 – Ocupação do solo no concelho de Montijo (ha)

Fonte: Gabinete Intermunicipal de Defesa da Floresta

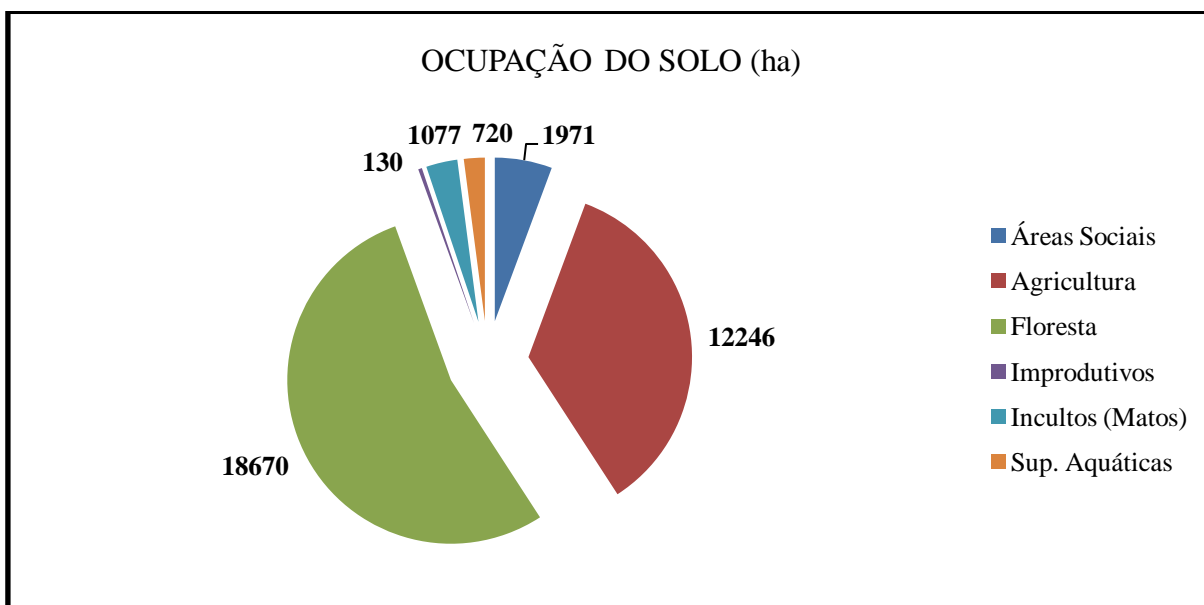


Gráfico nº 2 – Ocupação do solo no concelho de Montijo (ha)

Fonte: Gabinete Intermunicipal de Defesa da Floresta

É na zona Este do concelho de Montijo, onde se situa a maior área adstrita à agricultura (9502 ha), é também nesta zona onde as explorações apresentam maior dimensão. O concelho de Montijo apresenta uma importante área florestal com 18 670 ha, onde predomina o sobreiro, o eucalipto e o pinheiro manso, como se pode verificar no quadro nº 11 e no gráfico nº 3.

DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES FLORESTAIS DO CONCELHO DE MONTIJO							
CONCELHO	FREGUESIAS	ÁREA FLORESTAL (ha)	ÁREA OCUPADA POR POVOAMENTO FLORESTAL (ha)				
			SOBREIRO	EUCALIPTO	PINHEIRO MANSO	PINHEIRO BRAVO	OUTRAS FOLHOSAS
MONTIJO	ATALAIA	15	14	1	0	0	0
	AFONSOEIRO	1	0	1	0	0	0
	ALTO ESTANQUEIRO-JARDIA	23	23	0	0	0	0
	CANHA	15593	7625	5705	2096	43	123
	MONTIJO	403	26	11	365	0	0
	PEGÕES	724	403	135	117	0	70
	S. ISIDRO DE PEGÕES	1908	91	1337	480	0	0
	SARILHOS GRANDES	3	0	3	0	0	0
	SUB-TOTAL	18670	8182	7193	3058	43	193

Quadro nº 11 – Distribuição das espécies florestais do concelho de Montijo

Fonte: Construção própria a partir de dados do Gabinete Intermunicipal de Defesa da Floresta

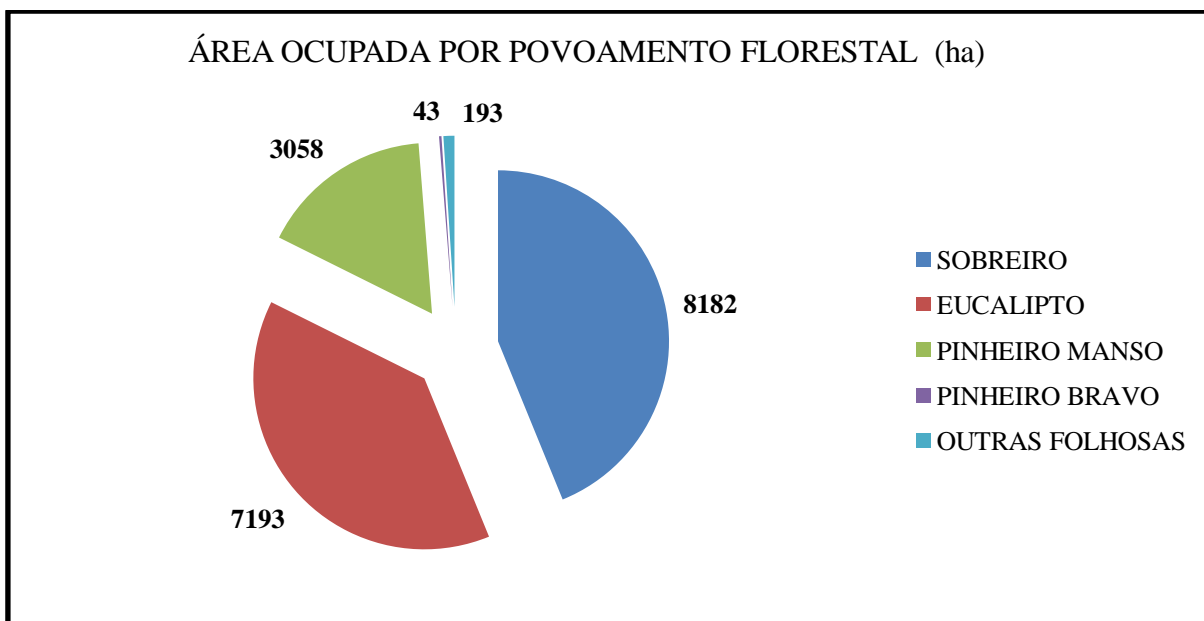


Gráfico nº 3 – Área ocupada por povoamento florestal (ha)

Fonte: Construção própria a partir de dados do Gabinete Intermunicipal de Defesa da Floresta

A maior área é ocupada pelo sobreiro (8182 ha), com maior incidência nas freguesias de Canha (7625 ha) e Pegões (403 ha), seguido do eucalipto (7193 ha) e do pinheiro manso (3058 ha).

3.2 – Cadastro Predial

O concelho de Montijo com uma área de 348,1 km² representa uma pequena fatia do território nacional, no entanto, sofre dos mesmos problemas de todo o país. O arroteamento feito através de um grande esforço humano, foi uma realidade em toda esta região, convertendo os terrenos silvestres em leiras, onde passaram a fazer-se um conjunto de plantações dos produtos necessários à alimentação das suas populações, foi este processo, que levou os homens a irem assumindo o domínio do território. No entanto, a partir do século XIX, as propriedades começaram a ser divididas sucessivamente entre herdeiros de cada geração, esta situação, tem dado origem à dificuldade de caracterização e identificação dos prédios existentes no território. É necessário constituir um registo único e unívoco de todos os prédios existentes no terreno, para isso, torna-se necessário a elaboração do Cadastro Predial, a fim de identificar com exatidão a localização, limites e áreas dos prédios rústicos e urbanos. A elaboração do Cadastro Predial, vem permitir que todos possamos ter acesso em regime livre, da identificação no terreno dos limites de todos os prédios, tornando mais económicos todos os processos territoriais e de administração imobiliária, dando mais equidade à tributação, facilitando fiscalizações, os licenciamentos, etc. No caso dos prédios rústicos em particular vem permitir fazer toda gestão relacionada com a utilização dos solos, no sentido de acompanhar a modernização que se pretende no espaço agrícola.

3.3 - Resenha Histórica do Concelho de Montijo

O concelho de Montijo está intensamente ligada ao rio Tejo já que uma grande área do seu território é por ele delimitada. As favoráveis condições naturais terão estado na origem da presença humana desde o Período do Paleolítico; assim o comprovam testemunhos arqueológicos encontrados na região. Segundo a Carta Arqueológica do concelho, a ocupação humana, era caracterizada por comunidades de caçadores-recolectores, que sendo nómadas, percorriam todo o concelho em busca de alimentos, localizando-se os seus habitats de estruturas junto às margens dos rios e ribeiros, como foi observado nas estações junto ao Estuário do Tejo e na Ribeira de Canha.

Na génese do concelho de Aldeia Galega está o concelho mais amplo do Ribatejo, remontando este ao séc. XII. A sua área integrava duas freguesias, Santa Maria de Sabonha e

São Lourenço de Alhos Vedros, no séc. XIV elevadas a concelho. Sabonha virá, no séc. XV, a dar origem aos concelhos de Alcochete e de Aldeia Galega do Ribatejo, sendo este o único a conservar o topónimo original. Os habitantes das localidades de Sarilhos, Lançada, Aldeia Galega, Montijo, Samouco e Alcochete dedicavam-se à pesca, à exploração de salinas e à produção de vinho. O abastecimento de vinho, sal e frutas, quer a Lisboa, quer aos navios fundeados no Tejo, estava na origem do intenso movimento de embarcações, nomeadamente, barcas e batéis. A barca de Aldeia Galega destinava-se, especificamente, ao transporte de lenha. Na sua narrativa José Simões Quaresma retrata assim a Aldeia Galega e as suas gentes:

“Aldeia-Galega do Ribatejo tem vindo sempre a caminhar pelo trilho das renovações instantes e, pelo seu trabalho, comércio, indústrias, agricultura, localização e honradez, é, e foi sempre, centro de luta e vida marcantes no âmago da comunidade.

Desde recuados tempos que o seu valor é positivo e real, sem necessidade de alcunhas para lho acrescentar ou aumentar.

Não é de hoje o ganilho, - esse tipo curioso e muito nosso que sintetizar pode o temperamento de um povo que nasce e morre a trabalhar!

Nado e criado nesta terra, ele é o bulício, a viveza, a alegria e o expoente da região! O rio, fá-lo ágil, intemente e leal!

O Sol, caldeia-lhe as energias, aferventa-lhe a vontade de ir adiante e tosta-lhe a pele e a alma, para que não esmoreça, ante os azares da vida!

A variedade da cor do ambiente das suas lutas, trabalhos e loucuras, afivela-lhe ao rosto a máscara da alegria contínua!

Inda quase de cueiros, atira-se à ganhuça, primeva e velha ocupação e, essa balda que lhe escachoa no sangue, não chegou nem veio agora nas auras do parvinho anónimo!

A desenvoltura e arte de bem-fazer dos nossos rurais, é velha pecha que não largam e os faz distinguir e apontar entre os melhores, mais perfeitos e sabedores!

A história da perseverante e ingrata labuta dos nossos pescadores, atascados metade da vida nos lamaçais do rio, sempre afáveis e bondosos e a quem o estralejar dum foguete, os acordes de uma música ou de uma tarde de toiros faz esquecer todas as amarguras, trabalhos e canseiras, - é tão velha como a existência da vila!

E os marítimos para quem o rio não tem segredos nem iras que não domem?

E outros todos, os filhos desta terra, que lutam, bracejam e produzem, homens, mulheres e ganilhos, que mais loiros conquistaram para a sua coroa de glória depois de alcunhados com o feio nome que lhes não pertence e sofrem?

Porta franca do Alentejo, daqui, de Aldeia-Galega, saltava para a outra margem, tudo que o celeiro mandava para Lisboa e ao País, sem falar na velhíssima indústria porcina, como bem atesta a velha rua de Mattapuorcos, consumidora numero um dos suínos engordados nos vastos chaparraís e azinhais da alentejana província.

De Aldeia-Galega, nas panças das suas faluas, - típicas e velozes, de velas latinas duplas, muito brancas e enfunadas pelo predominante Norte, a enxamear e a mais alindar o rio gigante, - mandavam e levavam nossos avós, já pelos fins do século XIV, o sal, o vinho e as frutas, aos navios de cem e mais toneis, que a carregação entulhavam, - se tantos eram- o largo e belo estuário do Tejo!...” (Quaresma, 1948 pag 16-17).

Durante a regência de D. Pedro (1439-1446), sendo Mestre da Ordem de Santiago seu irmão, o infante D. João, foi construída uma estacada, obra de engenharia importante para a época, que impediu o assoreamento do rio, tornando mais fácil a navegação fluvial para Aldeia Galega. O desenvolvimento da localidade justificou a atribuição de foral em 15 de Setembro de 1514 pelo rei D. Manuel I; desconhecendo-se a razão, o mesmo monarca voltou a atribuir novo foral em 17 de Janeiro de 1515, desta vez um único diploma para duas vilas: Aldeia Galega do Ribatejo e Alcochete (Nabais, 1995).

Em 1533 o Correio-Mor estabeleceu em Aldeia Galega a sede principal da Posta do Sul, serviço que assegurava o transporte de correspondência. Desde então começaram a passar inúmeros viajantes, vindos de Lisboa, com destino ao Sul ou a Espanha. Em 1574 foram redefinidos os limites dos concelhos de Aldeia Galega e de Alcochete. Em Dezembro de 1640 o Duque de Bragança, futuro D. João IV, no caminho para Lisboa, onde viria a ser aclamado rei, pernoitou em Aldeia Galega. Outros monarcas também por aqui haveriam de passar: D. João V, D. João VI, ainda príncipe herdeiro, D. Maria II (Câmara Municipal de Montijo, 1990).

No decorrer do séc. XVIII assistiu-se a uma mudança gradual da economia local: a preponderância das atividades ligadas ao rio e à agricultura cedeu lugar às atividades comerciais e industriais, nomeadamente, ao comércio e transformação de gado suíno. Paralelamente fixaram-se inúmeros alentejanos em Aldeia Galega. A importância da sua situação geográfica, como via de ligação entre Lisboa, o Sul do país e a fronteira, é evidenciada num Decreto emitido durante o reinado de D. Maria II, que definia, no contexto das necessidades de reparação das estradas do país, como prioritária a estrada de Aldeia Galega do Ribatejo ao Caia e de Lisboa ao Porto, pela sua relevância para a economia do país. Face ao assoreamento do rio e procurando garantir o fácil movimento de pessoas, que agora a Mala Posta também assegurava, viaturas e mercadorias, em 1852 o Governo mandou construir uma ponte – cais de 315 metros de comprimento (C. M. M., 1990).

Na segunda metade de Oitocentos, nas férteis terras de Aldeia Galega, cresciam cereais, vinho e frutas, os pinhais abundavam e rio dava peixe, marisco e sal. A sua economia agrícola e industrial, aliada à já referida situação geográfica – ponto de escala de quem pretendia alcançar a capital do reino, vindo do Sul ou da fronteira, ou de quem de Lisboa viajava para aquelas direções, faziam de Aldeia Galega do Ribatejo um importante entreposto comercial. A construção do caminho-de-ferro do Sul e Sueste, ao desviar o fluxo de passageiros e mercadorias, conduziu a uma recessão económica na localidade que foi

ultrapassada com o incremento do comércio e transformação de gado suíno. No início do séc. XX e até à década de 50, assistiu-se à expansão desta atividade, assim como da indústria corticeira. Paralelamente a este apogeu económico, a vila de Montijo viu surgirem importantes infraestruturas e equipamentos: a praça de touros, o mercado municipal, o cineteatro, a cadeia comarcã, o palácio da justiça, a reformulação do parque municipal Carlos Loureiro. Em 6 de Julho de 1930, pelo Decreto nº 18434, a vila e o concelho de Aldeia Galega do Ribatejo passaram a denominar-se Montijo. À época era constituído por três freguesias: Montijo, Sarilhos Grandes e Canha. Em 1957 foi criada, pelo Decreto-Lei nº 41320, de 14 de Outubro, a freguesia de Santo Isidro de Pegões. Recentemente foram criadas novas freguesias nas duas partes do Concelho, três na Parte Oeste: Alto Estanqueiro/Jardia e Atalaia (4 de Outubro de 1985) e Afonsoeiro (24 de Agosto de 1989); e uma na Parte Este, Pegões (4 de Outubro de 1985).

3.4 – Atividades Económicas

A economia do Montijo tem estado, desde há varias décadas, fortemente ligada a atividades como a Produção, Abate e Transformação de Carne, a Preparação e Transformação de Cortiça, bem como à produção Hortícola, Vinícola e Florícola. Estes sectores obtiveram grande expressão no concelho motivada pela sua localização geoestratégica e pelas suas características ecológicas e climáticas. Qualquer uma destas atividades adquiriu uma abrangência que ultrapassa em muito as fronteiras regionais e ainda hoje são o principal motor

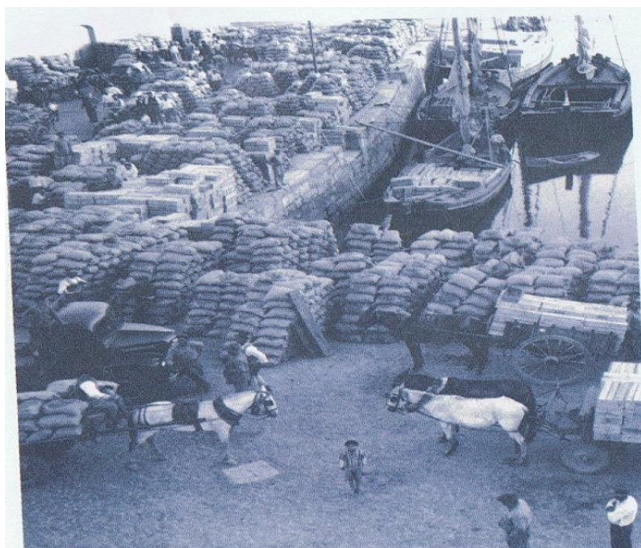


Foto nº 1- Movimento do Cais das Faluas no Montijo na primeira metade do século XX.

Fonte: Património Náutico – Piscatório de Montijo.

empresarial do concelho, responsáveis pela absorção de uma importante parcela do emprego local. No passado, o braço do rio Tejo era o principal canal de escoamento da produção do concelho, os produtos eram concentrados no Cais das Faluas e depois carregados para as fragatas e varinos com destino à cidade de Lisboa, como se pode observar na foto nº 1.

A inauguração da ponte Vasco da Gama, ligando a zona norte de Lisboa ao Montijo, bem como a conclusão de

importantes eixos rodoviários, colocara o Montijo no centro do principal corredor rodoviário

nacional, permitindo um acesso facilitado às principais cidades do país, às principais infraestruturas portuárias e aeroportuárias e a Espanha. O seu posicionamento estratégico sai assim reforçado e tem-se mostrado determinante na captação de novos investimentos, de novos projetos, muitos deles de grande dimensão, dando lugar a uma reconfiguração do tecido empresarial local, cada vez mais ligado a atividades comerciais e de serviços e com um peso decrescente do sector primário. A SAU no concelho de Montijo, segundo dados do INE, encontra-se ainda muito concentrada nas pastagens permanentes, cerca de 54,8% da área total como se pode verificar nos gráficos nº 4.

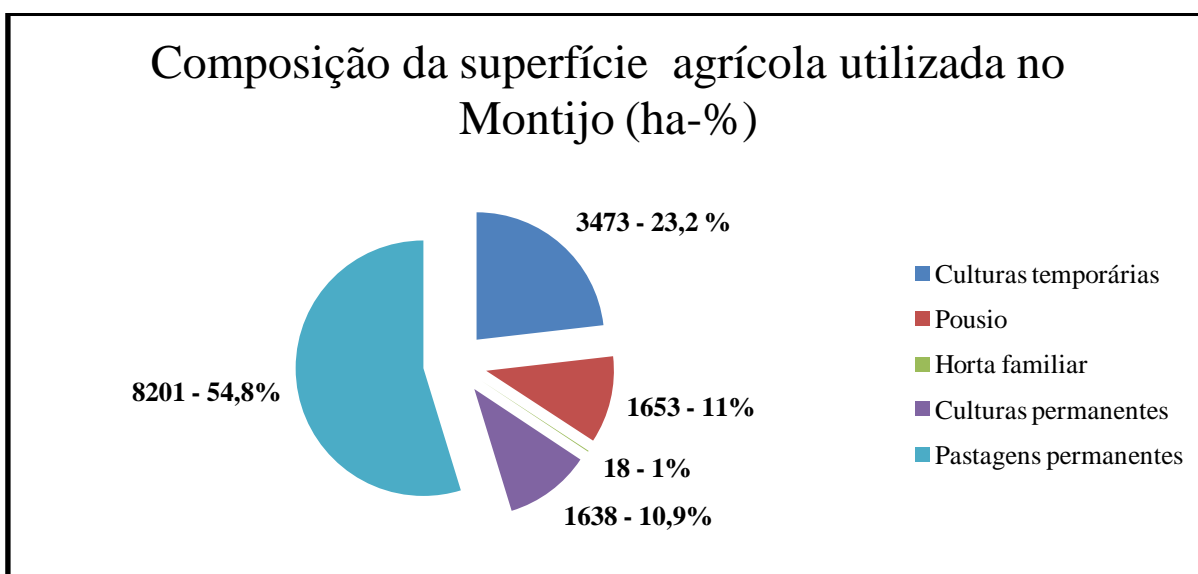


Gráfico nº 4 – Composição da superfície agrícola utilizada no concelho de Montijo (ha).

Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009, construção própria com dados extraídos em 23 de Junho de 2013 (15:39:19) <http://www.ine.pt>

3.5 – Análise Demográfica do Concelho de Montijo

Demografia é uma área da ciência geográfica, que estuda a dinâmica populacional humana. A palavra “demografia” tem origem do termo Grego «Demos + Grafia» (estudo do povo), o que na prática significa a estatística da população / ciência da população. As populações não são estáticas, variando devido à natalidade, mortalidade, migrações e envelhecimento, o que obriga os Estados a fazerem o seu recenseamento periodicamente, a fim de poderem ser definidas e implementadas as políticas sociais governamentais. Em Portugal os censos são efetuados de 10 em 10 anos pelo INE, criando um conjunto de informação necessária ao Estado para a aplicação de um conjunto de políticas e, que serviu também para a execução deste trabalho realizado sobre o concelho de Montijo. A análise demográfica apresentada circunscreve-se ao período entre 1864 e 2011, utilizando os dados

disponíveis do INE e tem como objetivo dar uma panorâmica de um conjunto de indicadores úteis para uma análise mais completa do concelho de Montijo.

3.5.1 – Evolução da População

Podemos definir com conceito de “população” em sociologia, um conjunto de pessoas adstritas a um determinado espaço, num dado tempo. Ao analisarmos o quadro nº 11, verifica-se um aumento populacional diferente na década de 40, dos que se vinham registando até então, ou seja, mais 46,35 %. No nosso entender, este aumento de população prende-se com migrações internas, que procuravam trabalho em algumas das indústrias que na altura apresentavam uma grande dinâmica no Montijo. Faziam parte destas indústrias: Fábrica Isidoro que se dedicava à produção, abate e transformação de carnes; fábricas Pablos e Mundet que preparavam e transformavam a cortiça; desenvolvimento agrícola com a instalação de colonos na Zona Este do concelho em S. Isidro Pegões. A população do concelho de Montijo entre 2001 e 2011 aumentou 30,78 %, está na origem destes dados a nova travessia do Tejo a Ponte Vasco da Gama inaugurada em 1998, que veio facilitar a ligação com Lisboa, levando à deslocação de habitantes para a cidade do Montijo e sua periferia. Na avaliação da densidade populacional, podemos ainda analisar no quadro nº 12 e gráfico nº 5, em 2011 eram de 147,1 habitantes por km², ou seja, superior aos resultados registados no país, que são de 115 habitantes por km².

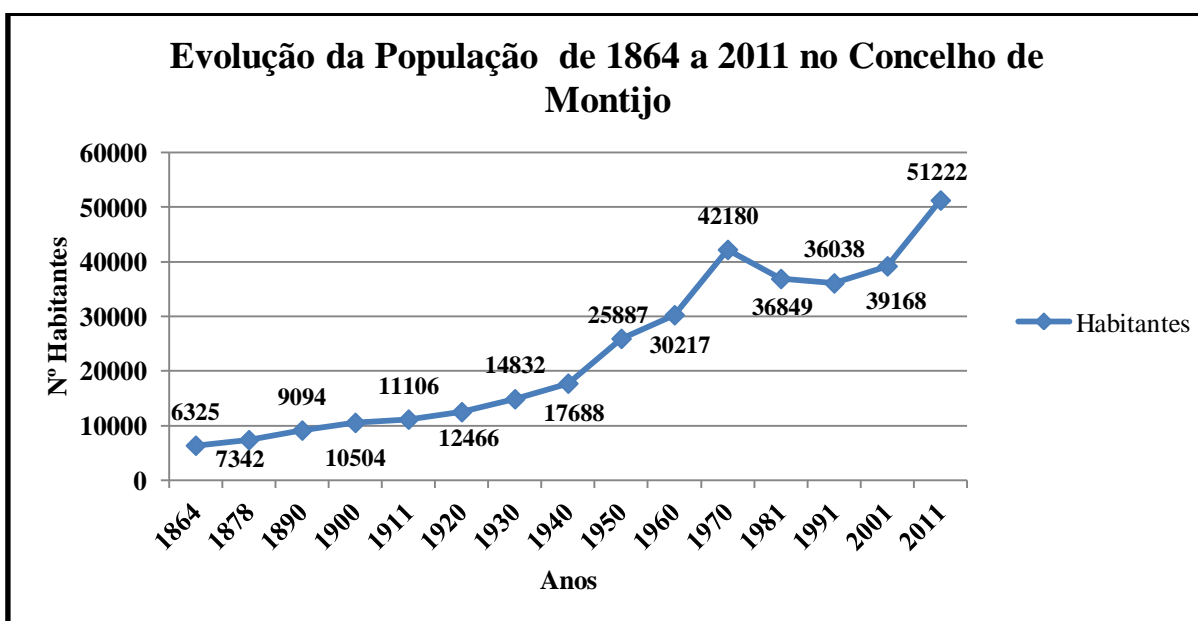


Gráfico nº 5: Evolução da população no concelho de Montijo

Fonte: INE, O Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes, 1960, T. I – 1º vol. pag. 78

a) Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 pag. 335

b) Fonte: INE, Censos 2011, extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

No entanto, quando comparamos com Vila Franca, cidade da margem norte do rio Tejo, verifica-se que esta em 2011 apresentava uma densidade populacional de 430,9 habitantes por km². A norte do Tejo, temos ainda concelhos com o de Oeiras com 3751,3 habitantes por km² e Amadora com 7363,4 habitantes por km².

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE MONTIJO

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE	ÍNDICE DE BASE FIXA	ÍNDICE DE BASE MÓVEL	DENSIDADE POPULACIONAL
1864	6325	100,00	100,00	18,2
1878	7342	116,08	116,08	21,1
1890	9094	143,78	123,86	28,5
1900	10504	166,07	115,50	30,2
1911	11106	175,59	105,73	31,9
1920	12466	197,09	112,25	35,8
1930	14832	234,50	118,98	42,6
1940	17688	279,65	119,26	50,8
1950	25887	409,28	146,35	74,4
1960	30217	477,74	116,73	86,8
1970	42180	666,88	139,59	121,2
1981	36849	582,59	87,36	105,9
1991	36038	569,77	97,8	103,5
2001	39168 a)	619,26	108,68	112,5
2011	51222 b)	809,83	130,78	147,1

Quadro nº 12 - Evolução da população no concelho de Montijo

Fonte: INE, O Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes, 1960, T. I – 1º vol. pag. 78

a) Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 pag. 335

b) Fonte: INE, Censos 2011, extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

3.5.2 – Composição da População

A composição etária da população residente é essencial quando se pretende analisar aspetos como a natalidade, o aumento da esperança de vida ou ainda a compreensão da vida sócio-económica da sociedade. No quadro nº 13, podemos verificar um dado que consideramos importante e que tem a ver com o aumento dos nascimentos entre 2001 e 2011. Uma referência também para o aumento da esperança de vida à nascença, ou seja, nota-se um aumento de 94,5 % da população de 2001 para 2011 com mais de 90 anos de idade. Um outro

dado importante é a facha etária onde se verificou um maior aumento da população, que foi entre os 30 e os 44 anos de idade.

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO – 2001 E 2011

Rubrica	2001		2011		Variação 2001 - 2011
	Nº Homens	Nº Mulheres	Nº Homens	Nº Mulheres	Nº Total HM
Totais	18850	20318	24723	26499	12054
De 0 a 4 anos	1006	1021	1630	1502	1105
De 5 a 9 anos	945	950	1370	1342	817
De 10 a 14 anos	999	958	1322	1340	705
De 15 a 19 anos	1158	1116	1209	1179	114
De 20 a 24 anos	1448	1382	1314	1291	-225
De 25 a 29 anos	1516	1511	1777	1888	638
De 30 a 34 anos	1438	1366	2584	2597	2377
De 35 a 39 anos	1375	1459	2338	2341	1845
De 40 a 44 anos	1281	1373	1877	1818	1041
De 45 a 49 anos	1260	1400	1605	1717	662
De 50 a 54 anos	1303	1336	1426	1506	293
De 55 a 59 anos	1120	1303	1376	1537	490
De 60 a 64 anos	1066	1286	1338	1429	415
De 65 a 69 anos	1038	1190	1078	1370	220
De 70 a 74 anos	824	1056	932	1218	270
De 75 a 79 anos	639	830	761	1042	334
De 80 a 84 anos	299	462	475	780	494
De 85 a 89 anos	103	223	234	430	338
90 Ou mais anos	32	96	77	172	121

Quadro nº 13 - População residente segundo grupo etário

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

Quando se analisa a faixa mais idosa da população, podemos constatar no quadro nº 14 a partir dos 80 anos de idade, que as mulheres apresentam uma percentagem muito

superior aos homens, ou seja, acima dos 60 %, chegando mesmo a ultrapassar os 80% na faixa de 95 a 99 anos, no ano de 2001. Estes elementos indicam-nos, que tanto as mulheres como os homens vão tendo cada vez mais uma maior esperança de vida à nascença.

**POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO GRUPO ETÁRIO NO CONCELHO DE
MONTIJO NOS 2001 E 2011 - %**

2001						2011				
Idades	HM	H		M		HM	H		M	
		Efetivos	% (a)	Efetivos	% (a)		Efetivos	% (a)	Efetivos	% (a)
Total da População	39168	18850	48,13	20318	51,87	51222	24723	48,27	26499	51,73
De 0 a 4 anos	2027	1006	49,63	1021	50,37	3132	1630	52,04	1502	47,96
De 5 a 9 anos	1895	945	49,87	950	50,13	2712	1370	50,52	1342	49,48
De 10 a 14 anos	1957	999	51,05	958	48,95	2662	1322	49,66	1340	50,34
De 15 a 19 anos	2274	1158	50,92	1116	49,08	2388	1209	50,63	1179	49,37
De 20 a 24 anos	2830	1448	51,17	1382	48,83	2605	1314	50,44	1291	49,56
De 25 a 29 anos	3027	1516	50,08	1511	49,92	3665	1777	48,49	1888	51,51
De 30 a 34 anos	2804	1438	51,28	1366	48,72	5181	2584	49,87	2597	50,13
De 35 a 39 anos	2834	1375	48,52	1459	51,48	4679	2338	49,97	2341	50,03
De 40 a 44 anos	2654	1281	48,27	1373	51,73	3695	1877	50,80	1818	49,20
De 45 a 49 anos	2660	1260	47,37	1400	52,63	3322	1605	48,31	1717	51,69
De 50 a 54 anos	2639	1303	49,37	1336	50,63	2932	1426	48,64	1506	51,36
De 55 a 59 anos	2423	1120	46,22	1303	53,78	2913	1376	47,24	1537	52,76
De 60 a 64 anos	2352	1066	45,32	1286	54,68	2767	1338	48,36	1429	51,64
De 65 a 69 anos	2228	1038	46,59	1190	53,41	2448	1078	44,04	1370	55,96
De 70 a 74 anos	1880	824	43,83	1056	56,17	2150	932	43,35	1218	56,65
De 75 a 79 anos	1469	639	43,50	830	56,50	1803	761	42,21	1042	57,79
De 80 a 84 anos	761	299	39,29	462	60,71	1255	475	37,85	780	62,15
De 85 a 89 anos	326	103	31,60	223	68,40	664	234	35,24	430	64,76
90 Ou mais anos	128	32	25,00	96	75,00	249	77	30,92	172	69,08

Quadro nº 14 - População residente segundo grupo etário em percentagem

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

MIGRAÇÕES PROVENIENTES DO ESTRANGEIRO

O quadro nº 15 indica-nos a população residente proveniente do estrangeiro, que totaliza 532 pessoas, um número relativamente pequeno face à população total, representando apenas 1,04% da população do Montijo. Esta pequena comunidade de estrangeiros é composta na sua maioria por Romenos e Brasileiros.

População residente (nº) por local de residência (à data dos Censos 2011), Local de proveniência (Migrações relativamente a 31 de Dezembro de 2009).

PAÍSES	PORTUGAL	MONTIJO
TOTAL	10 562 178	51 222
Provenientes do estrangeiro	81 778	532
França	15 171	42
Países Baixos	1 142	5
Alemanha	3 689	12
Itália	824	7
Reino Unido	6 835	47
Irlanda	796	6
Espanha	8 108	48
Bélgica	1 111	6
Luxemburgo	1 434	1
Suíça	4 919	13
Andorra	783	0
Roménia	2 489	152
Bulgária	799	0
Ucrânia	1 268	12
República de Moldova	557	4
PALOP	9 560	35
África do Sul	400	2
Estados Unidos	2 485	10
Venezuela	1012	0
Brasil	9 796	83
Índia	565	0
China	829	6
Outros	6 150	36

Quadro nº 15 – População residente por local de residência, Local de proveniência (Migrações).

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 16 de Junho de 2013 (22:26:11) <http://www.ine.pt>

O gráfico nº 6 representa a pirâmide etária quinquenais da população de Montijo, são constituídas por dois conjuntos de barras que representam o sexo e a idade. Estas pirâmides

são baseadas numa estrutura etária da população, ou seja, a repartição da população por idades. Podemos constatar um acentuar das diferenças entre sexos, com níveis de envelhecimento mais significativos nas mulheres, como consequência temos um reforço da população idosa e a tendência da feminização.

PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DE MONTIJO

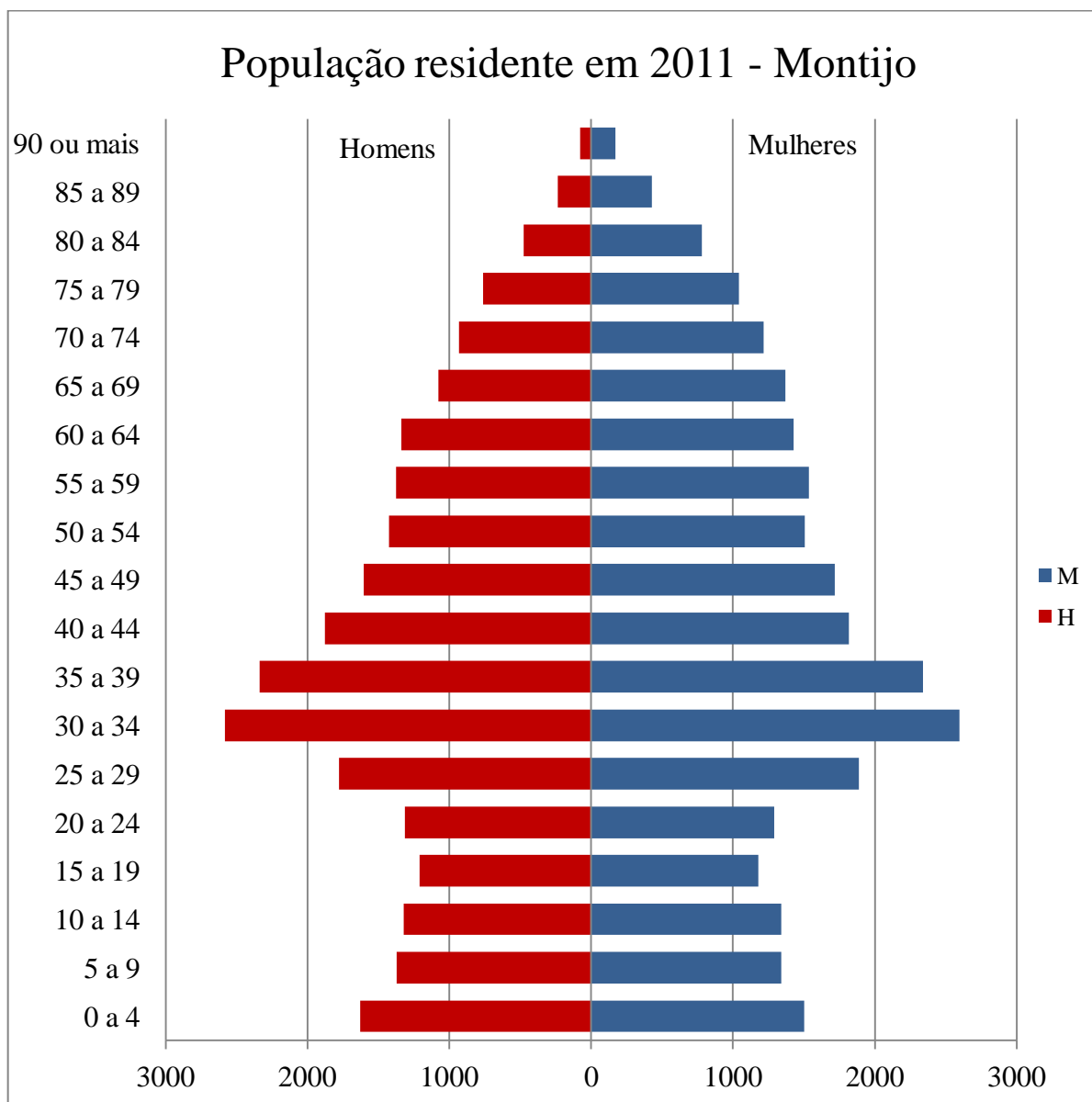


Gráfico nº 6 – Pirâmide etária da população residente em 2011 no Montijo

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA

Os resultados face aos anos de 1991 e 2001 melhoraram, ainda que sem grande expressão, como podemos verificar no quadros nº 16 e 17, ou seja, o índice de dependência da população idosa que vinha aumentando, no ano de 2011 baixou ligeiramente, em

consequência do crescimento global da população do concelho de Montijo ter sido fundamentalmente por população ativa. O outro resultado positivo, é o facto do aumento do índice de dependência da população jovem que passou de 22,19% em 2001 para 24,91% em 2011, abrindo assim boas perspetivas para o aumento no futuro da população ativa. Quando comparamos os resultados do índice total de dependência do concelho de Montijo de 50,0%, verifica-se que são ligeiramente inferiores aos valores nacionais que são de 51,6%.

POPULAÇÃO RESIDENTE

Ano	Total de população	0 Aos 14 anos	15 Aos 64 anos	65 e mais anos
1991	36018	6451	24567	5000
2001	39168	5879	26497	6792
2011	51222	8506	34147	8569

Quadro nº 16 – População residente total por grupos etários (0 aos 14, 15 aos 64, 65 ou mais)

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA

Ano	Índice de Dependência		
	Jovens	Idosos	Total
1991	26,26	20,35	46,61
2001	22,19	25,63	47,82
2011	24,91	25,09	50,00

Quadro nº 17 – Índice de dependência

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

INSTRUÇÃO

No concelho de Montijo segundo dados dos Censos de 2011, existem 2381 pessoas, ou seja, 5,24% da população com mais de 10 anos que não sabe ler nem escrever. A percentagem de mulheres analfabetas é superior à dos homens como se pode verificar no quadro nº 18, a nível nacional esta tendência mantém-se, no entanto, o Montijo apresenta mais 0,12 %.

POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 10 ANOS – ANALFABETOS

Local	2011					
	Total		Homens		Mulheres	
	Efetivos	%	Efetivos	%	Efetivos	%
País	499936	5,23	159705	1,67	340231	3,56
Montijo	2381	5,24	710	1,56	1671	3,68

Quadro nº 18 – População residente com mais de 10 anos analfabetos

Fonte: INE – Censos 2011, extraído em 15 de Junho de 2013 (17:54:06) <http://www.ine.pt>

Analisados os valores do quadro nº 19, podemos verificar que 20,1% da população residente de Montijo não tem nenhum nível de escolaridade completo, quando os valores nacionais são de 18,9%. Com o ensino superior completo o Montijo tem 12,4 % da sua população, os valores nacionais são de 11,8%. O ensino secundário os valores de Montijo são de 16,0% da sua população, os valores nacionais são de 13,4%. No concelho de Montijo 14,6% das mulheres têm o ensino superior completo, quando nos homens são apenas 10,0%.

POPULAÇÃO RESIDENTE – NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO

Rubricas	2011					
	Portugal			Montijo		
	HM	H	M	HM	H	M
Totais	10 562 178	5 046 600	5 515 578	51 222	24 723	26 499
Nenhum	1 999 754	867 850	1 131 904	10 296	4 573	5 723
Básico – 1º ciclo	2 688 308	1 293 408	1 394 900	11 009	5 293	5 716
Básico – 2º ciclo	1 412 580	769 232	643 348	6 145	3 400	2 745
Básico – 3º ciclo	1 716 970	899 270	817 700	8 664	4 601	4 063
Secundário	1 411 801	678 270	733 531	8 215	4 042	4 173
Pós-secundário	88 023	48 165	39 858	542	332	210
Superior	1 244 742	490 405	754 337	6 351	2 482	3 869

Quadro nº 19 – População residente com o nível de escolaridade mais elevado completo

Fonte: INE – Censos 2011, extraído em 17 de Junho de 2013 (23:24:46) <http://www.ine.pt>

ÍNDICE DE MASCULINIDADE

Os valores indicados nos quadros nº 20, 21 e 22 não são uma surpresa, atendendo a que temos uma esperança de vida à nascença maior nas mulheres, logo à medida que aumenta

idade vai baixando o índice de masculinidade. Quando comparamos os anos de 2001 e 2011, para além do já referido anteriormente, podemos ainda verificar que em 2001 nasceram mais pessoas do sexo feminino. Um outro aspeto que é importante realçar tem a ver com o fato dos homens, embora melhorando um pouco, continuam a ter uma esperança de vida à nascença inferior às mulheres, como nos diz os valores do quadro, mais idade menor índice de masculinidade.

ÍNDICE DE MASCULINIDADE - ANO DE 2001 (Pop. Res. Seg. o Grupo Etário)

Rubrica	2001		Índice de Masculinidade
	Nº Homens	Nº Mulheres	
De 0 a 4 anos	1006	1021	98,53
De 5 a 9 anos	945	950	99,47
De 10 a 14 anos	999	958	104,28
De 15 a 19 anos	1158	1116	103,76
De 20 a 24 anos	1448	1382	104,77
De 25 a 29 anos	1516	1511	100,33
De 30 a 34 anos	1438	1366	105,27
De 35 a 39 anos	1375	1459	94,24
De 40 a 44 anos	1281	1373	93,30
De 45 a 49 anos	1260	1400	90,00
De 50 a 54 anos	1303	1336	97,53
De 55 a 59 anos	1120	1303	85,95
De 60 a 64 anos	1066	1286	82,89
De 65 a 69 anos	1038	1190	87,23
De 70 a 74 anos	824	1056	78,03
De 75 a 79 anos	639	830	76,99
De 80 a 84 anos	299	462	64,72
De 85 a 89 anos	103	223	46,19
De 90 Ou mais anos	32	96	33,33

Quadro nº 20 – Índice de masculinidade ano de 2001

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

ÍNDICE DE MASCULINIDADE - ANO 2011 (Pop. Res. Seg. o Grupo Etário)

Rubrica	2011		Índice de Masculinidade
	Nº Homens	Nº Mulheres	
De 0 a 4 anos	1630	1502	108,52
De 5 a 9 anos	1370	1342	102,09
De 10 a 14 anos	1322	1340	98,66
De 15 a 19 anos	1209	1179	102,54
De 20 a 24 anos	1314	1291	101,78
De 25 a 29 anos	1777	1888	94,12
De 30 a 34 anos	2584	2597	99,50
De 35 a 39 anos	2338	2341	99,87
De 40 a 44 anos	1877	1818	103,25
De 45 a 49 anos	1605	1717	93,48
De 50 a 54 anos	1426	1506	94,69
De 55 a 59 anos	1376	1537	89,53
De 60 a 64 anos	1338	1429	93,63
De 65 a 69 anos	1078	1370	78,69
De 70 a 74 anos	932	1218	76,52
De 75 a 79 anos	761	1042	73,03
De 80 a 84 anos	475	780	60,90
De 85 a 89 anos	234	430	54,42
De 90 Ou mais anos	77	172	44,77

Quadro nº 21 – Índice de masculinidade ano de 2011

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

ÍNDICE DE MASCULINIDADE – ANO 2001 E 2011 (Pop. Res. Seg. o grupo etário)

Rubrica	Índice de Masculinidade 2001	Índice de Masculinidade 2011
De 0 a 4 anos	98,53	108,52
De 5 a 9 anos	99,47	102,09
De 10 a 14 anos	104,28	98,66
De 15 a 19 anos	103,76	102,54
De 20 a 24 anos	104,77	101,78
De 25 a 29 anos	100,33	94,12
De 30 a 34 anos	105,27	99,50
De 35 a 39 anos	94,24	99,87
De 40 a 44 anos	93,30	103,25
De 45 a 49 anos	90,00	93,48
De 50 a 54 anos	97,53	94,69
De 55 a 59 anos	85,95	89,53
De 60 a 64 anos	82,89	93,63
De 65 a 69 anos	87,23	78,69
De 70 a 74 anos	78,03	76,52
De 75 a 79 anos	76,99	73,03
De 80 a 84 anos	64,72	60,90
De 85 a 89 anos	46,19	54,42
De 90 Ou mais anos	33,33	44,77

Quadro nº 22 – Índice de masculinidade 2001 / 2011

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

TAXA DE MASCULINIDADE

A taxa de masculinidade como vem sendo hábito em análises anteriores, os homens começam a perder terreno a partir dos 65 anos, porque a esperança de vida das mulheres é superior às dos homens, embora se note uma recuperação por parte dos homens de 2001 para 2011, como se pode verificar nos quadros nº 23 e 24. Em 2001, no grupo etário com mais de 90 anos as mulheres são três vezes mais que os homens no concelho de Montijo.

TAXA DE MASCULINIDADE - ANO 2001

Rubrica	2001		Taxa de Masculinidade
	Nº Homens	Nº Mulheres	
De 0 a 4 anos	1006	1021	49,63
De 5 a 9 anos	945	950	49,87
De 10 a 14 anos	999	958	51,05
De 15 a 19 anos	1158	1116	50,92
De 20 a 24 anos	1448	1382	51,17
De 25 a 29 anos	1516	1511	50,08
De 30 a 34 anos	1438	1366	51,28
De 35 a 39 anos	1375	1459	48,52
De 40 a 44 anos	1281	1373	48,27
De 45 a 49 anos	1260	1400	47,37
De 50 a 54 anos	1303	1336	49,37
De 55 a 59 anos	1120	1303	46,22
De 60 a 64 anos	1066	1286	45,32
De 65 a 69 anos	1038	1190	46,59
De 70 a 74 anos	824	1056	43,83
De 75 a 79 anos	639	830	43,50
De 80 a 84 anos	299	462	39,29
De 85 a 89 anos	103	223	31,60
De 90 a 94 anos	32	96	25,00

Quadro nº 23 – Taxa de masculinidade 2001

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

TAXA DE MASCULINIDADE - ANO 2011

Rubrica	2011		Taxa de Masculinidade
	Nº Homens	Nº Mulheres	
De 0 a 4 anos	1630	1502	52,04
De 5 a 9 anos	1370	1342	50,52
De 10 a 14 anos	1322	1340	49,66
De 15 a 19 anos	1209	1179	50,63
De 20 a 24 anos	1314	1291	50,44
De 25 a 29 anos	1777	1888	48,49
De 30 a 34 anos	2584	2597	49,87
De 35 a 39 anos	2338	2341	49,97
De 40 a 44 anos	1877	1818	50,80
De 45 a 49 anos	1605	1717	48,31
De 50 a 54 anos	1426	1506	48,64
De 55 a 59 anos	1376	1537	47,24
De 60 a 64 anos	1338	1429	48,36
De 65 a 69 anos	1078	1370	44,04
De 70 a 74 anos	932	1218	43,35
De 75 a 79 anos	761	1042	42,21
De 80 a 84 anos	475	780	37,85
De 85 a 89 anos	234	430	35,24
De 90 Ou mais anos	77	172	30,92

Quadro nº 24 – Taxa de masculinidade 2011

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE MONTIJO

Utilizando os valores do quadro nº 25, sobre a população residente segundo grupos etários, verifica-se que idade média da população de Montijo subiu de 38,54 anos em 1991 para 40,74 anos em 2001, em 2011 voltou a descer ainda que ligeiramente para 40,24 anos. Para os resultados de 2011, contribui o aumento registado nos nascimentos e os novos

residentes foram na sua maioria entre os 30 e os 44 anos. O valor da idade média de 40,24 anos está ligeiramente abaixo do valor nacional registado em 2011 de 41,83 anos.

IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO – SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS

Rubrica (A)	B	2001 N° Total (C)	D= B x C	2011 N° Total (E)	F= B x E
De 0 a 4 anos	2,5	2027	5067,5	3132	7830,0
De 5 a 9 anos	7,5	1895	14212,5	2712	20340,0
De 10 a 14 anos	12,5	1957	24462,5	2662	33275,0
De 15 a 19 anos	17,5	2274	39795,0	2388	41790,0
De 20 a 24 anos	22,5	2830	63675,0	2605	58612,5
De 25 a 29 anos	27,5	3027	83242,5	3665	100787,5
De 30 a 34 anos	32,5	2804	91130,0	5181	168382,5
De 35 a 39 anos	37,5	2834	106275,0	4679	175462,5
De 40 a 44 anos	42,5	2654	112795,0	3695	157037,5
De 45 a 49 anos	47,5	2660	126350,0	3322	157795,0
De 50 a 54 anos	52,5	2639	138547,5	2932	153930,0
De 55 a 59 anos	57,5	2423	139322,5	2913	167497,5
De 60 a 64 anos	62,5	2352	147000,0	2767	172937,5
De 65 a 69 anos	67,5	2228	150390,0	2448	165240,0
De 70 a 74 anos	72,5	1880	136300,0	2150	155875,0
De 75 a 79 anos	77,5	1469	113847,5	1803	139732,5
De 80 a 84 anos	82,5	761	62782,5	1255	103537,5
De 85 a 89 anos	87,5	326	28525,0	664	58100,0
De 90 a 94 anos	92,5	109	10082,5	223	20627,5
De 95 a 99 anos	97,5	19	1852,5	26	2535,0
TOTAIS		39168	1595655,0	51222	2061325,0

Quadro nº 25 – Idade média da população residente segundo grupos etários

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 09 de Junho de 2013 (16:16:36) <http://www.ine.pt>

ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO RESIDENTE

No quadro nº 22, podemos observar que no concelho de Montijo 6,6% da sua população residente é viúva, valor ligeiramente abaixo do verificado em Portugal que é de 7,3%. No entanto, no caso da viuvez, o que mais merece realce nos dados apresentados no quadro nº 26, é o facto de homens viúvos ser de 18,7% e as mulheres viúvas 81,3%, confirmando a diferença que existe na esperança média de vida à nascença entre homens e mulheres.

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O ESTADO CIVIL - CONCELHO DE MONTIJO

Rubricas	2011					
	Portugal			Montijo		
	HM	H	M	HM	H	M
Totais	10 561 614	5 047 387	5 514 227	51 222	24 733	26 489
Solteiro	4 278 259	2 205 991	2 072 268	22 441	11 734	10 707
Casado	4 916 317	2 451 112	2 465 205	21 446	10 708	10 738
Viúvo	772 325	144 270	628 055	3 395	587	2 808
Divorciado	594 713	246 014	348 699	3 940	1 704	2 236

Quadro nº 26 – Situação da população residente segundo o estado civil

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 17 de Junho de 2013 (19:43:32) <http://www.ine.pt>

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O PRINCIPAL MEIO DE VIDA

No Montijo segundo os valores do quadro nº 27, 24,6% da sua população residente com mais de 15 anos de idade vive da sua reforma/pensão, os valores nacionais são de 27,4%.

POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE E O SEU PRINCIPAL MEIO DE VIDA

Rubrica	2011					
	Portugal			Montijo		
Género	HM	H	M	HM	H	M
Total	8989849	4242601	4747248	42716	20401	22315
Trabalho	4335856	2281243	2054613	22846	11930	10916
Reforma/Pensão	2459338	1089177	1370161	10497	4586	5911
Subsídio de desemprego	299147	146829	152318	1525	774	751
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	18986	11814	7172	127	50	77
Rendimento social de inserção	105911	40930	64981	459	163	296
Outro subsídio temporário (doença, maternidade etc.)	51207	14626	36581	315	72	243
Rendimento da propriedade ou da empresa	40733	19727	21006	184	82	102
Apoio social	39622	15190	24432	152	80	72
A cargo da família	1382836	517363	865473	5373	2064	3309
Outro	256213	105702	150511	1238	600	638

Quadro nº 27 – População residente com mais de 15 anos de idade, seu principal meio de vida

Fonte: INE – Censos 2011 extraído em 18 de Junho de 2013 (19:18:15) <http://www.ine.pt>

População a cargo da família no Montijo vivem 12,6%, inferior aos valores nacionais que são de 15,4%. Do subsídio de desemprego vivem 3,6%, ligeiramente acima dos valores nacionais 3,3%. Quanto aos valores do rendimento social de inserção os valores registados no Montijo e Nacional são semelhantes 1,1% e 1,2% respetivamente.

CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO

Consideramos ainda que o trabalho e o emprego desempenham um papel central nos processos de construção de identidades sociais e profissionais. Ao contrário o desemprego opera ruturas mais ou menos intensas nas identidades de cada ser humano.

Empregado - Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Desempregado – Indivíduo com idade mínima de 15 anos que se encontra sem emprego e que se encontra disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.

População ativa – pode ser definida, como um conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos, que constituem mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Considera-se população ativa a população empregada e desempregada à procura de novo ou primeiro emprego.

No quadro nº 28 e gráfico nº 7, podemos verificar a evolução da população ativa entre os anos de 2001 e 2011, no concelho de Montijo registou-se um aumento de 35,1%.

POPULAÇÃO ATIVA - TOTAL

Unidade Geográfica	2001			2011		
	Total	H	M	Total	H	M
Montijo	19475	10482	8993	26312	13557	12755
PT - País	4990208	2742035	2248173	5023367	2603574	2419793

Quadro nº 28 – População ativa

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011. Quadro extraído em 11 de Junho de 2013 (16:15:59) <http://www.ine.pt>

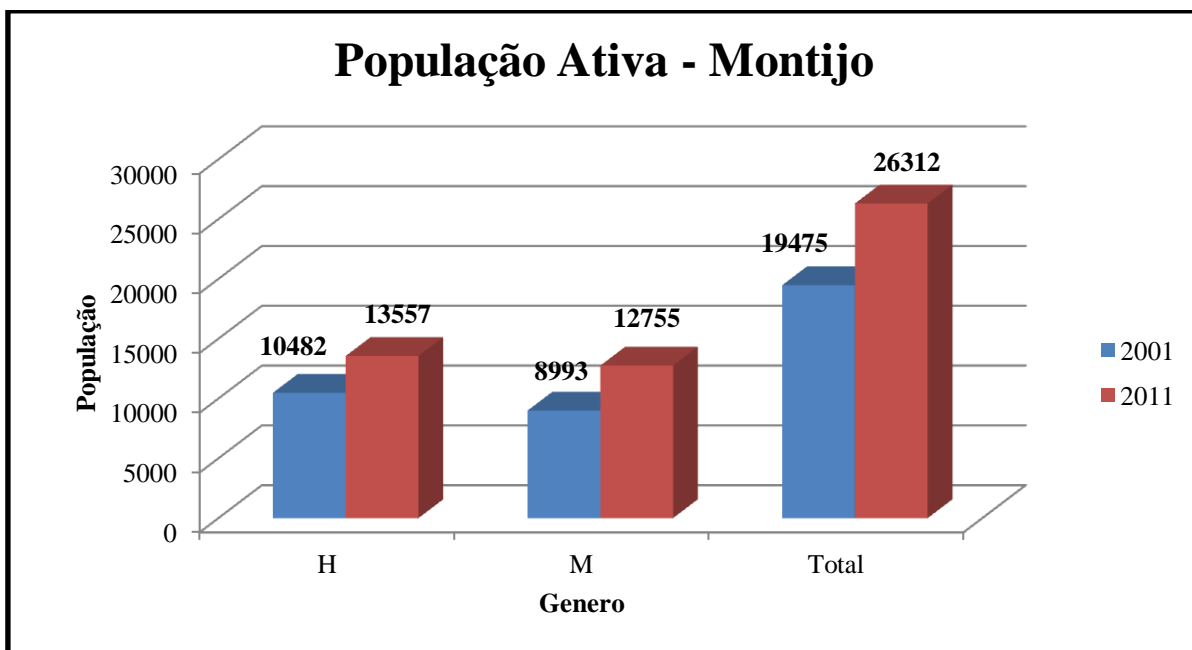


Gráfico nº 7 – População ativa

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011. Quadro extraído em 11 de Junho de 2013 (16:15:59) <http://www.ine.pt>

O problema do desemprego também atinge o concelho de Montijo, registando um agravamento muito significativo entre 2001 e 2011, ou seja mais 107,8%. Um aspeto relevante pode ser observado no quadro nº 29 e no gráfico nº 8, é o facto de em 2001 as mulheres liderarem no desemprego, o que não acontece em 2011, onde os homens desempregados já são em maior número.

POPULAÇÃO ATIVA – DESEMPREGADA - TOTAL

Unidade Geográfica	2001			2011		
	Total	H	M	Total	H	M
Montijo	1666	683	983	3462	1793	1669
País	327404	138869	188535	662180	327600	334580

Quadro nº 29 – População ativa desempregada

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011. Quadro extraído em 11 de Junho de 2013 (15:38:17) <http://www.ine.pt>

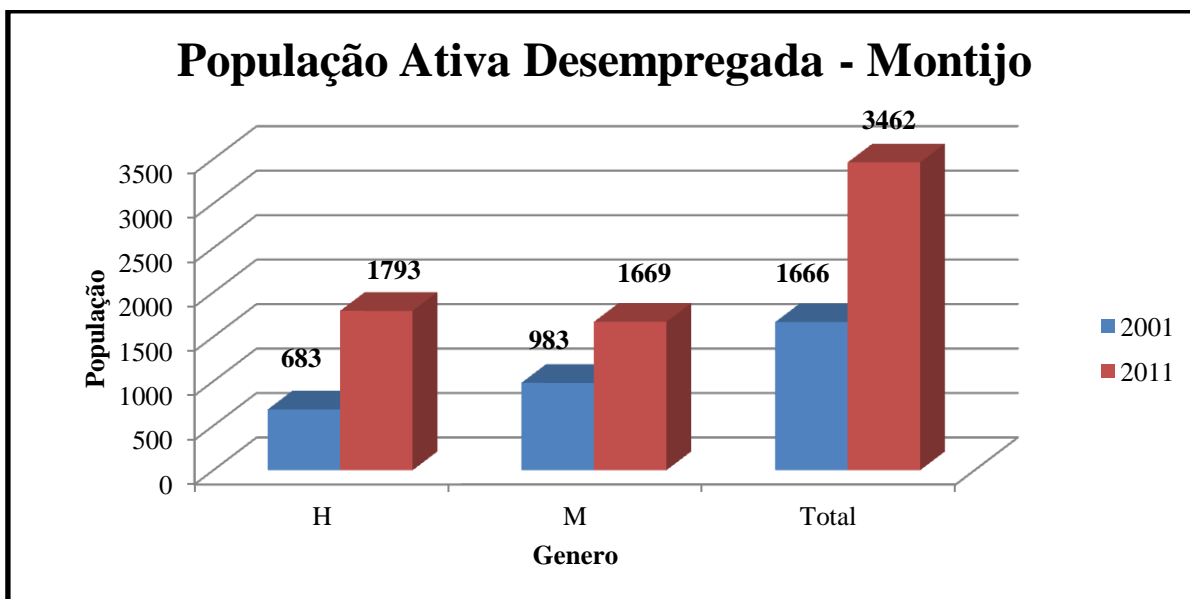


Gráfico nº 8 – População ativa desempregada

Fonte: INE – Censos 2001 versão digital

Fonte: INE – Censos 2011. Quadro extraído em 11 de Junho de 2013 (15:38:17) <http://www.ine.pt>

CASAMENTOS CELEBRADOS / CASAMENTOS DISSOLVIDOS E INTERROMPIDOS / NADOS-VIVOS FETOS MORTOS E ÓBITOS NO CONCELHO DE MONTIJO

Um dos dados que podemos considerar no quadro nº 30 é a redução de 45% nos casamentos entre 1981 e 2012.

Ano	Casamentos			Nados-vivos		Fetos - mortos	Óbitos	
	Celebrados		Dissolvidos	Total	Fora do casamento		Total	De menos de 1 ano
	Total	Não católicos	Por morte					
1981	269	158	163	465	96	9	375	12
1991	254	133	211	400	95	3	447	1
2001	220	101	198	442	158	1	571	4
2011	169	122	193	676	308	2	303	1
2012	148	113	-	640	332	2	306	1

Quadro nº 30 – Casamentos celebrados/dissolvidos/Nados-vivos/Fetos-mortos/óbitos

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas, 1981, pag. 12

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas, 1991, pag. 54

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas, 2001, pag 7

Fonte: INE – Dados extraídos em 14 de Junho de 2013 (18:47:25) <http://www.ine.pt>

Este resultado acaba por ter consequências nos resultados dos nados-vivos fora do casamento, que passaram de 96 em 1981 para 332 em 2012. Um dado positivo, tem sido o

aumento da natalidade no concelho de Montijo. Quanto aos fetos-mortos, os valores são baixos, praticamente sem expressão.

TAXA DE FECUNDIDADE NO MONTIJO

A taxa de fecundidade é calculada na base da divisão dos nados-vivos pelo efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos).

$$\text{Taxa de Fecundidade Geral} = \frac{\text{Número de nados-vivos}}{\text{Efetivos de mulheres entre os 15 e os 49 anos}} \times 1000$$

Ano 1991

Neste ano nasceram vivas 400 crianças e o número de mulheres em idade fértil eram de 9105 o que dá uma taxa de fecundidade de 44 crianças por mil mulheres.

Ano 2001

Neste ano nasceram vivas 442 crianças e o número de mulheres em idade fértil eram de 9607 o que dá uma taxa de fecundidade de 46 crianças por mil mulheres.

Ano 2011

Neste ano nasceram vivas 676 crianças e o número de mulheres em idade fértil eram de 12831, o que dá uma taxa de fecundidade de 52 crianças por mil mulheres.

Nota: No ano de 2012, não é calculada a taxa de fecundidade por falta do elemento número de mulheres.

TAXA BRUTA DE NATALIDADE NO MONTIJO

A taxa bruta de natalidade é definida como a relação entre o número de crianças vivas durante um ano e a população total. Esta relação é usualmente expressa por mil habitantes.

$$\text{Taxa Bruta de Natalidade} = \frac{\text{Número de nados-vivos}}{\text{População total do ano}} \times 1000$$

Ano 1991

Neste ano nasceram vivas 400 crianças e o número total da população (HM) era de 36038, o que dá uma taxa bruta de natalidade de 11,1 crianças por mil habitantes. Este valor é ligeiramente abaixo da taxa Nacional que foi em 1991 de 11,7 crianças por mil habitantes.

Ano 2001

Neste ano nasceram vivas 442 crianças e o número total da população (HM) era de 39168, o que dá uma taxa bruta de natalidade de 11,3 crianças por mil habitantes. Este valor é ligeiramente acima da taxa Nacional de 2001 que foi de 10,9 crianças por mil habitantes.

Ano 2011

Neste ano nasceram vivas 676 crianças e o número total da população residente (HM) era de 51222, o que dá uma taxa de natalidade de 13,2 crianças por mil habitantes. Este valor é ligeiramente acima da taxa Nacional de 2011 que foi de 9,2 crianças por mil habitantes.

SITUAÇÃO FAMILIAR

Analisando o número de famílias clássicas por local de residência no quadro nº 31, verifica-se que no concelho de Montijo, até à dimensão de três pessoas os valores em percentagem são ligeiramente superiores aos nacionais, a partir de quatro pessoas são inferiores. Assim, podemos concluir que as famílias no concelho de Montijo têm uma dimensão inferior aos valores nacionais.

Dimensão (família clássica) - 2011											
Número de pessoas por família	Total	1 Pessoa		2 Pessoas		3 Pessoas		4 Pessoas		5 Ou mais pessoas	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	4043726	866827	21,4	1277558	31,6	965781	23,9	671066	16,6	262494	6,5
Montijo	20576	4632	22,5	7063	34,3	5012	24,4	2933	14,3	936	4,5

Quadro nº 31 – Dimensão da família clássica

Fonte: INE – Censos 2011, extraído em 16 de Junho de 2013 (17:14:21)

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA**4.1 – Delineamento Geral**

A metodologia de investigação consiste no processo de seleção da estratégia, tendo como base os objetivos do trabalho a desenvolver, definindo à partida as técnicas de recolha de dados adequadas ao que se pretende atingir. A análise sociológica que levamos a cabo, está centrada, não na procura de regularidades, mas sim, poder compreender o sentido que lhe é dado pelos atores que orientam os seus comportamentos no contexto de racionalidades variadas em interação com os outros. Ao se pretender compreender o fenómeno que levou um conjunto de pessoas a abandonar as explorações agrícolas no concelho de Montijo, a

perspetiva compreensiva, num contexto de crise no setor da agricultura, permite-nos interpretar um conjunto de transformações culturais com profundas mudanças ao nível das práticas sociais.

4.2 – Procedimentos e Calendarização

Definido o problema de investigação “ O abandono da agricultura no concelho de Montijo”, deu-se início a um estudo exploratório, efetuando um conjunto de visitas ao território onde se iria desenrolar o trabalho, no sentido da recolha de informação sobre o tema. Em simultâneo foi feita uma recolha bibliográfica, a fim de se iniciar a revisão da literatura tendo como objetivo a consulta e recolha de informação pertinente à aquisição de conhecimento científico relativo ao problema de partida. As leituras de toda esta informação, permitiu analisar o que já foi escrito por outros investigadores, ajudando assim a encontrar respostas para a problemática em estudo e para a construção do modelo de análise. Definida a metodologia da investigação, foi elaborado um guião para a realização das entrevistas como método de recolha de informação presencial, oral e gravada às pessoas selecionadas, a sua transcrição foi feita sempre que o tempo disponível ia permitindo. Concluída a recolha da informação, iniciou-se o processo de análise e interpretação de dados, fazendo a seleção e retendo o mais relevante para dar as respostas as questões da investigação. Por último, as considerações finais sobre o processo de investigação, dando respostas aos objetivos propostos inicialmente.

O cronograma seguido na execução do trabalho no quadro nº 32 e 33, onde se regista a paragem por motivos profissionais dos meses de Agosto de 2013 e Fevereiro de 2014.

Temas Meses	Jun.		Jul.		Set.		Out.		Nov.		Dez.	
	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª
Recolha bibliográfica	X											
Estado da Arte e Enquadramento Teórico		X	X									
Elaboração do guião da entrevista			X									
Realização das entrevistas				X	X	X	X	X	X	X		
Transcrição das entrevistas							X	X	X	X	X	X

Quadro nº 32 – Cronograma de 2013

Temas Meses	Jan.		Mar.		Abr.		Mai.		Jun.	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Realização das entrevistas	X		X	X						
Transcrição das entrevistas	X	X	X	X						
Análise e interpretação dos resultados				X	X	X	X	X		
Considerações finais									X	X

Quadro nº 33 – Cronograma de 2014

4.3 – População e Amostra

Ao optar pelo método de investigação qualitativa, o objetivo foi fazer uma análise e o estudo da subjetividade inerente ao comportamento dos agricultores com terras abandonadas. Pretendeu-se assim, fornecer um retrato descritivo global através de entrevistas e de observação, das razões que originaram o abandono das explorações agrícolas, com o objetivo de procurar a diversidade, interrogando os sujeitos cujas opiniões fossem heterogéneas, de modo a contemplar um vasto leque de situações. Ao conceber a entrevista como instrumento técnico de recolha de dados/informações e, não existindo à partida a necessidade da preocupação com a dimensão da amostra, foi selecionado um conjunto de indivíduos a entrevistar com explorações agrícolas abandonadas. Foram executadas entrevistas em todas as freguesias, com maior incidência nas que apresentavam um maior número de parcelas de terreno abandonado. No quadro nº 34 podemos observar a ocupação do solo pela agricultura e o número de entrevistas efetuadas em cada freguesia.

FREGUESIAS	OCUPAÇÃO DO SOLO/AGRICULTURA (ha)	Nº DE ENTREVISTAS
Afonsoeiro	193	1
Alto Estanqueiro / Jardim	784	7
Atalaia	174	4
Canha	4693	5
Montijo	736	4
Pegões	1447	2
Santo Isidro de Pegões	3362	4
Sarilhos Grandes	857	1
TOTAL	12246	28

Quadro nº 34 – Ocupação do solo pela agricultura/ número de entrevistas

Fonte: Construção própria com elementos do Gabinete Intermunicipal de Defesa da Floresta

Aconteceu no entanto, que no decorrer das entrevistas, a amostra inicialmente prevista foi sofrendo algumas alterações ao longo do percurso da investigação, dado a necessidade de ouvir outros atores sociais ligados ao poder local e à comercialização de produtos agrícolas.

4.4 – Definição Conceptual das Variáveis

A conceptualização vai no sentido de permitir uma melhor avaliação dos resultados da investigação e possibilitar que todos possam dar o mesmo significado às variáveis.

- **Variável dependente**

O abandono ocorre quando as “ *terras deixam de ser utilizadas pela agricultura ou por outra qualquer atividade económica rural*”. Nestas circunstâncias, não só ocorre a interrupção das atividades agrárias, como se verifica uma deserção física, ou seja, o Homem deixa de estar presente e de desempenhar um papel ativo na paisagem.

- **Varáveis independentes**

Falta de mão-de-obra: Mão-de-obra - trabalho manual empregado diretamente na produção agrícola.

Dificuldades no escoamento da produção: escoamento - conseguir vender ou comercializar os produtos agrícolas.

Viabilidade económica: viabilidade - significa o determinar se um negócio é realizável «viável» ou não, ou seja, o que vou produzir e vender é suficiente para suportar as despesas e retirar um rendimento compatível com o trabalho realizado.

Recursos hídricos: águas superficiais ou subterrâneas disponíveis para uso das explorações agrícolas.

Envelhecimento dos produtores agrícolas; Processo de desgaste do corpo, depois de atingida a idade adulta, aumento da idade.

Pressão urbanística: Alteração do uso dos solos de agrícola para a construção.

Alteração na fertilidade dos solos: Fertilidade - qualidade daquilo que é fértil. Capacidade do solo para dar às plantas as condições necessárias ao seu desenvolvimento e à consequente produção de géneros.

Alterações climáticas: variação do clima da região ao longo do tempo. Estas variações referem-se às mudanças de temperatura, precipitação, nebulosidade e outros fenómenos climáticos em relação às médias históricas.

4.5 – Instrumentação

Para a observação na pesquisa qualitativa, foi elaborado o “guião da entrevista”, não muito estruturado, para que os objetivos da investigação permitissem levar as pessoas interrogadas se exprimissem de uma forma livre acerca dos temas sugeridos. Embora no trabalho de construção, nos apareça um conjunto de hipóteses, o objetivo da investigação não era a sua confirmação, ou não, mas sim a compreensão do fenómeno. A entrevista semiestruturada, procura levar os interlocutores nas suas respostas a exprimirem-se sobre os elementos desta estrutura (Quivy & Campenhoudt, 2008).

4.6 – Análise dos Dados

Para fazer o tratamento das entrevistas, executadas com alguma profundidade, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo tipo «Avaliação». Atendendo aos objetivos do estudo, escolha desta técnica foi considerada a mais adequada para analisar todo o material recolhido, veio permitir fazer o confronto entre o quadro de referência proposto e o material empírico recolhido, ou seja, permitiu medir as atitudes do entrevistado face ao objeto de estudo e também a direção e intensidade da sua opinião. Na avaliação das entrevistas, foram feitas as sínteses dos discursos, sublinhando algumas frases que contêm a mensagem essencial dos entrevistados, incluindo a salvaguarda da linguagem utilizada. O objetivo desta síntese foi de reduzir o montante do material a trabalhar, permitindo na mesma, o conhecimento da totalidade do discurso e ter a perceção da saturação das entrevistas (Guerra, 2010).

CAPÍTULO V – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A investigação qualitativa foi a escolhida para responder à pergunta de partida. A informação recolhida, através de uma abordagem indutiva permitiu compreender as razões que tiveram na origem do abandono, desenvolvendo ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, não negligenciando outros factos que são relevantes para as conclusões do estudo e como pistas de reflexão em futuras investigações.

O processo de abandono não se restringiu apenas às explorações de pequena dimensão, mas sim a todas as terras de escassa relevância económica e produtiva e com fraca capacidade para reagir a uma economia de escala. Um dos problemas existentes no abandono da produção agrícola, prende-se com o escoamento dos produtos, o que obriga os agricultores a uma necessidade de concentração da oferta. Nas últimas décadas, temos assistido a uma alteração profunda nos circuitos de comercialização dos produtos agrícolas, o desaparecimento quase por completo das pequenas mercearias e frutarias de bairro, em que o seu abastecimento, era feito, em grande parte por intermediários que compravam os produtos

nas pequenas explorações agrícolas. Por outro lado, começaram a proliferar por todo o espaço nacional, as medias e grandes superfícies, com consumos regulares e de grandes quantidades, necessitando portanto, de fornecedores/produtores com uma grande capacidade de resposta. Este novo paradigma do negócio, veio a sentenciar em grande parte o desaparecimento essencialmente dos pequenos produtores, privilegiando as grandes explorações ou as associações/cooperativas de produção.

As explorações agrícolas de pequena dimensão, em muitos dos casos no passado recente, funcionavam como um complemento ao rendimento familiar, atendendo a que um ou mais elementos da família tinham como ocupação principal uma outra atividade. Esta situação proporcionou a que os filhos pudessem ter uma formação diferente dos seus pais, levando-os a afastarem-se ainda mais das práticas agrícolas ocasionando o abandono. Este tipo de agricultura enquadrava-se no conceito de «agricultura familiar», onde a produção agrícola depende de mão-de-obra familiar e tinha um importante papel socioeconómico, ambiental e cultural.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, como reconhecimento da contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar e para a radicação fome e da pobreza no mundo, decidiu que 2014 será o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Todos os estudos indicam que no mundo desenvolvido, existem excedentes de produção baseada numa economia de escala, sendo importante para as grandes culturas de base, explorações com grandes dimensões, por outro lado, nos países com grandes défices alimentares, é defendido que tem de ser a agricultura familiar o principal motor para acabar com a fome, onde as pequenas explorações têm um papel importante a desempenhar.

No caso do concelho de Montijo, os dados indicados no quadro nº 35, apontam que em 2009 a SAU ocupava 14983 hectares, menos 9,8% do que em 1999. Um outro aspeto tem a ver com a superfície agrícola não utilizada (SANU), onde se nota um aumento da área de 1999 para 2009 de 41 hectares, ou seja, mais 13,5%. Segundo dados do INE, em 2009 a SAU em Portugal ocupava 3668 mil hectares, menos 195 mil hectares do que em 1999, o que representa um decréscimo 5%.

Tipo de utilização das terras	Classes de superfície agrícola utilizada	Superfície das explorações agrícolas (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de utilização das terras e Classes de superfície agrícola utilizada; Decenal			
		Período de referência dos dados			
		2009		1999	
		Localização geográfica (NUTS - 2002)			
		Portugal	Montijo	Portugal	Montijo
		ha	ha	ha	ha
Total	Total	4709131	21579	5188938	21197
	0 - < 1 ha	85870	51	141718	273
	1 ha - < 5 ha	649475	967	875748	1802
	5 ha - < 20 ha	703382	2530	949324	3569
	20 ha - < 50 ha	467338	1707	506280	2685
	>= 50 ha	2798532	15943	2711231	12766
	Residual (sem SAU)	4534	381	4637	101
Superfície agrícola utilizada	Total	3668145	14983	3863094	16604
	0 - < 1 ha	35047	34	58412	149
	1 ha - < 5 ha	361980	724	474456	1302
	5 ha - < 20 ha	492467	1956	611181	2646
	20 ha - < 50 ha	357894	1420	396254	1999
	>= 50 ha	2420757	10849	2322791	10509
	Residual (sem SAU)	0	0	0	0
Matas e florestas sem culturas sob coberto	Total	842208	5894	1008374	3723
	0 - < 1 ha	38725	7	59813	57
	1 ha - < 5 ha	230563	153	307470	304
	5 ha - < 20 ha	165855	464	251069	720
	20 ha - < 50 ha	89888	227	79248	600
	>= 50 ha	314338	4695	308471	2033
	Residual (sem SAU)	2840	349	2303	0
Superfície agrícola não utilizada	Total	127691	345	202898	304
	0 - < 1 ha	9437	4	16910	38
	1 ha - < 5 ha	45894	22	69748	85
	5 ha - < 20 ha	36663	16	66662	71
	20 ha - < 50 ha	13568	5	20033	11
	>= 50 ha	21834	293	28518	0
	Residual (sem SAU)	294	5	1027	60
Outras superfícies	Total	71087	357	114573	566
	0 - < 1 ha	2661	6	6584	29
	1 ha - < 5 ha	11038	67	24074	113
	5 ha - < 20 ha	8397	94	20412	132
	20 ha - < 50 ha	5988	55	10745	76
	>= 50 ha	41603	107	51452	184
	Residual (sem SAU)	1400	27	1306	34

Quadro nº 35 – Superfície das explorações agrícolas, tipo de utilização das terras.

Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009, construção própria com dados extraídos em 14 de Julho de 2013 (22:18:01) <http://www.ine.pt>

A situação de abandono das terras vem sendo uma realidade, nomeadamente as pequenas parcelas, resultante de um conjunto de situações a abordar mais adiante. No entender da Sra. Presidente da Autarquia, torna-se necessário a criação de um quadro legal, para dar resposta ao fenómeno atual do abandono das terras.

Há também uma outra situação que deve ser equacionada, estou a falar do conflito de direitos e o conflito de interesses, tem de ser devidamente ponderado, que é eventualmente a venda forçada, que não é fácil, mas o proprietário tem duas hipóteses, tem direito à sua propriedade, mas não tem o direito a ter a terra abandonada, porque a terra abandonada prejudica o interesse geral, prejudica o bem comum e portanto nessa ponderação de interesses, tem que se forçar, tem-se de arranjar mecanismos de o proprietário poder arrendar, sendo forçado a arrendar, ser forçado a vender, embora isso seja muito difícil, não estou a dizer que é fácil (Entrevista nº 9).

5.1 – Associações de Produtores

A fraca concentração da oferta agrícola contribui, em parte, para a fragilidade do sector, sendo uma das vias para ultrapassar esta dificuldade, uma melhor e mais abrangente organização por parte dos produtores, aproveitando os apoios específicos para a organização de produtores (OP's). De acordo com os dados do Ministério da Agricultura, documento de orientação para o Programa de Desenvolvimento Rural entre 2014 e 2020, o sector da hortofrutícola possui um grau de organização (peso da produção resultante de organizações de produtores) de apenas 20% face aos 43% da média EU. Estes valores dão-nos uma imagem do caminho que ainda nos falta percorrer para atingirmos um grau de desenvolvimento e competitividade na nossa agricultura.

Um dado importante na dificuldade de associação dos nossos agricultores, prende-se com a desconfiança existente neste tipo de organizações, trata-se de uma cultura não enraizada na população rural, é mais fácil a entreatajuda e boa vizinhança nas famílias do que formar uma organização para ultrapassar as dificuldades do mercado. No entanto, quando se aborda agricultores com menos idade ou mais esclarecidos, a ideia da criação de associação de produtores, tem alguma receptividade.

Para dinamizar a agricultura na freguesia do Alto Estanqueiro Jardim, que é constituída em grande parte por pequenos agricultores, devia de ser criada uma associação de agricultores, se não se criar essa associação, não existe muita facilidade em escoar os produtos, nem há facilidade recolher os produtos e em manter preços. Se os agricultores tivessem a possibilidade de ter uma associação, podíamos recolher todos os produtos, a associação ter uma área de frio suficiente para recolher todo o material para fornecer às grandes superfícies e quem sabe até

quem sabe exportar. Só assim nós tínhamos condições par produzir mais e melhor qualidade, produtos certificados, porque se não tivemos produtos certificados através da associação, os produtos nunca serão certificados. Estamos a colocar os produtos nas mãos de terceiros, sabendo que esses terceiros depois é que vão ganhar o dinheiro, não é o produtor que ganha o mínimo dos mínimos. Por outro lado se houvesse uma associação, havia máquinas que davam para todos os produtores, bem organizados podemos utilizar as máquinas porque hoje em dia trabalhar produtos só com o esforço humano não é fácil, nem dá produtividade, nem dá lucro, tem que passar tudo pela mecanização. Só assim, é que poderíamos atingir um bom grau de produtividade e talvez houvesse até mais agricultores pequenos, que hoje já abandonaram os seus terrenos tivessem acesso a essa cooperativa ou associação que a partir pudessem desenvolver a atividade em conjunto. O pequeno agricultor não confia um nos outros, por isso é que o pequeno agricultor anda assim todo um pouco baralhado e desorganizado, não faz sentido, no mundo moderno que a gente vive não podemos andar uns a puxar para cada canto. A minha visão é uma associação bem formada e esses agricultores a partir dali terem as condições necessárias de escoar os produtos e saber mais ou menos saber logo os preços que vai ser no mercado para tirar alguma rentabilidade e saber se está a funcionar bem ou se está a funcionar mal. A partir daqui penso que para desenvolver toda esta área, devia de haver aqui um impulso muito grande na questão de organização dos agricultores. Vejo com muita preocupação a dificuldade dos agricultores pequenos em confiarem uns nos outros (Entrevista nº 2).

A Presidente da autarquia, no diálogo que tem mantido ao longo dos anos com os agricultores do concelho, partilha deste tipo de comportamento por parte das pessoas ligadas à terra, como refere no seu depoimento.

Esse facto é o calcanhar de Aquiles, é a ausência total de confiança para os produtores se associarem, não se associam porque não confiam uns nos outros, é um problema de confiança, porque se fosse constituída uma associação que tenha de facto nos seus órgãos sociais a representatividade do setor agrícola e que seja gerida com transparência, com confiança eu acho que é o caminho para o sucesso. Mas infelizmente por vezes há uma ou outra situação de más práticas que depois são generalizadas, genericamente que é um erro e as associações acabam por sucumbir, julgo que é preciso também aqui um momento de oportunidades de constituir uma associação representativa com capacidade de inovar e acima de tudo com uma nova prática de gestão e de relacionamento associativo, onde de facto a transparência seja o fundamental, porque se todos souberem ao que vão, para o que estão, e como é que as coisas são tratadas, não há nenhuma razão, porque têm direitos e têm deveres, não há nenhuma razão para não se associarem, não tratarem de uma forma coletiva, sem coletivismo, ou seja, com o apoio de individualidades mas com entidade jurídica associativa de associarem e tirarem partido dessa situação (Entrevista nº 9).

No concelho de Montijo, a resposta a este desafio veio de um conjunto de produtores, que formaram a única Associação de Produtores existente, a PrimoHorta que foi criada há onze anos por vinte e um produtores agrícolas. Embora alguns dos associados iniciais, hoje já não façam parte da organização, esta continua a ter sucesso com a produção e comercialização dos seus produtos. Segundo Paulo Leite, gerente da associação, os nossos agricultores têm uma especificidade muito própria, o que levou ao abandono por parte de alguns elementos, sendo hoje apenas catorze associados.

Muitas pessoas que iniciaram esta associação, não estavam preparadas e abandonaram a associação, deixando mesmo de serem agricultores, hoje somos 14 sócios, mas produzimos mais de que quando tínhamos mais associados. A área de produção aumentou e, os próprios produtores por via de se terem organizado, foram criando uma infraestrutura de abastecimento dos mercados, que é hoje uma mais-valia, isto porque, individualmente ninguém tinha acesso à grande distribuição (Entrevista nº 24).

Atendendo às dificuldades encontradas no concelho de Montijo, devido à dimensão das explorações, os associados da PrimoHorta, foram obrigados a procurar terrenos noutros concelhos. A instalação dos sistemas de rega e a mecanização nas explorações agrícolas, atualmente utilizadas pelos associados como se podem observar no anexo II - fotos nº 13,14,15, 16, 17 e 18, não permitem a utilização das pequenas parcelas, obrigando-os a ter explorações de maior dimensão nos concelhos de Alcochete, Setúbal, Palmela, Salvaterra, Coruche, Alcácer do Sal. Embora a maioria estejam localizadas nos concelhos de Montijo e Alcochete. Um dos associados, a empresa agrícola Irrifarm, Lda. possui vários terrenos com dimensões diferentes, mas atendendo a que todo o seu trabalho é desenvolvido na base da mecanização, optou por deixar em pousio as parcelas mais pequenas. A sua produção é à base de batata com duas colheitas por ano e a cenoura durante todo o ano, na rotação dos solos produz trigo rijo. Esta empresa agrícola, não utiliza parcelas de terreno de pequena dimensão, porque não são compatíveis com os sistemas de rega e com as máquinas de plantação, tratamento e de colheita.

Como se pode verificar no anexo I, Figuras nº 1 e 2, o concelho de Montijo apresenta um conjunto enorme de pequenas parcelas de terreno, com maior incidência na “Zona Oeste”. Para Daniel Pacífico gerente da empresa, no concelho de Montijo o principal problema do abandono agrícola, tem a ver com o grande número de parcelas de terreno de pequena dimensão. No anexo II – foto nº 19, podemos observar uma plantação de batata deste agricultor.

É verdade, temos um micro clima favorável, possibilitando termos na região produtos antes de outros sítios do país, já para não falar no estrangeiro. Entretanto

estamos a matar esses terrenos, com a construção desordenada, pequenas parcelas com uma casa no meio, como é que pode trabalhar uma máquina para cultivar. Temos de inverter isto, não se pode construir de qualquer maneira quando se pretende tirar proveito da agricultura nessas terras (Entrevista nº 19).

A Associação de Produtores PrimoHorta exige um conjunto de condições aos candidatos a associados, produtores já com uma determinada dimensão de exploração e algum poder económico. Isto porque, as condições de produção são muito exigentes, dado a necessidade de manter um padrão de qualidade em todos os produtos que fazem parte da sua gama de produção. Segundo Paulo Leite, a qualidade dos seus produtos, tem sido uma das principais armas do sucesso da associação. No anexo II – foto nº 20e 21, podemos observar a rede de frio e máquina de embalar cenoura da PrimoHorta.

Conseguimos criar escala e segurança alimentar, uma coisa que a PrimoHorta foi pioneira, por iniciativa da própria Comunidade. As pessoas têm de ter formação, o nosso trabalho é certificado, o que envolve uma componente já de conhecimento. Realizamos cursos de proteção integrada, aplicação de fitofármacos, isto já lá vão uns oito anos, tivemos de ter formação complexa sobre a nossa atividade, é esta a grande diferença da PrimoHorta. Também temos técnicos na empresa para acompanhar os processos de produção, foi uma arma para conseguirmos entrar nas cadeias de distribuição a nossa produção baseada na segurança alimentar (Entrevista nº 24).

No setor da agricultura no concelho de Montijo, existe ainda a Cooperativa Agrícola de S. Isidro de Pegões, que foi constituída por Alvará de 7 de Março de 1958. Esta cooperativa é a proprietária da Adega de Pegões, que foi criada para absorver todas as uvas do Colono de Pegões. A Adega de Pegões passou por alguns períodos menos bons, durante a sua já longa existência, no entanto, conseguiu ultrapassar os tempos difíceis e modernizar-se, sendo hoje uma adega de sucesso com cerca de 38 trabalhadores. Os seus vinhos chegam hoje a várias partes do mundo como se pode verificar no quadro nº 36, absorvendo atualmente a exportação cerca de 23% da sua produção, sendo o seu principal mercado o Inglês seguido do Chinês. A Adega Cooperativa de Pegões, tem hoje 98 associados nos concelhos de Montijo e Palmela, com uma área de 1100 hectares vinha que produz cerca de 11 milhões de quilos de uvas, 60% tintas e 40% brancas. As quantidades de uvas indicadas, dão origem à produção de 8 a 10 milhões de litros de vinho, ou seja, cerca de 11 a 12 milhões de garrafas de vinho.

A Cooperativa Agrícola de S. Isidro de Pegões, inicialmente aquando da sua criação, tinha também uma seção de máquinas agrícolas, para satisfazer as necessidades de todo o colono. Inicialmente funcionou bem, mas à medida que a rentabilidade dos agricultores ia

aumentando, estes começaram a comprar máquinas e a ser autossuficientes, cada um tinha o seu trator, existia na cooperativa 11 tratores, passou para 200 no colonato sem necessidade. Este tipo de comportamentos está enraizado nos nossos agricultores, o que acaba por trazer sempre dificuldades no futuro, um sistema devidamente bem estruturado no início do colonato, que acabou por não ter conseguido sobreviver, a uma melhoria dos rendimentos dos agricultores.



Quadro nº 36 – Mapa dos destinos do vinho da Adega de Pegões

Fonte: Painel existente na Adega de pegões

O Presidente da Cooperativa, quando questionado quais os principais problemas da adega, respondeu a falta de mais uvas.

Neste momento dificuldades, dificuldades propriamente ditas não temos, a dificuldade é de termos mais uvas disponíveis, de resto em termos financeiros não temos problemas, mercados felizmente também não. Temos um novo projeto para a adega, uma parte já está metido na câmara e a outra parte vai entrar, vamos lá ver o tempo que leva a aprovação, são mais uns armazéns que nos fazem falta para a nossa laboração (Entrevista nº 28).

A plantação de novas vinhas só é possível através de uma autorização dada pelo Instituto do Vinho e da Vinha (IVV), o pedido pode ser uma nova autorização ou uma compra a outros agricultores que abandonem a produção mesmo que estejam noutra região. As dificuldades na Adega de Pegões com a falta de uvas, que são mais evidentes na uva branca, onde o mercado mais está a crescer. O mercado Inglês prefere os brancos, no caso do mercado Chinês a opção é dos tintos velhos. A existência de mercado para os vinhos da região, não

pode ser desperdiçada por falta de uvas, porque os terrenos existem, o IVV tem de equacionar esta realidade para a passagem de novas autorizações de plantação de vinha.

A estratégia para o desenvolvimento da agricultura deverá conter um conjunto de medidas e instrumentos, de forma a manter o apoio à revitalização e consolidação das organizações e associações de produtores. É neste âmbito que será possível assegurar a segurança alimentar, respeitando os princípios e normas defendidas pela OMC. O mercado privilegia, cada vez mais, os valores da segurança alimentar e da qualidade dos produtos, o que obriga à formação adequada dos nossos agricultores, no sentido de os informar sobre a aplicação dos fitofármacos e dos paços necessários a dar, numa perspetiva de certificação.

5.2 – Estrutura da Propriedade Rústica

Como já foi referido anteriormente, o concelho de Montijo apresenta uma área geográfica aproximada de 348,1 km², dividida em dois territórios não contíguos, sendo as estruturas das propriedades rústicas muito diferentes, como se pode constatar nas cartas no Anexo I - Figuras nº 1 e 2.

No quadro nº 34, podemos observar que a média por exploração da SAU, no concelho de Montijo em 2009 era de 22 hectares, superior à média nacional que são de 12 hectares. A freguesia de Canha apresenta a média mais alta com 65,1 há, a freguesia do Afonsoeiro a mais baixa com uma média de 3,0 hectares. Podemos ainda observar que desde 1989 a SAU média tem aumentado de dimensão em todo o concelho, à semelhança do verificado a nível nacional. O desaparecimento mais acentuado que se vem verificando das pequenas explorações agrícolas, segundo o INE, é parcialmente explicado pela absorção das respetivas superfícies pelas explorações de maior dimensão, originando assim, um aumento médio em termos nacionais, de 9,3 hectares em 1999 para 12 hectares em 2009.

A fraca concentração de oferta agrícola como já foi referido, é uma das fragilidades do setor no concelho de Montijo, isto porque, falta dimensão e escala de produção, como podemos verificar no quadro nº 37. Embora se verifique uma melhoria na dimensão das explorações agrícolas, na zona Oeste do concelho a predominância ainda é o da pequena exploração, esta fragilidade tem de ser ultrapassada, de modo a contribuir para a diminuição do número de hectares existentes em pousio forçado.

Os gráficos nº 9 e 10, dão-nos uma panorâmica da estrutura da propriedade rústica nas duas zonas do território do concelho de Montijo. Até dois hectares temos 2066 parcelas e entre dois e cinco hectares temos 966 parcelas.

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Superfície agrícola utilizada média por exploração (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Decenal		
	Período de referência dos dados		
	2009	1999	1989
	Ha	Ha	Ha
Portugal	12	9,3	6,7
Montijo	22	13,7	6,4
Canha	65,1	42,7	16,4
Montijo	11,6	3,4	4
Santo Isidro de Pegões	8,8	9	6,5
Sarilhos Grandes	4,5	5	3,1
Alto-Estanqueiro-Jardia	7	3,1	2,4
Pegões	7,9	7,1	7,2
Atalaia	8	5,1	2,2
Afonsoeiro	3	3	0

Quadro nº 37 - Superfície agrícola utilizada média por exploração (ha)

Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009, construção própria com dados extraídos em 06 de Julho de 2013
(22:05:11) <http://www.ine.pt>

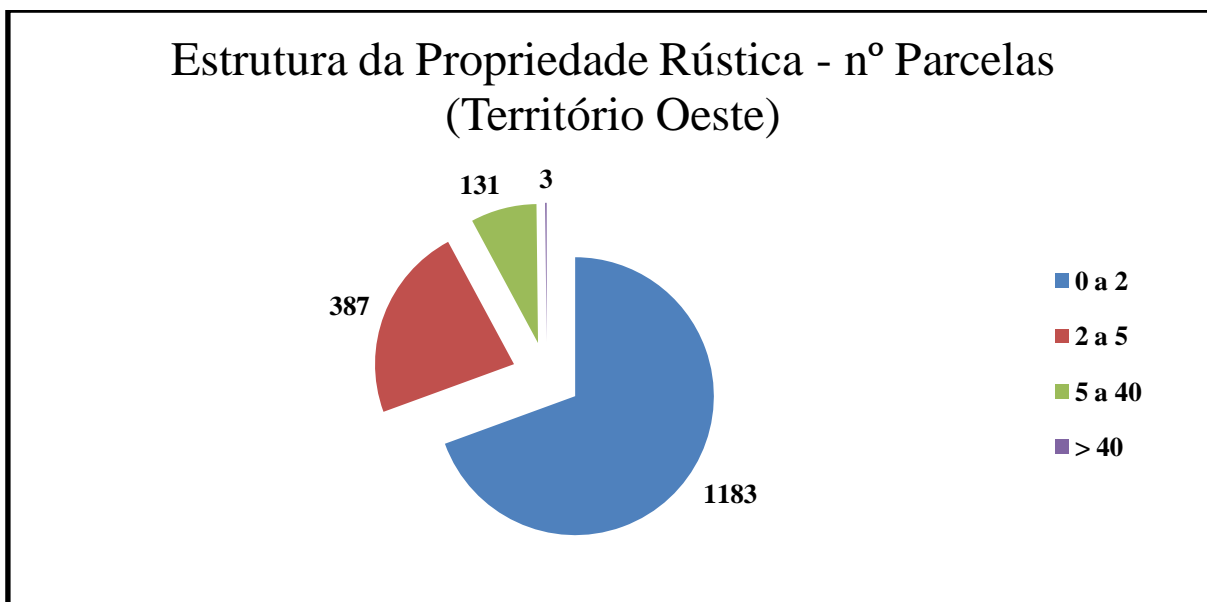


Gráfico nº 9 – Estrutura da Propriedade Rústica – nº de parcelas (Território Oeste)

Fonte: Construção própria a partir de dados do Gabinete de Informação Geográfica – Câmara Municipal de Montijo.

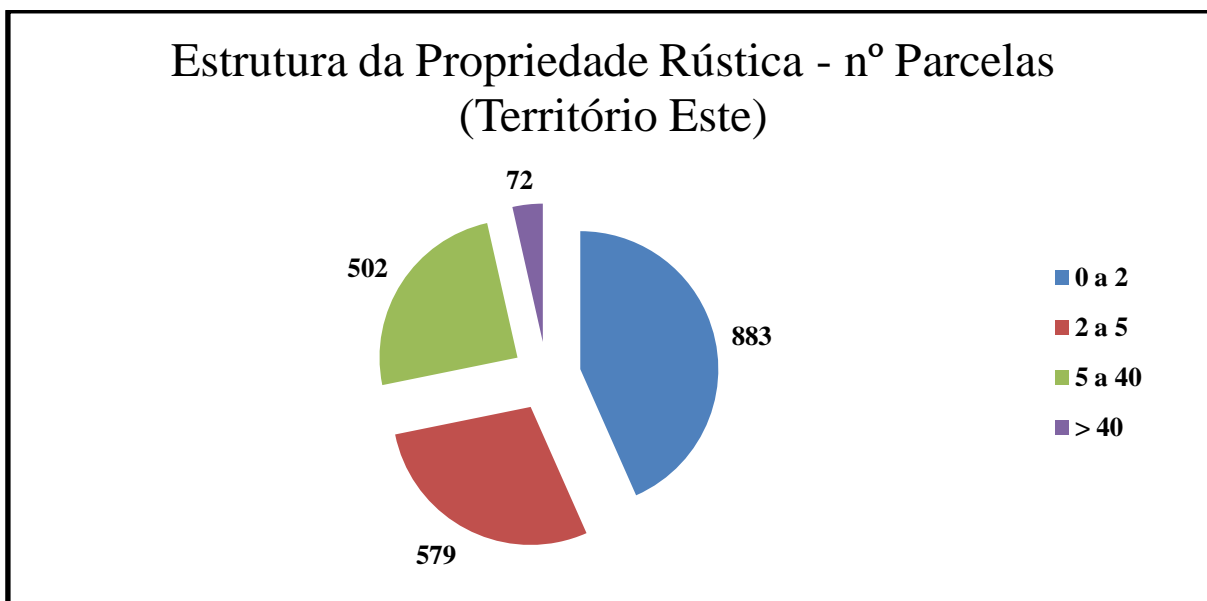


Gráfico nº 10 – Estrutura da Propriedade Rústica – nº de parcelas (Território Este)

Fonte: Construção própria a partir de dados do Gabinete de Informação Geográfica – Câmara Municipal de Montijo.

O objetivo central, deve passar por garantir um desenvolvimento sustentado das zonas rurais, promovendo a ocupação permanente, sólida e apropriada de todos os solos agrícolas, independentemente da sua dimensão. O setor de produção agrícola é um serviço essencial à vida humana, por isso, torna-se necessário atender à qualidade e quantidades de produção adequadas, nunca perdendo de vista, o objetivo de gerir os recursos naturais de uma forma sustentada. Verifica-se que o desenvolvimento agrícola nos últimos anos, tem passado apenas por um pequeno conjunto de explorações, porque são estas, as beneficiárias de grande parte das ajudas ao investimento e à produção, ficando de fora, um enorme número de pequenas explorações na sua maioria de âmbito familiar.

As pequenas explorações agrícolas no concelho, são uma realidade, incidindo mais na Zona Oeste, ou seja, na periferia da cidade de Montijo e a cerca de trinta minutos da cidade de Lisboa. Esta realidade da localização das explorações, deu origem a que terrenos tivessem uma valorização especulativa, por beneficiarem das novas acessibilidades e de se pensar que todos os terrenos podiam vir a ser urbanizados, aumentando a sua rentabilidade face a uma agricultura em decadência. Esta perspetiva, já começou a ser posta de parte, porque a construção no concelho praticamente parou, porque existem construções a mais em função das necessidades, no entanto, as consequências desta visão são reais, registando-se o abandono da agricultura num grande número de parcelas de terreno. Uma outra consequência da proximidade das explorações dos centros urbanos, são as construções feitas para habitação,

não só para os agricultores/proprietários, como para os seus filhos ou netos, não tendo em linha de conta a localização destas habitações no espaço, sendo por vezes, edificadas no meio dos terrenos, matando ou inviabilizando um aproveitamento do restante terreno numa agricultura mais moderna e mecanizada.

As novas redes de comercialização dos produtos agrícolas, vieram influenciar todo o processo de construção da oferta, no sentido de reduzirem todo o pequeno comércio de venda a retalho, retirando-lhes os seus fornecedores tradicionais, nomeadamente os pequenos agricultores. Por outro lado, utilizando o seu campo de poder, por via dos preços, pressionam todos os produtores a modificarem as suas estruturas produtivas e comerciais, obrigando-os a se envolverem em mudanças de padrão tecnológico e organizacional. Foi este contexto, que deu origem a uma parte significativa do abandono das pequenas explorações, nomeadamente as explorações familiares.

Na Zona Este, os problemas do abandono não são muito diferentes do restante território do concelho, temos o caso do colonato de S. Isidro Pegões, onde a primeira geração de colonos, já desapareceu ou têm uma idade muito avançada, a segunda geração enveredou por outras profissões, herdando entretanto o património agrícola fracionado, em função do número de filhos. As consequências são para além do fracionamento, acabam por ser também o abandono, como nos diz um filho de colono.

Junta de Colonização Interna fez o colonato, entraram todos mais ou menos na mesma altura, seriam hoje homens com noventa anos, noventa e tal, o meu sogro está hoje aí tem vai fazer noventa e era dos mais novos, o meu pai se fosse vivo tinha 96, era mais ou menos tudo, era mais ou menos tudo da mesma idade. Como eles começaram todos a morrer na mesma altura o que é normal no ciclo da vida, os filhos não estavam cá vendiam a fazenda ou arrendavam e parte acabou por ficar abandonado, depois há também muitos filhos que estão a trabalhar não auferem um ordenado suficiente a agricultura tem estado em crise e também abandonaram os terrenos, abandonaram só por isso, no entanto têm as infraestruturas à mesma, têm o sistema de rega, maior parte têm, outros estão a vender mas há muitos que ainda têm, há um terço da Junta de Freguesia que foi abandonado na parte agrícola (Entrevista nº 5)

As parcelas abandonadas segundo os seus proprietários são também uma consequência na dificuldade de escoamento dos produtos e dos preços que se praticam. A produção de pequenas quantidades e a dificuldade de mecanização, levam a custos de exploração mais elevados, juntando à alteração registada nos circuitos de comercialização, os pequenos agricultores ficaram sem hipóteses de sobreviver. O novo quadro comunitário de apoio à agricultura, deve ter em conta a especificidade da agricultura familiar, por forma a

garantir o aumento e a estabilidade do rendimento dos agregados familiares de modo a perspetivar uma melhoria das suas condições de vida.

As razões que me levaram a não cultivar as minhas terras, foram as seguintes: primeiro já estou velho; segundo não há onde vender, porque aos uns anos atrás, existiu o mercado na Montiagri que acabou, as pessoas agora não têm a quem vender, umas deixaram de produzir, no entanto, existem aí alguns agricultores de maior dimensão que vão entregar a sua produção à Primo Horta; terceiro não é rentável, porque antigamente o saco de amónio custava no tempo dos escudos 180/200 escudos, agora um saco de adubo em escudos custa quase 3000 escudos e os produtos são vendidos ao preço que se vendia aqui há dez anos atrás, aliás há dez anos para trás vendia-se cenouras por preços superiores aos de hoje (Entrevista nº 1).

A não existir uma intervenção nas pequenas explorações agrícolas, que venha a possibilitar a sua utilização, vão avolumar-se os terrenos abandonados e consequentemente vamos continuar a assistir a uma sucessão vegetal progressiva. O ecossistema vai tentar recuperar as características originais dos terrenos, na sequência da cessação de perturbação humana (Nunes,2008).

Um agricultor com 64 anos de idade, referiu o facto de seu avô e seu pai terem feito o arroteamento da sua pequena exploração agrícola no passado, prevendo que no futuro os terrenos voltem à situação antiga.

Isto em termos de agricultura na família vai morrer mesmo, já tenho conversado com várias pessoas, o vizinho e o meu cunhado que também foi criado aqui dentro disto na agricultura com o pai, as pessoas vai, vai e torna-se tudo como antigamente, esta fazenda era só escalracho e mato, vai dar ao mesmo, pode não ser do nosso tempo mas acaba por acontecer talvez no tempo dos meus netos (Entrevista nº 1).

No concelho de Montijo, com maior incidência na zona Oeste, já se pode observar um conjunto de explorações com um processo de colonização vegetal ou sucessão secundária em vários estados, em função dos anos de abandono, como podemos observar na foto nº 2. É neste contexto, que assistimos à proliferação da *Cana-do-reino* «*Arund donax*» e do arbusto «*Rubus ulmifolius*», que vulgarmente são designados por *Silvas*, que no futuro a sua erradicação é muito difícil, dado ser muito resistente mesmo a herbicidas, podendo cobrir grandes extensões de terreno, transformando-o em fortalezas intransponíveis.

SUCESSÃO PROGRESSIVA DA VEGETAÇÃO NA SEQUÊNCIA DO ABANDONO DAS PARCELAS AGRÍCOLAS



Foto nº 2- Sucessão progressiva da vegetação

Fonte: Fotos da responsabilidade do autor tiradas na freguesia de Montijo, adaptação da dinâmica sucessão da vegetação, após a cessação de uma perturbação (Adélia, 2008).

Um dos comerciantes e produtores de batata e cenoura, afirma-nos que comercializa cerca de 8000 toneladas de batata por ano, das quais, 5000 toneladas são de produção própria, no entanto, não tem explorações agrícolas na região, devido exatamente às dimensões dos terrenos, neste momento a sua produção está praticamente toda localizada no concelho de Alcácer do Sal.

Na região não temos explorações, exatamente pelo motivo em que começamos a entrevista, as pequenas parcelas de terrenos não são rentáveis, não existem áreas suficientes em termos de dimensão para alugar ou comprar que viabilizem o investimento. Nós em Alcácer do Sal, arrendamos 3 pivôs, um de 70 hectares, outro de 25 e outro de 45 hectares, a nossa sede está aqui no Montijo, mas nós temos toda a nossa produção em Alcácer. As maiores áreas aqui na zona estão a ser trabalhadas, o que se vê aí por fabricar são as pequenas parcelas, embora às vezes não pareça, porque estão juntas, mas têm diversos donos (Entrevista nº 20).

No concelho do Montijo, como se pode verificar no gráfico nº 11, cerca de 69,4% do espaço das explorações são de SAU. O espaço ocupado com matas, e florestas sem culturas sob coberto ainda representa 27,3% das explorações.

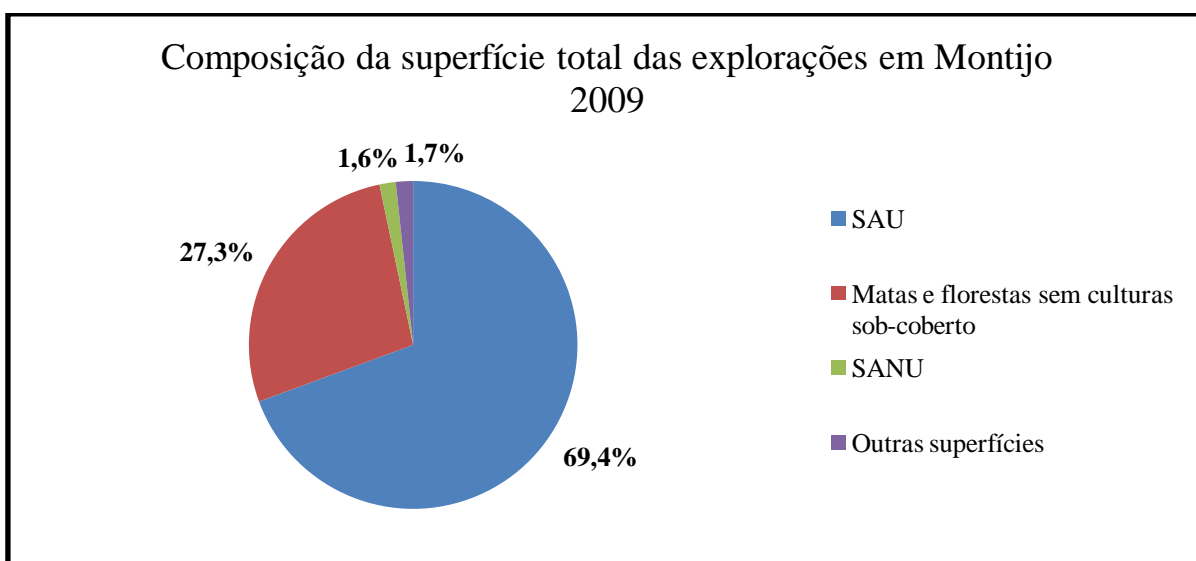


Gráfico nº 11 - Composição da superfície total das explorações em Montijo

Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009, construção própria com dados extraídos em 14 de Julho de 2013 (22:18:01) <http://www.ine.pt>

A pequena dimensão das explorações podem vir a ter um aproveitamento, não em produção intensiva com produtos que carecem de escala para a sua comercialização, mas recorrendo a nichos de mercado. A situação económica do país, deu origem à entrada de uma nova fase de desenvolvimento, marcada pelo desafio da qualidade, dada a necessidade de conquistar novos mercados, este aspeto propícia a emergência de novas ideias para o

desenvolvimento rural. No concelho de Montijo, está aparecer um conjunto de jovens agricultores, que desempenham a sua atividade agrícola em pequenas parcelas de terreno, respeitando a qualidade dos produtos, a manutenção do espaço rural e as preocupações ambientais. Os frutos vermelhos, estão numa fase inicial de produção no concelho de Montijo, começam a ser dados os primeiros paços para uma aproximação entre atores dos diferentes domínios, contribuindo assim, para a conformação deste nicho de inovação de produção. A importância que tem o alinhamento de expectativas entre distintos atores no sentido de ultrapassar um conjunto de vulnerabilidades existentes na construção deste nicho de mercado, construindo estratégias conjuntas de superação.

Na visita a uma empresa agrícola criada recentemente, pude observar uma plantação de framboesas e mirtilos, em que a sua primeira produção de framboesas foram quase exclusivamente para exportação. Trata-se de uma pequena exploração, implantada numa área de 3 hectares, onde duas jovens, recorreram ao arrendamento de uma parcela de terreno, para realizar um sonho antigo de serem agricultoras. Nas fotos nº 25 e 26, temos uma panorâmica da exploração, onde se observa a parte das framboesas na estufa e os mirtilos em terreno livre. Estes novos produtos trazidos para a região, podem ser a abertura de uma janela para o início da recuperação de um conjunto de terrenos de boa qualidade, que não estão a ser cultivados e que nas culturas tradicionais não são rentáveis.

No próximo ano existem aqui uns vinte hectares de framboesa, uns 10 de mirtilos e é preciso pessoas, vamos ver aqui a população é toda idosa, os novos não têm trabalho, o que existe é precário, vão para as estufas fazem uns dias, depois vão para as pinhas fazem mais uns dias, não existe uma profissionalização (...). Os frutos vermelhos no contexto da produção atual, implica que para um plano de financiamento e produtividade se tenha que ter para viabilidade económica, não necessita de grandes áreas, cada vez há mais culturas que não necessitam de muitos hectares para fazer grandes produções. As pequenas parcelas podem hoje ser utilizadas em n culturas mais ricas em termos de produtividade (entrevista nº 27).



Foto nº 4 – Estufa do tipo túnel de framboesas da Doce Baga na freguesia de Canha.



Foto nº 5 – Plantação de mirtilos da Doce Baga na freguesia de Canha.

Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Fev. 2014). Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Fev. 2014).

Um aspeto relevante para um melhor aproveitamento das pequenas explorações agrícolas, é a existência de água que possibilite a rega não só as culturas tradicionais da região, como também dos novos produtos. Segundo dados do INE, recenseamento agrícola de 2009, mais de metade das explorações agrícolas do país dispunham de infraestruturas de rega, o que equivalia a uma área irrigável de 541 mil hectares, cerca de 15% do SAU, no entanto, no ano de 2009 apenas 87% desta área foi regada. Ainda segundo o INE a nível nacional, 88% da área de milho é regada, assim como 70% da superfície de batata e 94% de hortícolas.

No concelho de Montijo registou-se entre 1999 e 2009, uma diminuição significativa da superfície irrigável, menos 2394 hectares (-38,8%), sendo as freguesias de Sarilhos Grandes/S. Isidro/Pegões, onde se verificou uma maior redução, como se pode verificar no quadro nº 38. Na zona Oeste do concelho, existem ainda um conjunto de pequenas explorações que não possuem a quantidade de água necessária para um pleno aproveitamento, isto porque, atualmente o agricultor não pode estar dependente apenas da meteorologia. Portugal faz parte das regiões de influência mediterrânica, no concelho de Montijo existem solos aptos para um conjunto de culturas, temos um microclima com excelentes condições como «temperatura, luminosidade, número de horas de sol, radiação solar, etc.». Entretanto, para que estas condições tenham um aproveitamento pleno, torna-se necessário a água, só assim, se pode trazer prosperidade a estas populações rurais.

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Superfície irrigável (ha) das explorações agrícola por Localização geográfica (NUTS - 2002); Decenal	
	Período de referência dos dados	
	2009	1999
	Ha	Ha
Portugal	540593	791986
Montijo	3775	6169
Canha	1809	2191
Montijo	212	266
Santo Isidro de Pegões	931	1851
Sarilhos Grandes	135	511
Alto-Estanqueiro-Jardia	287	313
Pegões	280	901
Atalaia	120	132
Afonsoeiro	0	0

Quadro nº 38 – Superfície irrigável (ha) das explorações agrícolas

Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009, construção própria com dados extraídos em 07 de Julho de 2013 (18:53:14) <http://www.ine.pt>

Segundo dados do INE, na região Ribatejo e Oeste as culturas temporárias constituem o principal destino da rega. O volume de água consumido em Portugal no ano de 2009 foi de cerca de 3,5 mil milhões de m³, dos quais 23% foram no Ribatejo e Oeste.

5.3 – Escoamento dos Produtos

O problema do escoamento dos produtos é transversal à maioria dos agricultores da região, no concelho de Montijo, a grande parte dos pequenos e médios produtores, vendiam a sua produção agrícola a retalho ou por grosso. No caso da venda a retalho, era feita no chamado mercado da “Reforma Agrária” que se localizava na cidade de Montijo ou então no Lavradio freguesia do concelho vizinho Barreiro, esta venda, era feita em pequenas quantidades e diretamente ao consumidor, aumentando a margem de lucro dos produtores. A venda por grosso, era feita no mercado organizado pela câmara na Montiagri (Pavilhão do Centro de Exposições) ou no espaço junto à Praça de Touros, era nestes espaços, que os agricultores se juntavam com os seus produtos transportados em carroças/tratores/carinhãs. Os compradores vinham inicialmente de praticamente de todas as regiões do país, compravam uns produtos a uns agricultores e outros produtos a outros até carregarem os seus carros, para no dia seguinte fazerem a distribuição pelo comércio das suas regiões. Estes intermediários

eram de uma utilidade muito grande para manutenção da agricultura na região, chegando alguns destes compradores, a fazerem o contato com os produtores e irem mesmo às suas explorações fazerem a carga dos seus carros, evitando assim, a deslocação dos agricultores ao mercado.

As alterações registadas do comércio tradicional, que quase desapareceu e o aparecimento das grandes superfícies, vieram alterar todo um circuito de comercialização, já enraizado nos hábitos dos agricultores. Um dos agricultores quando se falava nas razões que o levaram a deixar de produzir, afirmou-nos com algum desalento, o trabalho antigamente no campo era duro mas não cansava, porque tudo o que se produzia se vendia e dava para pagar o trabalho.

As pessoas tiveram de arranjar outro modo de vida, eu antes do ano 2000 cheguei a semear à sociedade com o meu cunhado, mas era muito difícil, porque saía da fábrica e era até às tantas, sábados e domingos, naquele tempo ainda conseguia escoar os produtos, carregava a carrinha e levava ao mercado do Montijo que ainda existia, vendia tudo, hoje não temos onde vender nem quem compre. Isto agora é assim, vamos comprar os adubos, a loja marca os preços, vamos comprar as sementes a loja marca os preços, vamos vender os produtos, o comprador é que marca os preços, nós não mandamos nada.

A alteração estrutural na venda a retalho, não foi acompanhada por grande parte dos agricultores, potenciando o abandono de grande parte das pequenas explorações agrícolas. A criação de escala e a formação profissional era, e é fundamental, como nos refere um agricultor que se adaptou às novas exigências dos mercados. Os agricultores são individualistas, o que os leva a não criar a necessária agregação de poder pela ação coletiva, de modo a enfrentar os grupos organizados das grandes cadeias de distribuição, onde as suas centrais de compras, decidem como bem entendem, procurando apenas o interesse próprio. A mudança rápida que se verificou nas compras dos produtos agrícolas pelas grandes cadeias de distribuição, deixou os pequenos produtores do concelho de Montijo sem alternativas, porque a sua estratégia passa por grandes quantidades e baixos preços. A resposta dos agricultores, para dar resposta a esta estratégia, tem de passar pela especialização e o aumento de escala, recorrendo a formas de organização coletiva de produtores.

Agora os circuitos de comercialização são diferentes, o pequeno produtor tem muita dificuldade em escoar os seus produtos. As novas formas de comercialização têm exigências não compatíveis com a pequena exploração, no tocante à certificação dos produtos. Para produzir, é necessário preencher um conjunto de formulários que o pequeno produtor não consegue, estou a falar do “caderno de campo”, que tem de ser preenchido pelo agricultor, onde é feita uma descrição

completa sobre todas as fases da produção do produto, que possibilita a certificação do produto para poder ser colocado no mercado de exportação ou no interno em grandes superfícies. Estes procedimentos são auditados todos os anos, para verificação dos procedimentos, só assim é que temos acesso ao escoamento dos produtos (Entrevista nº 19).

A dificuldade no escoamento dos produtos agrícolas, só são ultrapassadas com escala e qualidade, a associação de produtores PrimoHorta conseguiu dar esse salto, fornecendo hoje no mercado interno diariamente o grupo Sonae, Intermarché e Pingo Doce. No campo da exportação, cerca de 80% destina-se a Alemanha, um grupo de supermercados que é a REIVE, têm ainda clientes em Espanha, França, Holanda e Inglaterra. Quando se avalia as dificuldades de escoamento dos produtos dos nossos agricultores, não podemos deixar de referir, que segundo as Estatísticas Agrícolas de 2012 do INE, as importações de produtos agrícolas e agroalimentares atingiram em 2012 um valor de 7 185 milhões de euros, valores que sofreram um decréscimo de 133 milhões de euros face ao ano de 2011. O saldo da balança comercial destes produtos, registou uma melhoria de 459 milhões de euros em 2012 face ao ano anterior, no entanto, continuou a ser deficitário no valor de 2 969 milhões de euros. Um outro aspeto relevante, é o facto de que o nosso principal fornecedor de produtos agrícolas e agroalimentares em 2012 foi a Espanha com 45,5% das importações, país vizinho, onde as condições edafoclimáticas são semelhantes às de Portugal. Embora a autossuficiência em todas as culturas seja um pouco utópica, temos de caminhar para algum equilíbrio, procurando canalizar as nossas maiores apostas, como é evidente, para os produtos em que somos mais competitivos, porque o mais importante é exportarmos mais em valor do que importamos, para concretizar este objetivo ainda temos de percorrer um longo caminho.

Quando se fala na dificuldade de escoamento de produtos, temos dois produtos caraterísticos e com tradições no concelho de Montijo, a batata e a cebola, as importações destes produtos em 2012 vem dizer-nos que algo ainda pode ser feito, de modo a equilibrar um pouco mais a balança, não só reduzindo as importações com aumentando as exportações. Esta situação merece uma análise por parte dos responsáveis pelo Ministério da Agricultura, onde o incentivo à produção deve ser equacionado em conjunto com uma rede de frio compatível com os ciclos possíveis de produção.

No quadro nº 39, podemos observar o défice que temos a nível nacional, de alguns produtos que fazem parte da produção tradicional do concelho de Montijo. Estes valores dizem-nos que temos terrenos, temos mercados, só necessitamos de ter qualidade e as quantidades suficientes para um fornecimento regular durante todo o ano.

PRODUTOS HORTÍCOLAS, PLANTAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS, COMESTÍVEIS

Importações/Exportações Nomenclatura	Importações (2012)		Exportações (2012)	
	Ton.	1 000 Euros	Ton.	1 000 Euros
Batatas	374 720	72 750	49 563	19 149
Batata- semente	41 035	21 417	6 051	3 593
Tomates (Frescos ou refrigerados)	30 088	21 529	98 114	30 850
Cebolas e Alhos	56 115	26 742	14 948	10 630
Couves, Couve-flor, etc.	17 554	9 122	19 311	9 968
Alface e Chicórias	3 192	3 110	5 541	8 441
Cenouras e Nabos	28 448	6 995	22 869	6 572
Azeitonas	4 406	1 752	14 280	5 439
Azeitonas de conserva	7 470	3 902	772	168
Legumes de vagem secos	59 119	48 521	14 361	16 071
Grão-de-bico	13 610	12 967	1 948	2 231
Feijão (seco)	33 520	30 402	11 299	12 716
Raízes (mandioca, outras)	2 480	1 353	696	489
Batatas-doces	1 048	285	359	244

Quadro nº 39 – Importações e exportações de produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis em 2012.

Fonte: INE – Estatísticas Agrícolas 2012

No caso dos produtos hortícolas, segundo dados do INE em termos nacionais, verificou-se uma maior utilização de área em 2012, quando comparado com o ano anterior, com a exceção da alface e da cenoura (gráfico nº 12), o que nos dá uma indicação positiva, em relação à ocupação dos solos.

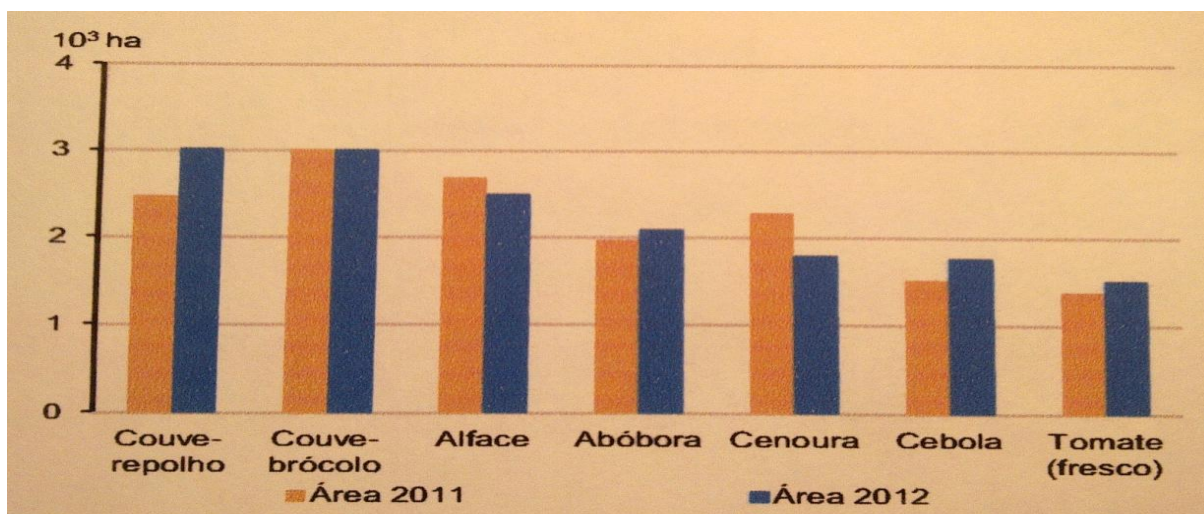


Gráfico nº 12 – Área das principais culturas hortícolas em Portugal

Fonte: INE – Estatísticas Agrícolas de 2012

Segundo as estatísticas agrícolas de 2012 reproduzidas no gráfico nº 13, em termos de toneladas produzidas, temos também um crescimento nos diferentes produtos, com as mesmas exceções da alface e da cenoura.

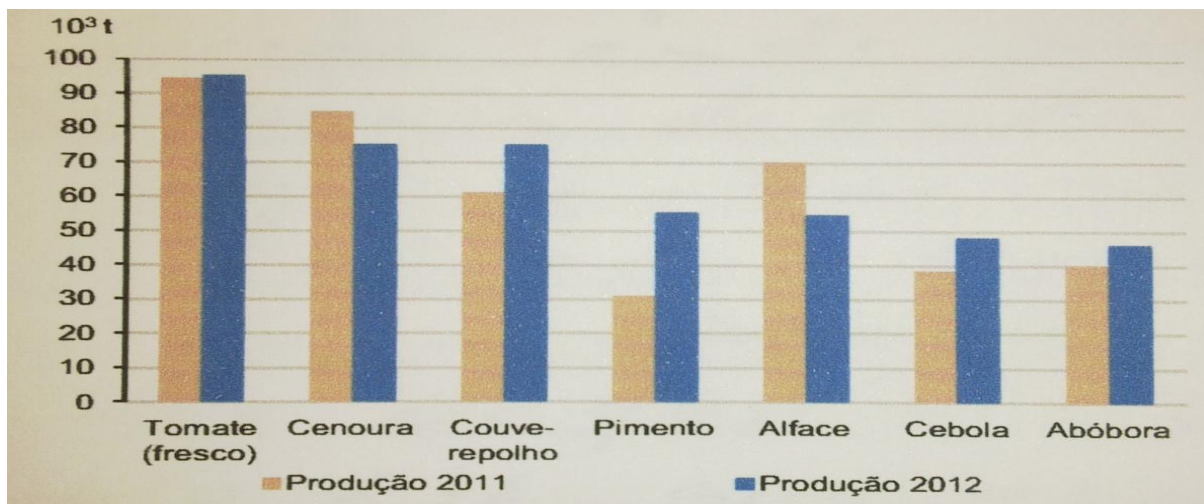


Gráfico nº 13 - Produção das principais culturas hortícolas em Portugal

Fonte: INE – Estatísticas Agrícolas de 2012

Existem no concelho de Montijo algumas empresas que se dedicam à comercialização de produtos agrícolas, de produção própria ou como intermediários. Estas empresas para manterem atividade durante todo o ano, dizem ser necessário recorrer à importação, isto porque, não existe qualquer controlo das quantidades que são necessárias produzir, ocasionando excesso de produtos, ou então falta, provocando oscilações de preços muito significativas, o que não é bom para o agricultor nem para o comerciante. Uma preocupação dos comerciantes, é o facto de não conseguirem as condições de armazenamento, suficientes para aproveitar a época alta da produção, no sentido de garantir um abastecimento regular durante mais tempo, sem ser necessário recorrer às importações. No anexo II – fotos nº 21,22 e 23 podemos observar máquinas de lavar e embalar cenoura dos comerciantes. Em visita efetuada às instalações de um dos maiores comerciantes de batata do concelho, pude observar a qualidade dos equipamentos para a seleção e embalagem de batata anexo II - foto nº 24. Um comerciante, que também já foi agricultor em simultâneo, referiu a dificuldade que tem tido para a ampliação da sua área de frio, dado os problemas de licenciamento do projeto.

As nossas condições climatéricas são favoráveis, mas não estamos a aproveitá-las, obrigam-nos a importar muitos produtos que se podiam cultivar em Portugal, porque não temos uma rede de frio suficiente. Eu tenho 200 m², necessitava de muito mais, mas tenho dois problemas, trata-se de um investimento muito grande e não temos apoios, por outro lado a câmara não me autoriza a aumentar a área coberta mesmo que eu queira fazer um esforço no investimento (Entrevista nº 14).

Um dos maiores produtores e comerciante do concelho de Montijo afirma que não tem condições para comprar os produtos que comercializa aos pequenos produtores em pequenas quantidades, dado que trabalha com a certificação dos produtos na origem. Trata-se de uma empresa já com alguma dimensão, tem nos seus quadros de pessoal 30 trabalhadores e tem uma componente de exportação já com alguma expressão, nomeadamente para a Alemanha e Holanda, com clientes ainda em Espanha e França embora de menor dimensão. Os pequenos produtores quando conseguem colocar os produtos, na associação existente não sendo sócio ou nos armazenistas, são confrontados ainda com questões bastante penalizadoras, como os preços são feitos por quem compra, depois existem um conjunto de descontos para as humidades, areis, etc. O agricultor recebe só uma parte da tonelagem que entrega, a outra parte é para descontos.

5.4 – Envelhecimento dos Produtores Agrícolas

A idade dos agricultores no concelho de Montijo, também acaba por ter influência no abandono que se vem registando. O envelhecimento dos produtores agrícolas segundo o INE, está relacionado com o abandono da SAU, quando analisamos o concelho de Montijo (gráfico nº 14 e quadro nº 36) podemos constatar que 49,2 % destes produtores têm mais de 65 anos de idade. Os valores nacionais, são muito semelhantes, embora um pouco inferiores (47,5%). Se considerarmos os produtores agrícolas com mais de 55 anos de idade, os valores no concelho de Montijo passam para os 77,3%, uma indicação importante para a análise do abandono de alguns espaços agrícolas.

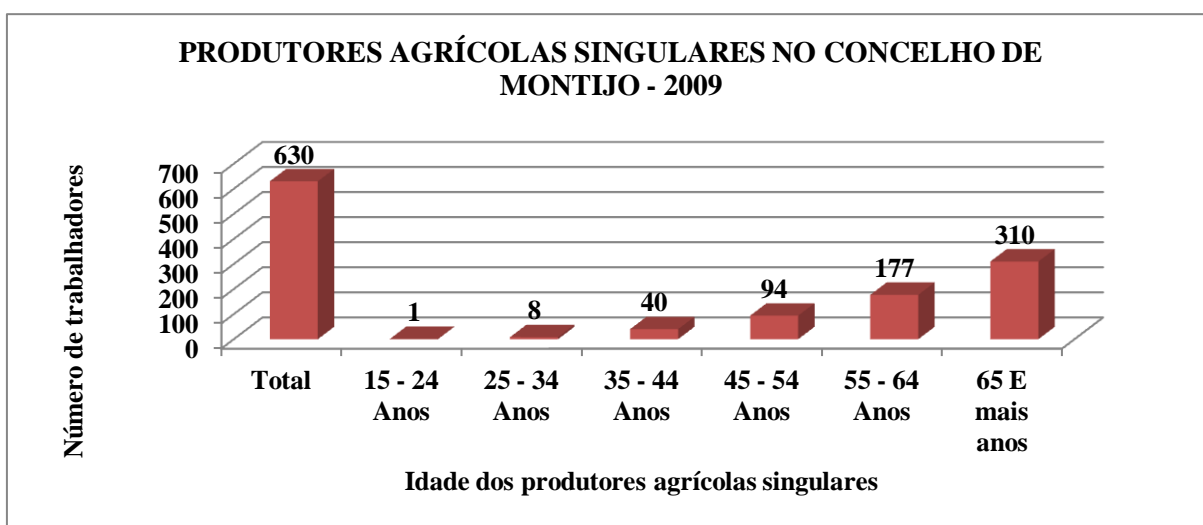


Gráfico nº 14 – Produtores agrícolas singulares no concelho de Montijo

Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009, construção própria com dados extraídos em 01 de Julho de 2013 (18:33:57) <http://www.ine.pt>

O êxodo rural dos mais novos nos últimos anos, tem sido um fator que tem afetado as estruturas de produção. A procura de emprego nas zonas urbanas ou a emigração, levou à debandada dos trabalhadores assalariados, das famílias e mesmo dos pequenos agricultores, ficando para trás apenas os mais velhos (Batista, 2010).

Dados recentes, dão-nos sinais positivos para uma alteração deste problema, quando se aponta para a adesão dos jovens à agricultura, embora por razões relacionadas com a crise em que o país está mergulhado e consequentemente pela ausência de perspectivas de emprego noutros setores de atividade. É no contexto da crise que um grande número de jovens diplomados, têm como única opção profissional o ingresso na agricultura, procurando tirar vantagem de existirem estímulos e incentivos na PAC.

A idade dos produtores agrícolas e os seus filhos enveredarem por outras profissões, acabou por potenciar o abandono das explorações, como é referido por uma agricultora integrada no Colono de Pegões.

As razões que a levaram a deixar de cultivar a terra, para além da dificuldade de escoamento para os produtos, acontece que todas as economias que consegui ao longo dos anos foram investidas na agricultura, depois os poucos compradores que apareciam, levavam as coisas e não pagavam. Eu para trabalhar e, depois não receber pela venda dos nossos produtos, não valia a pena. O meu marido estava empregado, as minhas filhas estavam a estudar e eu sozinha e já não conseguia com todos estes problemas. O meu sogro é que era colono (Entrevista nº 10).

Segundo dados do INE como se pode ver no quadro nº 40, a população rural envelheceu consideravelmente, passando a média de idades dos 46 anos em 1999 para os 52 anos em 2009. O número de indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos representa em 2009 cerca de 1/3 da população rural. No concelho de Montijo, grande parte das explorações agrícolas são familiares, o que nos leva a observar os dados do INE a nível nacional. A população agrícola familiar é a mais velha e menos instruída do que a população residente em geral. Em Portugal 18% dos indivíduos têm 65 anos ou mais anos, enquanto no meio rural essa percentagem sobe para os 33%.

A idade dos agricultores é um fator quase sempre referenciada pelos entrevistados, como sendo um pouco impeditivo da alteração estrutural necessária dos sistemas de produção e comercialização dos produtos agrícolas.

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Produtores agrícolas singulares (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Grupo etário; Decenal						
	Período de referência dos dados						
	2009						
	Grupo etário						
	Total	15 - 24 Anos	25 - 34 Anos	35 - 44 Anos	45 - 54 Anos	55 - 64 Anos	65 E mais anos
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	297381	534	6311	22961	51711	73947	141917
Montijo	630	1	8	40	94	177	310
Canha	140	0	1	15	20	36	68
Montijo	22	0	0	2	2	7	11
Santo Isidro de Pegões	190	0	3	12	38	65	72
Sarilhos Grandes	50	0	0	3	2	13	32
Alto-Estanqueiro-Jardia	103	0	2	6	13	23	59
Pegões	105	1	2	2	17	30	53
Atalaia	19	0	0	0	2	3	14
Afonsoeiro	1	0	0	0	0	0	1

Quadro nº 40 - Produtores agrícolas singulares, segundo grupo etário.

Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009, construção própria com dados extraídos em 01 de Julho de 2013 (18:33:57) <http://www.ine.pt>

Um agricultor entrevistado com 85 anos dizia-nos “: *as minhas terras estão em pousio, se me vierem pedir para a lugar, não alugo nada, porque essas pessoas pensam logo que são donas de tudo*”. A existência de laços muito fortes com a terra é ainda uma realidade, sendo o termo posse da terra, tanto mais evidente, quanto mais elevada for a faixa etária dos seus proprietários.

As empresas de comercialização existentes, focam a dificuldade que existe em serem elas próprias da formação aos agricultores com alguma idade e proprietários de pequenas parcelas, no entanto, mostram esperança no futuro da agricultura, como nos diz uma jovem engenheira responsável e uma empresa.

Acho que até agora, os pequenos agricultores, cada vez mais têm vindo a desistir e a abandonar as suas parcelas porque não conseguem concorrer, também não têm apoios, mas no meu ver julgo que vai melhorar. Aqui na zona do Montijo existem um oito ou oitenta temos os grandes agricultores que fazem áreas muito vastas e existem as pequenas parcelas em que os donos dessas parcelas que são agricultores com alguma idade, mas também não têm muito conhecimento e acabam por ter uma produção apenas para consumo interno, consumo próprio ou para vender nos pequenos mercados à beira da estrada. Eu costume fazer a certificação dos

agricultores de maior dimensão que trabalham para nós, isso obriga-nos a fazer análises de produtor a produtor, mas só compensa quando se trata de áreas relativamente elevadas, certificação referencial GLOBALG.A.P. (Entrevista nº 20).

Um aspeto que merece atenção é de facto estarmos na presença de uma maior exigência em termos de qualidade dos produtos agrícolas, complicando um pouco o recurso à formação necessária, para que se possam respeitar os novos requisitos da sua comercialização. Um agricultor, dizia-nos numa conversa informal, que grande parte dos nossos agricultores em nome individual, são pessoas com uma certa idade, nunca aprenderam, nem nunca ninguém lhes ensinou o que são fitofármacos ou uma certificação, se as exigências de qualidade se generalizarem acabam com o resto do pouco que já existe.

É reconhecido por todos a importância que tem a vinda para a agricultura de mais jovens, no entanto, para que isso aconteça torna-se necessário que o setor se torne mais atrativo. Na zona Este do concelho, nomeadamente no colonato de Pegões, onde se encontra talvez o maior número de filhos de agricultores com idades 30/40 anos, todos eles com formação e detentores de uma tecnologia agrícola já aceitável, no entanto, vão abandonando o campo. Tem contribuído para esta situação, a necessidade de construção de habitação para os filhos dos agricultores, que não tem sido autorizada por condicionantes do PDM do Montijo, não permitindo a fixação dos jovens, levando-os para outros concelhos e consequentemente a dedicarem-se a outras profissões. Um dos dados do INE que merecem atenção, é a natureza jurídica do SAU em hectares no concelho de Montijo indicados no quadro nº 41. Podemos observar que o produtor singular representa 10266 hectares de SAU, as sociedades 4624 hectares e outras formas de natureza jurídica 93 hectares. Esta situação não está dissociada da idade dos agricultores do concelho, um pouco mais conservadores e receio de trabalhar de uma forma mais concertada, de modo a criar as condições de uma economia de escala.

Localização geográfica (NUTS - 2001)	Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2001) e Natureza jurídica; Decenal					
	Período de referência dos dados					
	2009					
	Natureza jurídica					
	Produtor singular	Autónomo (utilização maioritária de mão-de-obra familiar)	Empresário (utilização maioritária de mão-de-obra assalariada)	Sociedades	Baldios	Outras formas da natureza jurídica do produtor (cooperativas, associações, fundações, mosteiros, conventos, seminários, escolas privadas)
	ha	ha	ha	ha	ha	ha
Portugal	2486926	2048992	437934	991453	127660	62105
Montijo	10266	5101	5165	4624	0	93
Canha	7012	2237	4775	3866	0	55
Montijo	128	127	1	151	0	0
Santo Isidro de Pegões	1605	1449	156	150	0	38
Sarilhos Grandes	156	143	13	88	0	0
Alto-Estanqueiro-Jardia	716	498	218	0	0	0
Pegões	574	574	0	273	0	0
Atalaia	71	70	1	97	0	0
Afonsoeiro	3	3	0	0	0	0

Quadro nº 41 – Superfície agrícola utilizada (ha), natureza jurídica

Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009, construção própria com dados extraídos em 07 de Julho de 2013 (18:26:50) <http://www.ine.pt>

A situação económica em que o país se encontra, tem sido um potenciador do aumento do desemprego, com maior incidência nos jovens, levando-os a enveredar em parte pela agricultura, podendo estar nesta nova geração de agricultores a solução para ultrapassar o conservadorismo do setor.

5.5 – Culturas Temporárias

No concelho de Montijo, segundo dados do INE – Recenseamento Agrícola 2009, o número de explorações agrícolas com culturas temporárias registou um decréscimo acentuado no período compreendido entre 1999 e 2009, passou de 751 para 306, ou seja, desapareceram 59,2% das explorações.

Verificou-se uma redução do número de explorações agrícolas com culturas temporárias, onde predominava como já foi referido as culturas hortícolas e a batata, produtos

que continuamos em Portugal a ser deficitários e a ter a Espanha como nosso principal fornecedor. Os cereais para grão é outra cultura temporária, que continua a diminuir no concelho de Montijo, quando estamos perante produtos que representam o maior saldo negativo nas transações com o exterior, sendo o défice de menos 820 milhões de euros em 2012. No gráfico nº 15, podemos observar que a superfície agrícola utilizada no concelho de Montijo, apenas 3473 hectares, ou seja, 23,2 % é utilizada em culturas temporárias, cabendo às pastagens permanentes a maior área com 8201 hectares, que representa 54,8% de toda a superfície agrícola utilizada.

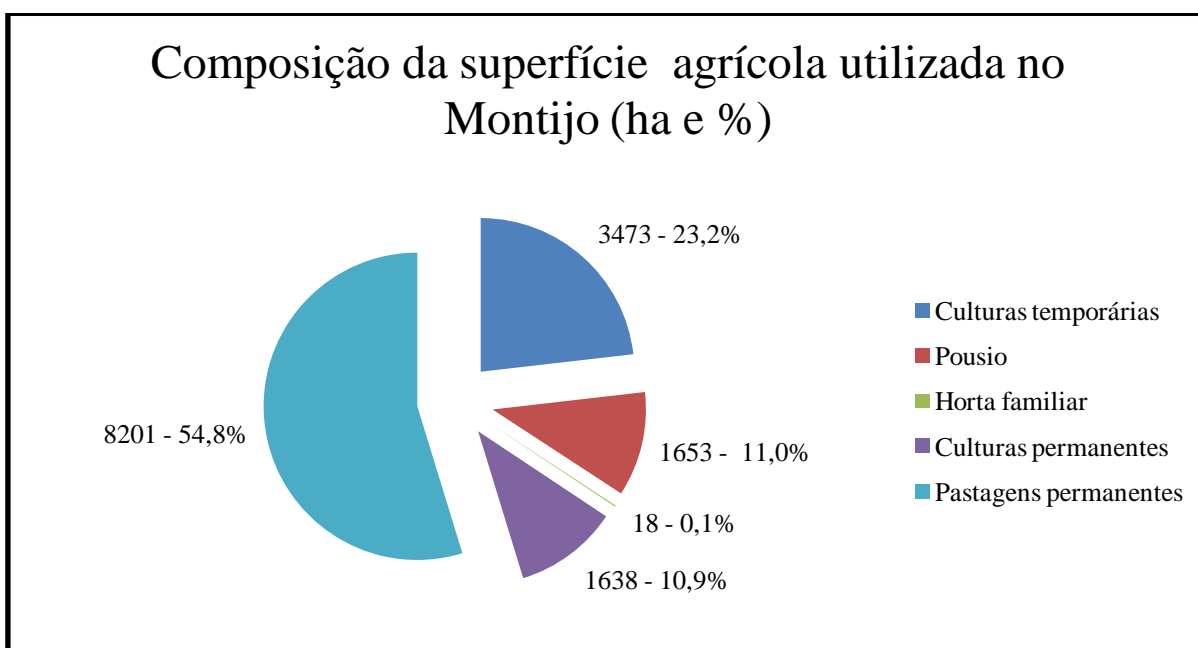


Gráfico nº 15 – Composição da superfície agrícola utilizada no concelho de Montijo (ha)

Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009, construção própria com dados extraídos em 23 de Junho de 2013 (15:39:19) <http://www.ine.pt>

A situação parece-nos um pouco ambígua, possibilidade de crescimento nas áreas utilizadas nas culturas temporárias, dificuldade de escoamento destes produtos, quando existe um défice muito grande entre a exportação e importação de um conjunto destes mesmos produtos.

No passado, os cereais tinham uma importância significativa, no contexto das pequenas explorações agrícolas, atingindo produções significativas mesmo na Zona Oeste do concelho do Montijo, como nos relatou o antigo proprietário de duas máquinas debulhadoras, que fazia o trabalho aos agricultores desta região.

Eu tinha duas máquinas, mas inicialmente tinha uma mais antiga que era alimentada à mão, mas depois comprei duas já movidas por um trator. Os

agricultores levavam para a eira os molhos de cereal colocavam-nos em rolheiros/frascais deixando um corredor a meio para a máquina entrar quando chegasse, havia sempre a preocupação de o corredor ser mesmo à medida da máquina, para que os frascais ficassem o mais perto possível, no sentido de diminuir o esforço para a colocação depois na máquina para a debulha. Quando os frascais estavam mais perto, um só homem era o suficiente para alimentar a máquina, quando estavam mais longe chegavam a ser quatro, iam passando de um para o outro com os forcados. Cheguei talvez a entregar num ano 30 ou 35 toneladas de cereal como maquia, isto na década de 50/60 do século passado (Entrevista nº 15).

Atualmente na Zona Oeste, não se produz praticamente cereais para grão, se recuarmos 50/60 anos, podemos afirmar de acordo com os dados recolhidos através da maquia, que era na altura 6% do cereal debulhado, estamos a falar de uma produção de cerca 500/600 toneladas de cereais. A mecanização na agricultura, veio a alterar a produção de cereais nas pequenas explorações, a sua rentabilidade era baixa, atendendo à utilização de mão-de-obra de uma forma muito intensiva. Na foto nº 3, podemos observar uma debulhadora fixa igual à usada por um dos entrevistados.

Aqui na zona semeava-se muita tonelada de trigo, não havia um palmo por semear, os melhores terrenos normalmente era para batatas e cebolas, as terras mais fracas era tudo para cereais, tudo semeado à mão, era o charrueco a abrir o rego, depois pôr a semente e grada atrás a tapar. Mais tarde já com o trigo crescido, quando ganhava muita erva passava-se o lambecho entre os regos (Entrevista nº 15).

No concelho de Montijo, os agricultores semeiam ainda algum trigo com destino a rações para animais «trigo mole», mas esta cultura é apenas utilizada como rotação da terra da batata. Segundo os agricultores, não compensa fazer a rotação da terra com trigo em terrenos alugados, só em terrenos próprios, nos alugados optam pela cenoura que tem outra rentabilidade. No passado a sementeira do trigo, era feita um pouco artesanal, semeado ao rego e ceifado à mão, utilizando as máquinas fixas para a sua debulha, o que possibilitava que fosse utilizado todos os terrenos independentemente do tamanho da exploração. Atualmente é mecanizado, desde a sementeira à colheita e debulha, logo grande parte das pequenas parcelas não reúnem condições, dado os obstáculos físicos existentes para as máquinas poderem trabalhar.

Um dos maiores produtores de batata e cebola à cerca de duas décadas atrás era o Eng.º António Tavares, proprietário de um conjunto de propriedades, localizadas nas freguesias de Montijo, Auto Estanqueiro/Jardia e Canha. No entanto, tem progressivamente

vindo a abandonar este tipo de produções, embora reconheça que Portugal é deficitário em batata e cebola.

Portugal é deficitário, entre importação e exportação, em mais de 200 mil toneladas de batata e 30 mil toneladas de cebola, essa é que é a situação para se refletir, porquê? Em contrapartida na cenoura já temos um saldo entre importações e exportações positivo 1000/2000 toneladas por ano. Nós já conseguimos algumas economias de escala, já conseguimos produzir em condições, aqueles produtos que não têm armazenagem, estamos a conseguir ser autossuficientes e a vender, aqueles que têm armazenagem produtos sazonais como a cebola e a batata. Somos deficitários porque não temos condições. O norte da europa armazena a batata sem ser necessário frio, só ventilados, aqui não temos estruturas de armazenagens desse tipo de produtos. Temos alturas de excessos em que a cebola se degrada e temos outras alturas em que importamos quantidades impressionantes (Entrevista nº 26).

Este agricultor aponta ainda como exemplo a produção de batata na região da Picardia em França, onde as explorações têm uma dimensão 70/90 hectares, não dispensando estes agricultores de se associarem 2/3, no sentido de poderem beneficiar de um investimento mais reduzido na mecanização. Isto porque, alguns dos equipamentos têm custos elevados e não têm uma utilização continuada, logo existe toda a vantagem em que os seus custos sejam suportados por mais do que um agricultor, como exemplo aponta um pulverizador de grande rentabilidade indicado na foto nº 18. No entanto, o Eng.º António Tavares acredita, que nesta onda atual de entrada de mais jovens para a agricultura se possa vir a alterar o individualismo existente nos nossos agricultores mais velhos. No quadro nº 42, podemos verificar que segundo o recenseamento agrícola de 2009, o maior número de explorações agrícolas com culturas temporárias, estão relacionadas com a cultura da batata e de culturas hortícolas.

A batata e a cebola foram no passado e continuam a ser no presente, duas das principais culturas temporárias no concelho de Montijo, estamos a produzir mais quantidades com menos agricultores, dado as alterações registados no processo produtivo, aumentando a mecanização e reduzindo a mão-de-obra. Estas alterações que se estão a dar, afastaram os pequenos produtores, dado que privilegiam as parcelas de terreno de maior dimensão. Nas vistas efetuadas a um conjunto de explorações de alguma dimensão, foi possível observar como estes agricultores produzem agora a cebola e a batata, anexo II - fotos nº 13,14,15,16,17, 18 e 19.



Foto nº 3 – Debulhadora fixa
Fonte: Cooperativa Agrícola de Pegões

Período de referência dos dados	Tipo (culturas temporárias)	Explorações agrícolas com culturas temporárias (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2001) e Tipo (culturas temporárias); Decenal								
		Localização geográfica (NUTS - 2001)								
		Montijo	Canha	Montijo	Santo Isidro de Pegões	Sar. Grandes	Alto-Est. Jardia	Pegões	Atalaia	Afo.
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2009	Total	306	86	19	95	20	53	20	13	0
	Cereais para grão	115	50	1	54	1	4	3	2	0
	Leguminosas secas para grão	6	3	0	1	0	1	1	0	0
	Prados temporários	8	2	2	0	0	2	1	1	0
	Culturas forrageiras	59	20	3	18	5	7	4	2	0
	Batata	126	19	9	53	8	24	5	8	0
	Beterraba sacarina	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Culturas industriais	3	2	0	1	0	0	0	0	0
	Culturas hortícolas	147	28	12	37	6	46	12	6	0
	Flores e plantas ornamentais	22	9	3	4	3	1	1	1	0
	Outras culturas temporárias	2	1	0	1	0	0	0	0	0
1999	Total	751	182	66	216	73	118	58	37	1
	Cereais para grão	207	75	8	77	8	14	21	4	0
	Leguminosas secas para grão	33	4	1	21	2	4	0	1	0
	Prados temporários	10	4	0	3	2	00	1	0	0
	Culturas forrageiras	236	62	19	70	28	25	25	7	0
	Batata	256	53	26	78	10	68	14	7	0
	Beterraba sacarina	2	2	0	0	0	0	0	0	0
	Culturas industriais	13	8	0	3	0	1	1		0
	Culturas hortícolas	477	76	52	145	50	95	24	34	1
	Flores e plantas ornamentais	31	12	3	6	4	2	1	3	0
	Outras culturas temporárias	16	5	1	8	0	0	2	0	0

Quadro nº 42 – Número de explorações agrícolas com culturas temporárias

Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009, construção própria com dados extraídos em 18 de Julho de 2013 (15:39:41) <http://www.ine.pt>

CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 – Notas Conclusivas

A Política Agrícola Comum (PAC), optou nas últimas três décadas por um modelo de desenvolvimento agrícola, assente na intensificação produtiva e na mecanização, canalizando para o efeito, todos os seus apoios no sentido de uma modernização, com o

objetivo de dotar as explorações de uma maior competitividade, diminuindo assim, a dificuldade dos seus produtos na comercialização, num mercado cada vez mais global. Foi neste quadro, que muitas explorações agrícolas, acabaram por ser abandonadas em algumas regiões do país, nomeadamente, onde predominava as pequenas parcelas de terreno com menos de cinco hectares de SAU, que segundo dados do Recenseamento Agrícola de 2009 representam $\frac{3}{4}$ do total das unidades produtivas. A tendência que existe para o aumento na dimensão das explorações, recorrendo ao emparcelamento um pouco forçado, não deixa de ser positivo numa perspetiva de viabilidade económica, mas tem uma outra consequência que é a redução do número de agricultores e o desaparecimento significativo de emprego no setor agrícola. Um aspeto que nos parece positivo, tem a ver com o novo quadro comunitário 2014 - 2020, onde pela primeira vez os subsídios a atribuir por hectare aos agricultores, são majorados nos primeiros hectares da exploração, no sentido de proteger os pequenos agricultores.

Uma das fragilidades da agricultura no concelho de Montijo, é a fraca concentração na oferta dos seus produtos. Para dar resposta a esta fragilidade apenas existem no concelho de Montijo, uma associação de produtores agrícolas e uma cooperativa agrícola ligada à produção de vinho. Não existe uma dinâmica no seio dos agricultores para se organizarem, nomeadamente na criação de associações de produtores, beneficiando dos incentivos do novo quadro comunitário de apoio. As exigências dos mercados, são muitas, o que obriga a termos agricultores mais bem preparados, logo torna-se fundamental a sua formação, nomeadamente nos processos de produção e em especial na utilização dos fitofármacos adequados, no sentido de garantir a qualidade dos produtos que entram da cadeia alimentar, caminhando assim, para uma certificação generalizada dos produtos. As redes de frio são outro problema, que tem de ser equacionado no âmbito do agrupamento ou de associação de produtores, porque se trata de estruturas com alguma dimensão e com os custos elevados, mas são imprescindíveis para responder às necessidades dos mercados, possibilitando o alargar do período de fornecimento e aproveitando ao máximo o ciclos de produção possíveis na região. O exemplo da importância da rede de frio vem da Alemanha, onde a RAVE cadeia de distribuição e venda a retalho, cliente da PrimoHorta, só compra produtos a Portugal durante período de dois/três meses no ano, período em que a sua rede de frio não tem já capacidade de resposta. As condições edafoclimáticas do concelho de Montijo, permitem termos produtos agrícolas mais cedo do que qualquer outra zona do país ou da europa, mais uma razão para que os agricultores se organizem a fim de tirar o máximo proveito deste microclima. Temos de

procurar ser autossuficientes mesmo nos produtos que necessitam de armazenagem, aproveitando a vantagem que temos um clima que permite mais de que uma produção agrícola por ano, em produtos base da alimentação, como a batata e a cebola, para isso, temos de apostar forte na rede de frio.

Estamos perante um abandono de um conjunto de pequenas explorações agrícolas no concelho de Montijo, a situação não é fácil de ultrapassar, atendendo a que produção de produtos como a batata, cebola e a cenoura, necessitam de terrenos com uma dimensão mínima na ordem dos dez hectares, para assim permitir a mecanização da exploração e garantir a competitividade dos seus preços. Estamos a falar de produtos em que as quantidades produzidas ainda não são suficientes para satisfazer as necessidades do consumo interno. Uma outra parte das pequenas parcelas de terreno vai ter de continuar com a sua dimensão, dado o conjunto de barreiras físicas existentes, que impossibilitam uma mecanização no futuro. A estrutura destas parcelas são complexas, construíram-se casas e plantaram-se pomares no centro dos terrenos, existem muros e vedações de delimitação que inviabilizam o aproveitamento mesmo num processo de emparcelamento. Estas são as possíveis falhas no nosso ordenamento do território, onde o espaço rústico não foi devidamente protegido, ou convertido em tempo útil, para fazer face uma evolução tecnológica, que se previa acontecer na nossa agricultura, onde os exemplos vinham chegando dos países da Europa Central. No concelho de Montijo, temos 3032 parcelas de terreno agrícola com menos de 5 hectares, onde o abandono do cultivo está patente em grande número nestas pequenas explorações. No entanto, os dados no INE, diz-nos da tendência que existe a nível nacional, no desaparecimento acentuado das pequenas explorações, sendo as mesmas absorvidas pelas explorações de maior dimensão, fenómeno que também se regista no concelho de Montijo, onde a média de SAU das explorações passou de 6,4 hectares em 1989 para 22,0 hectares em 2009, valores superiores aos nacionais, que apresentam em 2009 uma média de SAU por exploração de 12 hectares.

O abandono do espaço agrícola no concelho, aparece-nos também ligado ao escoamento dos produtos, o desaparecimento dos mercados tradicionais foram fortemente afetados com a expansão das grandes superfícies comerciais em todo o território nacional. Este processo provocou mudanças profundas nos circuitos de comercialização, onde a escala e a regularidade de fornecimentos é condição fundamental, não esquecendo o preço e a qualidade dos produtos. A produção em pequenas explorações baseada numa componente forte de mão-de-obra, não consegue competir com as de maior dimensão e fortemente

mecanizadas. As exigências do mercado, onde predomina as grandes cadeias de distribuição e a exportação, são na compra de produtos certificados, criando mais um obstáculo ao escoamento dos produtos agrícolas produzidos no concelho de forma tradicional.

A idade dos nossos agricultores dificulta muito o salto qualitativo que é necessário dar em termos de modernização da produção e do associativismo necessário para penetrar nos mercados, cada vez mais exigentes. Existem hoje novas oportunidades de voltar à agricultura, um setor confrontado com um novo modelo de desenvolvimento, onde a mecanização e as novas tecnologias são uma realidade, ficando para trás aquele trabalho agrícola muito penoso e essencialmente através do esforço físico. Os dados indicam que no concelho de Montijo, os produtores agrícolas singulares com idade superior a 55 anos representam 77,3%, valores semelhantes registados no país.

As culturas temporárias segundo dados do INE, ocupam cerca de 54,8% do SAU no concelho de Montijo, com maior relevância as explorações de culturas hortícolas e de batata. Um outro dado preocupante é o decréscimo acentuado nas explorações agrícolas de culturas temporárias entre 1999 e 2009, onde desapareceram 59,2% das explorações.

6.2 – Recomendações

Um dos problemas com que se confronta a agricultura na região tem a ver com a sua organização. Estarmos perante um modelo onde impera o individualismo dos nossos agricultores onde acontece situações do género, este ano a batata deu lucro, no próximo ano todos vão semear batatas sem que exista o mínimo de controlo, o resultado é o excesso de oferta e a baixa de preços, não cobrindo por vezes as despesas de produção. Esta situação só pode ser ultrapassada se os produtores se associarem, criando uma estrutura de controlo e planificação das produções, tendo como princípio a necessidade dos mercados e das redes de frio existentes para a sua armazenagem. A aposta pode ser ganha se conseguirmos motivar as gerações mais jovens, dando-lhes formação adequada e procurar equilibrar o seu trabalho como agricultores, com o rendimento que podem receber desse mesmo trabalho, sendo para isso necessário disponibilizar solos que não estejam a ser cultivados.

A necessidade de se procurar o emparcelamento de uma parte das pequenas explorações, de modo a aumentar a sua dimensão, procurando otimizar a produção de um conjunto de produtos em que somos deficitários no sentido de diminuir a nossa dependência do exterior. Uma outra possível solução para as pequenas explorações pode passar pela produção de produtos diferentes dos tradicionais, como os frutos vermelhos ou produtos biológicos, para os quais a sua rentabilidade não necessita de áreas com grandes dimensões.

Temos alguns exemplos de pequenas parcelas de terreno, onde se está a implantar este tipo agricultura para satisfazer nichos de mercado existentes, tanto internamente como externamente. Este tipo de produtos não dispensa a criação de escala económica, logo tem de estar presente a organização dos pequenos produtores em associações, permitindo assim, tirar um maior proveito dos apoios comunitários e facilitar o acesso à formação do próprio agricultor.

As pequenas parcelas podem ainda vir a ser utilizadas por agricultores a tempo parcial, servindo como complementaridade dos rendimentos dos agregados familiares, situação que no passado já resultou em termos de qualidade dos produtos e na redução da pobreza. A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o ano de 2014 como Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) com o objetivo de aumentar a visibilidade do papel que tem este tipo de agricultura no combate à fome e na irradicação da pobreza. Esta iniciativa visa colocar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, contribuindo, assim, para ajudar a identificar os melhores procedimentos no sentido de ajudar os pequenos agricultores.

A agricultura participa à semelhança, de outras atividades, no desenvolvimento local, porque dado a dinâmica «proximidade urbana» ligada às oportunidades de abastecimento dos aglomerados populacionais de produtos frescos, criando riqueza e melhorando a qualidade de vida das populações. Pode ainda ser equacionada a vertente agroindustrial, valorizando mais os produtos e possibilitando o alargamento do raio da sua comercialização. No sentido de dinamizar e potenciar a agricultura no concelho, fazia sentido o poder local promover a criação de um órgão onde estivessem representados todos os atores ligados à agricultura, com por exemplo “Concelho Municipal de Desenvolvimento Rural”.

No processo de desenvolvimento rural, é importante analisar a forma de apropriação da terra, se a considerarmos como uma dádiva da natureza, significa que estamos perante um património comum a toda a sociedade. Neste contexto, os proprietários das terras têm de ter presente a noção de responsabilidade face ao abandono do espaço agrícola, porque involuntariamente, estão a comprometer uma gestão sustentável do território. No sentido de corrigir esta situação, torna-se necessário a reformulação de um conjunto de normas jurídicas que regulamentam a propriedade da terra, a fim de serem geridos da melhor forma os nossos recursos endógenos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, P. M. C. (2009). *Pinhal Novo: movimentos migratórios dos “caramelos”, povoamento e construção de uma identidade cultural*. Execução gráfica: Domingos B. Varajão. Edição: Junta de Freguesia do Pinhal Novo.
- Baptista, F. O. (1996). *O declínio de um tempo Longo*. In Brito, J.; Baptista, F. e Pereira, B. (coords.) – *O Voo do Arado*, 35-75. Museu Nacional de Etnologia, Lisboa
- Baptista, F. O. (2010). *Alentejo - a questão da terra*. Loulé: Edição 100LUZ com o apoio das Câmaras Municipais de Castro Verde e Vidigueira.
- Barros, V. (2003). *Desenvolvimento Rural- Intervenção Pública, 1996-2002*. Lisboa: Edição Terramar.
- Beires, R., Amaral, J. & Ribeiro, P. (2013). *O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal*. Lisboa: impressão Guide – Artes Gráficas, Lda.
- Bourdieu, P. (2011). *O Poder Simbólico*. – (História & Sociedade). Lisboa: Edições 70, LDA.
- Cabrita, J. A. (1998). *Entre a gândara e a terra galega*. Execução gráfica: SAG – Soc. de Artes Gráficas, Lda. Edição: Junta de Freguesia do Pinhal Novo.
- Cabrita, J. A. (1999). *José Maria dos Santos. E antes de “grande agricultor”?* Execução gráfica: PAIVA – Artes Gráficas. Edição: Junta de Freguesia do Pinhal Novo.
- Cabrita, J. A. (2006). *Rio Frio, retrato de uma grande casa agrícola*. Execução gráfica: Domingos B. Varajão. Edição: Junta de Freguesia do Pinhal Novo.
- Câmara Municipal de Montijo, (1990). *Caracterização Geográfica e Sócio-económica – Concelho de Montijo*. Montijo: Editor Oficina Gráfica da C. M. M.
- Caminhos Arqueológicos de Montijo. *Perspetivas da Carta Arqueológica do Paleolítico ao Romano*. Edição: Câmara Municipal de Montijo.
- Comissão das Comunidades Europeias (2003). *Relatório sobre a situação da agricultura portuguesa*. COM 359 final/2
- Correia, T. P., Breman, B., Jorge, V., Dneboská, M. (2006). *Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas da Ocupação do Solo, do Setor Agrícola e da Comunidade Rural. Tipologia da Áreas Rurais*. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas em colaboração com a Universidade de Évora, 214 p.
- Dirigir – separata nº 107 «Julho, Agosto e Setembro», (2009). Portugal – os movimentos do tempo. Edição: Instituto de Emprego e Formação Profissional, LP.
- Empoderar, Dicionário Informal. Acedido em 8 de Maio de 2014 em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/empoderar/>
- Enfiteuse ou Aforamento, (2013). Wikipédia, a enciclopédia livre. Acedido em 8 de Outubro de 2013, in <http://pt.wikipedia.org/wiki/Enfiteuse>.

Giddens, A. (2010). *Sociologia*. Edição: Fundação Calouste Gulbenkian 8ª edição

GLOBALG.A.P. No âmbito da parceria da APCER com a ISACERT, o processo de certificação GLOBALGAP, é realizado ao abrigo da acreditação RvA - Dutch Council for Accreditation. Acedido em 9 de Maio de 2014 em:
http://www.apcer.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=129:globalgap&catid=6&Itemid=50&lang=pt

Governança cooperativa. Acedido em 8 de Maio de 2014 em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Governan%C3%A7a_corporativa

Guerra, I. C. (2010). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Cascais: Princípia Editora, Lda.
<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4223327>.

Instituto Nacional de Estatística, (2011). Recenseamento Agrícola de 2009 – Análise dos principais resultados. Lisboa: Editor Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Instituto Nacional de Estatística, (2011). Recenseamento Geral da População. Acedido a 10 de Dezembro de 2013, in https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=Censos+2011.

Junta de Colonização Interna. Torre do Tombo. Acedido em 29 de Maio de 2013 em:
LEADER. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-05-04]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$leader](http://www.infopedia.pt/$leader)>.

Mantas, A. (1992). *Dicionário de Agricultura*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda.

Mazoyer, M. & Roudart, L. (2010). *Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*; Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD.

Nabais, A. J. (1995). Foral de Alcochete e Aldeia Galega (Montijo) – 1515. Edição da Câmara Municipal de Alcochete e Câmara Municipal de Montijo.

Nunes, A. (2008). *Abandono do Espaço Agrícola na “Beira Transmontana”*. Porto: Campo das Letras – Editores, S. A.

Parlamento Europeu, 2001: Fichas Técnicas – 4.1.2. A reforma da PAC

Pereira, N. T. et al, (2009). Santo Isidro de Pegões – *Contrastes de um Património a Preservar*. Lisboa: Edições Colibri.

Quaresma, J. S. (1948). Albergaria, Hospital e Misericórdia de Aldeia-Galega do Ribatejo..., Montijo, ed. do autor, 1948.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Editor Gradiva – Publicações, S. A. - 5ª Edição.

Redol, A. (2009). *Gaibéus*. Alfragide: Editor: Herdeiros de Alves Redol e Leya, S.A.

Revolução Verde. Acedido em 8 de Maio de 2014 em:
<http://www.mundoeducacao.com/geografia/a-revolucao-verde.htm>

Saraiva, J. H. (1983). *História de Portugal, 1245 – 1640*. Lisboa: Edição de Seleções do Reader's Digest, SARL. Publicações Alfa, SARL.

Say, J. B. (1803). *Traité d'Économie Politique ou Simple Expositon de la Maniere dont se Forment, se Distribuent et se Consomment les Richesses*. Paris, Calman- Lévy

Schneider & Gazolla (2011). *Os atores do desenvolvimento rural – Perspetivas Teóricas e Práticas Sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS

Sen, A. (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva – Publicações

GLOSSÁRIO

A «governança» - Designa a capacidade das sociedades humanas para se dotarem de sistemas de representação, de instituições e processos, de corpos sociais, para elas mesmas se gerirem, em um movimento voluntário (Wikipédia, 2014).

Adobes - A arte de construir em terra, é própria de locais onde existe escassez de pedra e representa uma das mais antigas formas de arquitetura, sendo também uma característica dos povos mediterrâneos, nos quais se insere Portugal. Grandes civilizações como a Mesopotâmia e Egípcia usavam este tipo de materiais de construção. Os adobes são tijolos de terra crua, água e palha e algumas vezes com outras fibras naturais, moldadas em formas por processo artesanal. A escolha deste tipo de material, por parte dos migrantes vindo das Beiras, deve-se a fatores de ordem económica, tratando-se de trabalhadores de poucos recursos, não era muito difícil construir uma casa, dado que até beneficiavam de autorização de José Maria dos santos para deslocarem à herdade de Rio Frio em determinados dias da semana para poderem colher barro nas suas terras (Andrade, 2009).

Alqueive - Operação cultural em que se faz o reviramento do terreno visando o combate a infestantes, o armazenamento de água, etc. Abandono do terreno durante algum tempo, quer seja trabalhado ou portador de vegetação espontânea. (Mantas, 1992).

Analfabeto – Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, o indivíduo incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa (Censos, 2011).

Arvense (Arv.) - Designação de qualquer planta cultivada, anual ou vivaz, produtora de grãos, forragens, fibras ou de produtos industrializáveis (Mantas, 1992).

Cadastro - É o conjunto dos dados que identificam e caracterizam geométrica e espacialmente cada um dos prédios existentes no País. Serve para todos dispormos, em regime de livre acesso, da identificação no terreno dos limites de todos os prédios, evitando inúmeras repetições de levantamentos, acelerando e tornando mais económicos todos os processos territoriais e de administração imobiliária, dando mais equidade à tributação, facilitando fiscalizações, os licenciamentos, as expropriações, etc. (Beires, Amaral & Ribeiro, 2013, p. 33)

Culturas temporárias - São aquelas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (anuais) e as que não sendo anuais são ressemeadas com intervalos que não excedem os 5 anos (I.N.E., 2011).

Densidade populacional - Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território, habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado (Censos, 2011).

Empoderar - Significa em geral a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos económicos e políticos mais abrangentes (Dicionário Informal, 2014).

Enfiteuse ou aforamento - É a designação dada ao direito real, alienável e transmissível aos herdeiros, que confere, mediante a obrigação de o manter em bom estado e contra o pagamento de um foro anual em numerário ou espécie, com direito ao pleno gozo do imóvel. O enfiteuta exerce todos os poderes do domínio do imóvel mediante pagamento de renda anual. Os direitos do enfiteuta são, portanto, bem amplos, mais do que os do usufrutuário. Aforamento, é o ato de concessão de privilégios e deveres sobre uma propriedade cedida em enfiteuse para exploração ou usufruto ao seu ocupante, pelo proprietário. Era um ato jurídico privado que se praticou até à década de 1960 em Portugal (Wikipédia, 2013).

Entrevista semiestruturada – Tem um guião com um conjunto de tópicos ou perguntas a abordar na entrevista. Dando no entanto liberdade ao entrevistado, sem no entanto, o deixar fugir muito do tema. Tem a vantagem de se falar nos assuntos que se quer falar com maior liberdade e ao mesmo tempo alguma rigidez para o entrevistado (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Enxada – Utensílio constituído por uma lâmina de ferro de feitio variável, com dois bicos, cabo comprido que serve para cavar, arrancar tubérculos ou para outros fins (Mantas, 1992).

Esterco - Excremento de animais, ou vegetais apodrecidos, que servem como adubo; estrume (Mantas, 1992).

Exploração agrícola - Unidade técnico-económica que utiliza fatores de exploração comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1. Produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2. Atingir ou ultrapassar uma dimensão (área, número de animais); 3. Estar submetida a uma gestão única; 4. Estar localizada num local bem determinado e identificável (I.N.E., 2011).

Família clássica - Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Nota: As empregadas domésticas residentes no alojamento onde prestavam serviço são integradas na respetiva família (Censos, 2011).

FEOGA - É constituído por duas seções, a seção Orientação e a seção Garantia. No âmbito da política europeia de coesão económica e social, o FEOGA está vocacionado para a reconversão e adaptação das estruturas agrícolas e desenvolvimento das áreas rurais (Glossário de Termos Europeus).

Feto-morto – Para as estatísticas, um feto-morto é o produto da fecundação, cuja morte ocorreu antes da expulsão ou extração completa do corpo materno, independentemente da duração da gravidez. Indica o óbito o facto do feto depois de a separação não respirar nem apresentar nenhum outro sinal de vida, como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical ou contrações efetivas de qualquer músculo sujeito a ação voluntária (Censos, 2011).

Fitofármacos - Substâncias que se destinam a proteger os vegetais ou os produtos vegetais contra todos os organismos prejudiciais ou a impedir a sua ação. Ex: acaricidas, inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc. (I.N.E., 2011).

Foice – Utensílio com lâmina estreita, curva e serrilhada que serve para ceifar ervas e cereais (Mantas, 1992).

Forragens – Qualquer planta ou parte de planta que, após corte, sem tratamento industrial, serve para alimento dos animais no estado natural ou conservada como, por exemplo, o feno ou a silagem (Mantas, 1992).

Fundos Estruturais - São instrumentos de cofinanciamento a que os Estados-membros se podem candidatar para, conjuntamente com os recursos nacionais públicos e privados, apoiar ao longo de períodos plurianuais definidos, os esforços nacionais de desenvolvimento, com vista à realização plena da coesão (Glossário de Termos Europeus).

Gaibéus - Era o nome dado aos jornaleiros do Alto Ribatejo e da Beira Baixa que vinham para as lezírias trabalhar nas mondas e ceifas do arroz (Redol, 2009).

Gândara - É uma palavra que na toponímia portuguesa se aplica a qualquer porção de terreno arenoso, inculto e geralmente plano ou pouco relevado. A região gandaresa estende-se no sentido norte-sul desde as Gafanhas da ria de Aveiro até aos campos do Baixo Mondego; a nascente confina com as terras da Bairrada e a poente com as dunas do litoral. Destas terras agrestes e insópitadas, sempre se falou realçando a sua pobreza contrastante com os campos do Mondego e da Bairrada, onde os solos de grande fertilidade proporcionavam melhores condições de vida (Cabrita, 1998).

Índice de dependência - Jovem (0 aos 14 anos) a relação entre esta população e a em idade ativa (15 aos 64 anos) por cada 100 indivíduos. N caso do índice de dependência idosa (65 e mais anos) tem a relação entre esta população e a em idade ativa por cada 100 indivíduos (Censos, 2011).

LEADER - Tem como principais objetivos a promoção de iniciativas integradas, concebidas e postas em prática à escala local. Incentiva e apoia os agentes rurais a refletir sobre o potencial dos respetivos territórios, numa perspetiva a longo prazo. Incentiva a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável, integradas e de grande qualidade, como sejam: novas formas de valorização do património natural e cultural, o reforço económico, de forma a contribuir para a criação de postos de trabalho e melhoria da capacidade de as comunidades se organizarem (In Infopédia Porto, 2003-2013).

Livros verdes - Começaram a ser lançados pela Comissão Europeia em 1984, são documentos de discussão para estimular o debate e lançar um processo de consulta ao nível europeu, sobre um determinado tema (Glossário de Termos Europeus).

Malta da Caldeira Aberta – Eram os rapazitos com idades entre os 11 e 15 anos, em que a sua mesa era um caldeirão grande com uma mistela, que era farinha de milho com hortaliça migada e algum feijão seco, tipo de comida prós porcos. O caldeirão era colocado no meio, faziam três filas. Aproximavam-se do caldeirão, tiravam uma colher de sopa, uma colher daquela mistela, metiam na boca e iam para a fila lá para trás, quando chegassem a meter a

segunda colher de sopa na boca já a outra não estava lá, já não existia (Beatriz Marques, Abril 2013).

Nados Vivos – Para as estatísticas, um nado-vivo é o produto da expulsão completa, relativamente ao corpo materno independente da duração da gravidez, produto de fecundação, que após esta separação, respire ou manifeste quaisquer outros sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou ainda contração efetiva de qualquer músculo sujeito à ação da vontade, quer o cordão umbilical tenha sido cortado ou não e quer a placenta esteja ou não retida (Censos, 2011).

O referencial GLOBALGAP (EUREPGAP) estabelece um conjunto de regras de boas práticas, ao nível da segurança alimentar, proteção do meio ambiente e bem-estar dos trabalhadores, promovendo: A adoção de técnicas de produção integrada; A redução do uso de agroquímicos; A implementação de um sistema fidedigno de rastreabilidade dos produtos agrícolas, desde o produtor ao consumidor (APCER, Certificação).

Pá - Utensílio manual constituído por um cabo e uma folha metálica com que se remexem corpos sólidos muito divididos como, por exemplo terra grãos ou lixos (Mantas, 1992).

Peste negra - É a designação pela qual ficou conhecida na Baixa Idade Média, a pandemia de peste bubônica que assolou a Europa durante o século XIV e que dizimou entre 25 e 75 milhões de pessoas. Em Portugal a peste entrou no mês de outubro de 1348 e matou entre um terço e metade da população portuguesa. Esta peste é uma doença primariamente de roedores (ratos, ratazanas, coelhos, marmotas e esquilos) e espalha-se entre eles através das pulgas ou por contato direto, nos humanos é por contato com os roedores infetados. Portugal veio ainda a ser vítima desta peste várias vezes, a última foi no ano de 1650 (Saraiva, 1893).

População residente - Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano (Censos, 2011).

Revolução Verde - Foi criada em 1966, numa conferência em Washington, por William Gown, que disse a um pequeno grupo de pessoas interessadas no desenvolvimento dos países com déficit de alimentos, tinha como base as tecnologias e não o sofrimento do povo. Esta expressão significava as inovações tecnológicas na agricultura para a obtenção de maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização de agrotóxicos e mecanização do campo, no sentido de aumentar a produtividade (Mundo da Educação, 2014).

Sistemas Extensivos - Culturas em que é reduzido o emprego de meios de produção (mão-de-obra, capital, etc.) e pequenos os rendimentos por unidade de superfície, que são compensados pela grande área de exploração (Mantas, 1992).

Superfície agrícola utilizada (SAU) - Constituída pelas terras aráveis (limpa e sob coberto de matas e florestas), culturas permanentes, pastagens permanentes e horta familiar (I.N.E., 2011).

Superfície irrigável - Superfície máxima da exploração que no decurso do ano agrícola, poderia, se necessário ser irrigada por meio de instalações técnicas próprias da exploração e por uma quantidade de água normalmente disponível (I.N.E., 2011).

Superfície regada - Superfície da exploração ocupada por culturas temporárias principais, culturas permanentes e prados e pastagens permanentes (exclui horta familiar e as estufas) que foram regadas pelo menos uma vez no ano agrícola (I.N.E., 2011).

Trigo comum «Triticum aestivum» - Esta é a espécie mais usada nos dias de hoje e é conhecida como trigo mole. É com este trigo que se faz quase todo o tipo de pão, bolachas, tostas, e bolos. Sempre que uma receita diz farinha de trigo, é a este tipo de trigo que se refere (Mantas, 1992).

ANEXO I

(ESTRUTURA DA PROPRIEDADE RÚSTICA E CARTAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO)

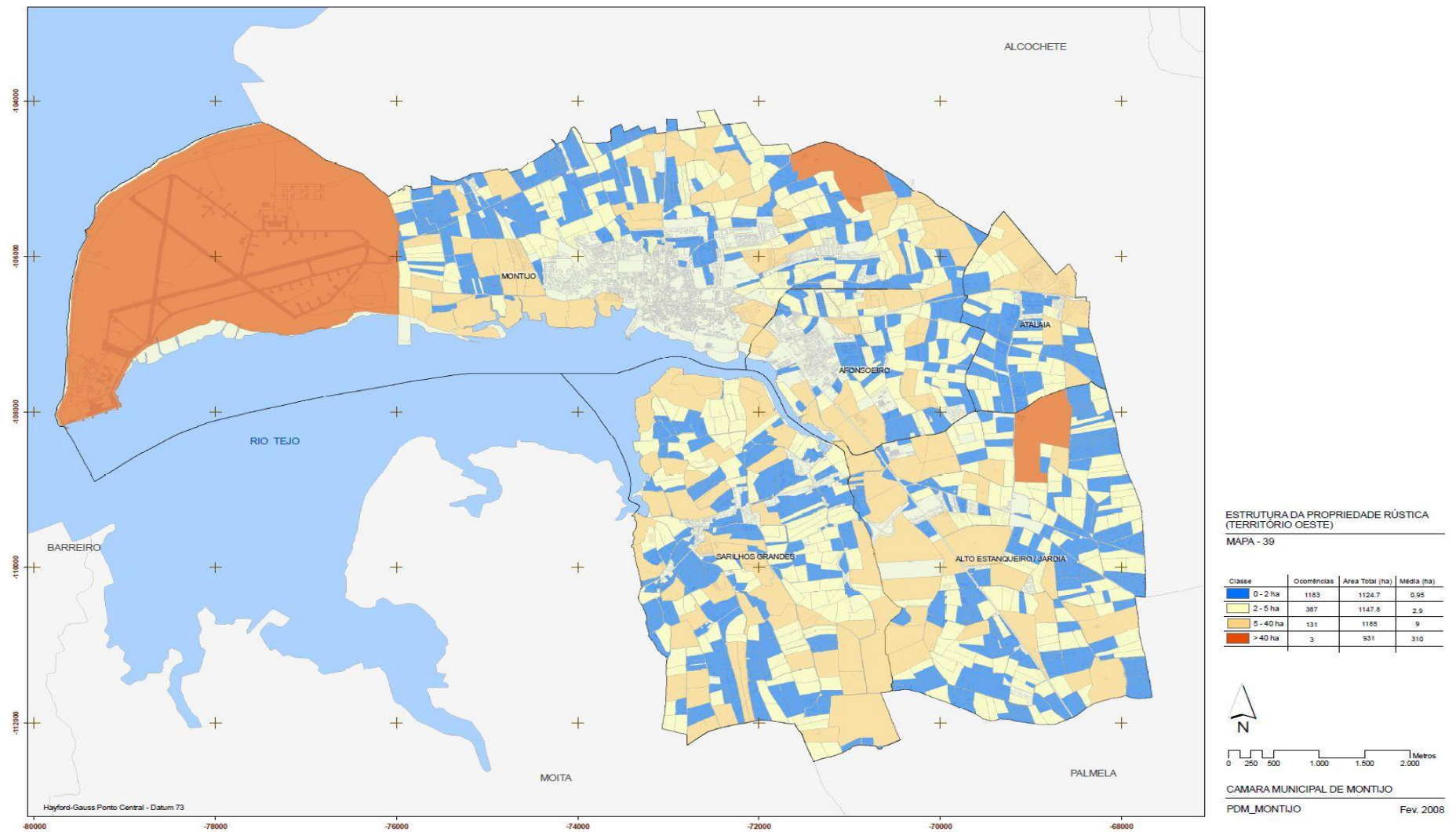


Figura nº 1: Estrutura da propriedade rústica (Território Oeste)
Fonte: Gabinete de Informação Geográfica – Câmara Municipal de Montijo

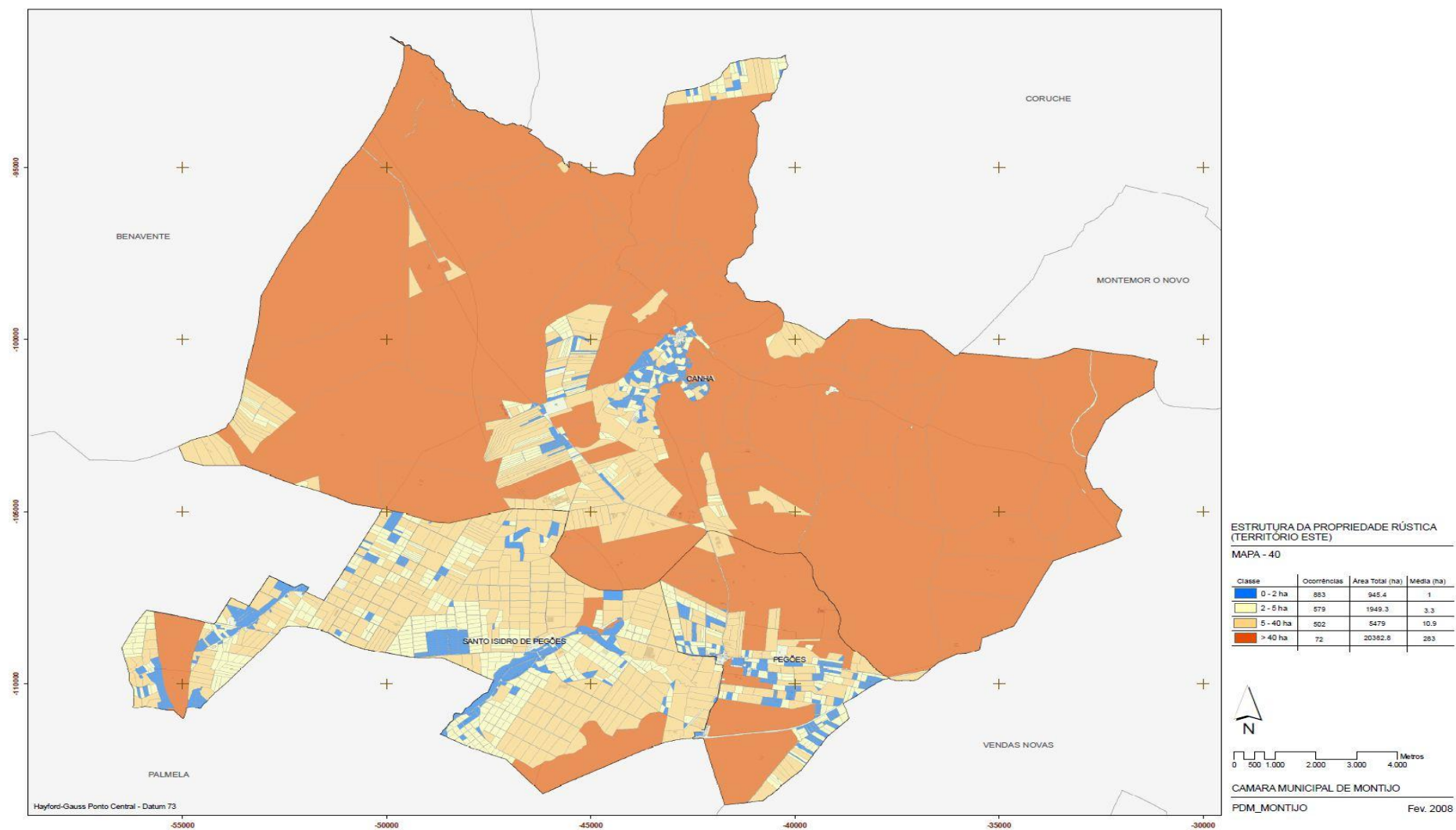


Figura nº 2: Estrutura da propriedade rústica (Território Este)
 Fonte: Gabinete de Informação Geográfica – Câmara Municipal de Montijo

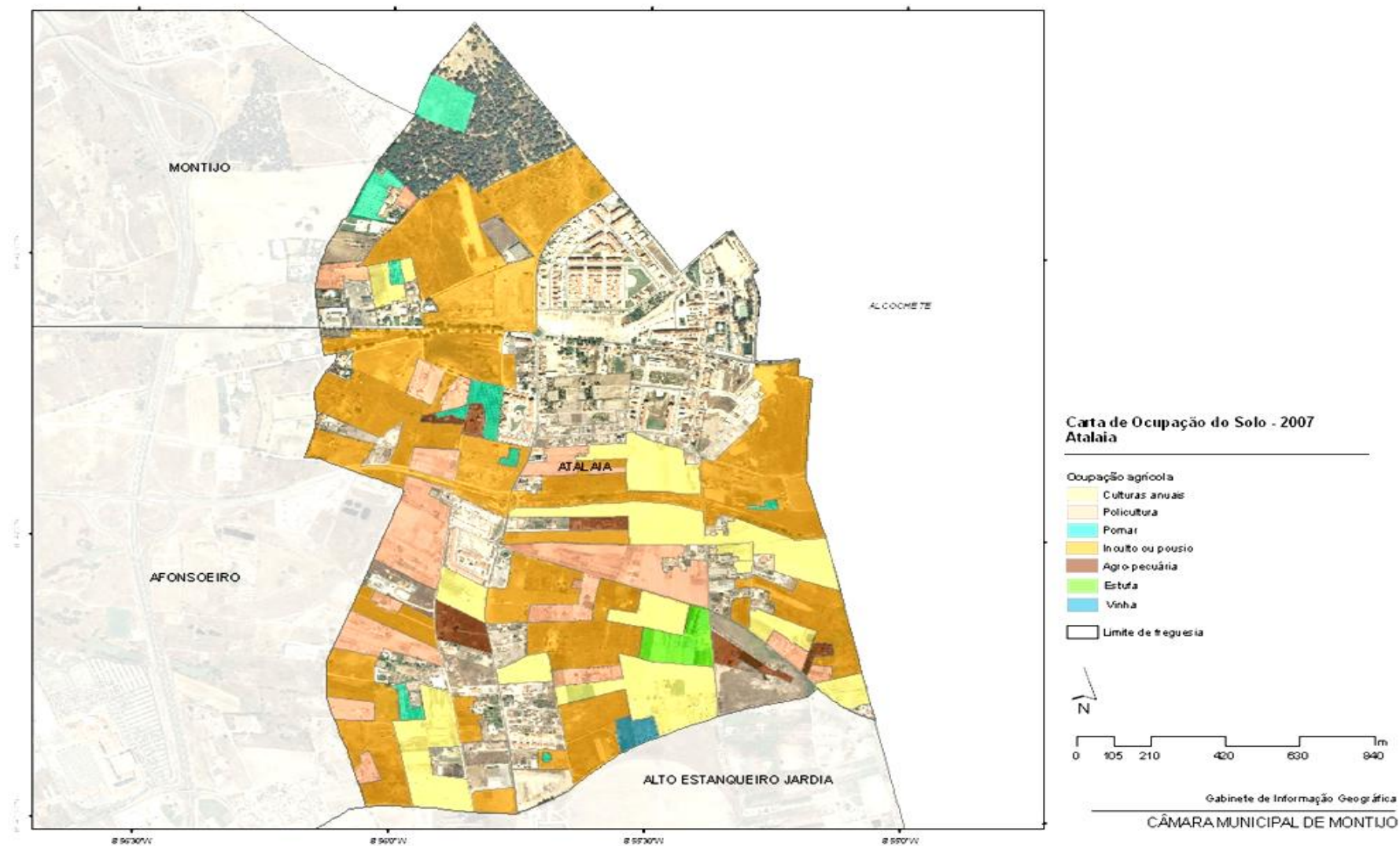


Figura nº 3: Carta de Ocupação do Solo – 2007 Atalaia

Fonte: Gabinete de Informação Geográfica – Câmara Municipal de Montijo

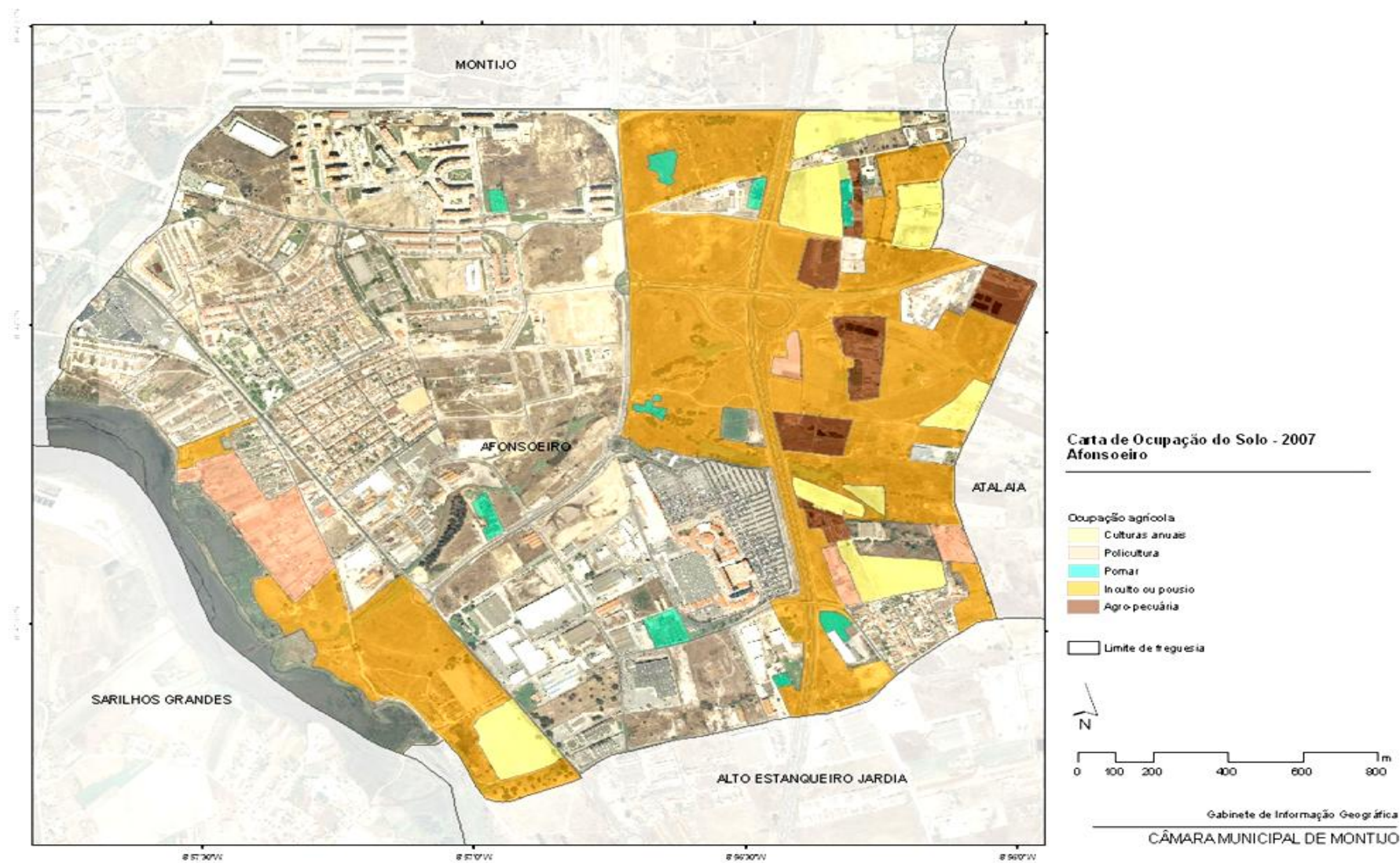


Figura nº 4: Carta de Ocupação do Solo – 2007 Afonsoeiro
Fonte: Gabinete de Informação Geográfica – Câmara Municipal de Montijo

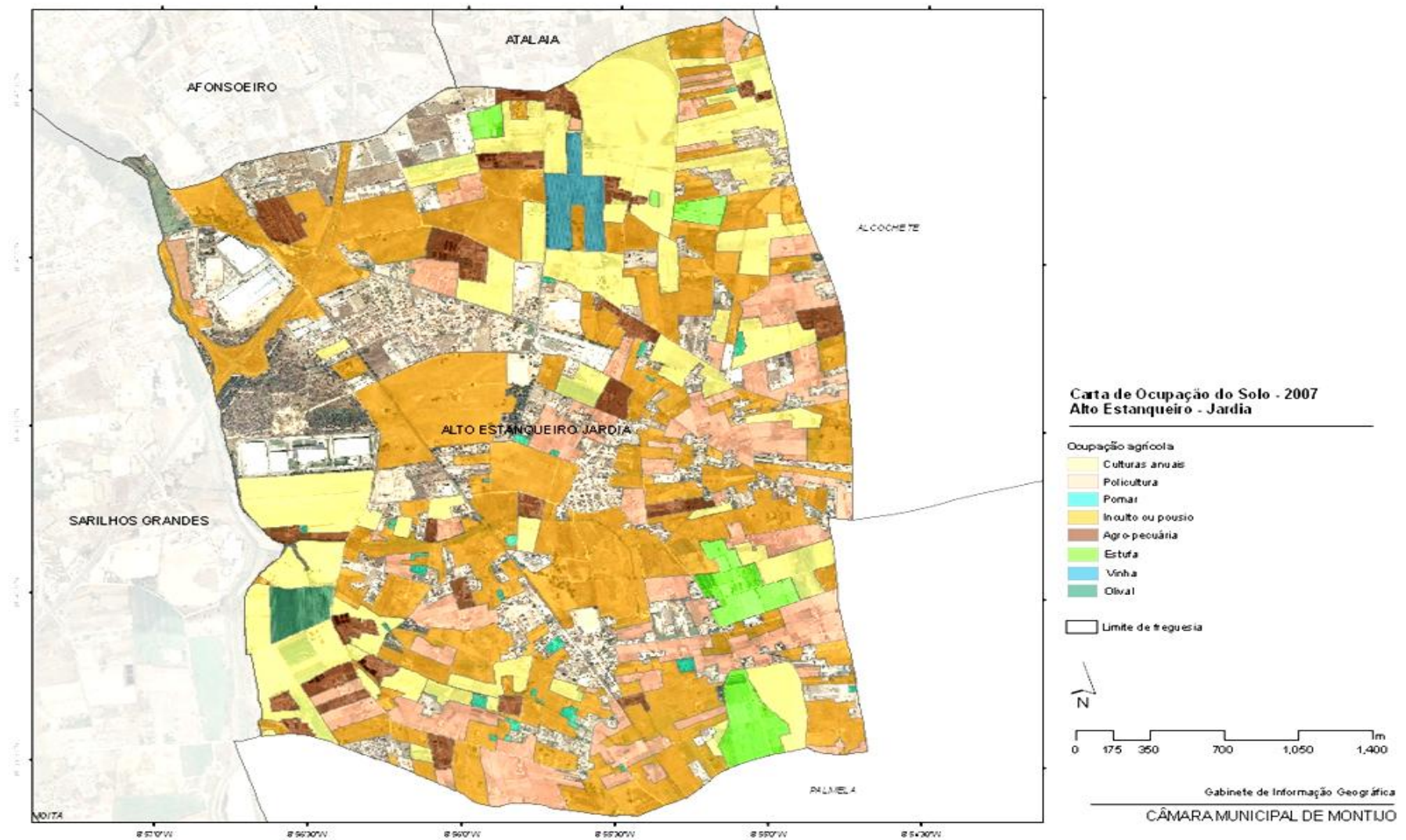


Figura nº 5: Carta de Ocupação do Solo – 2007 Alto Estanqueiro Jardia
Fonte: Gabinete de Informação Geográfica – Câmara Municipal de Montijo

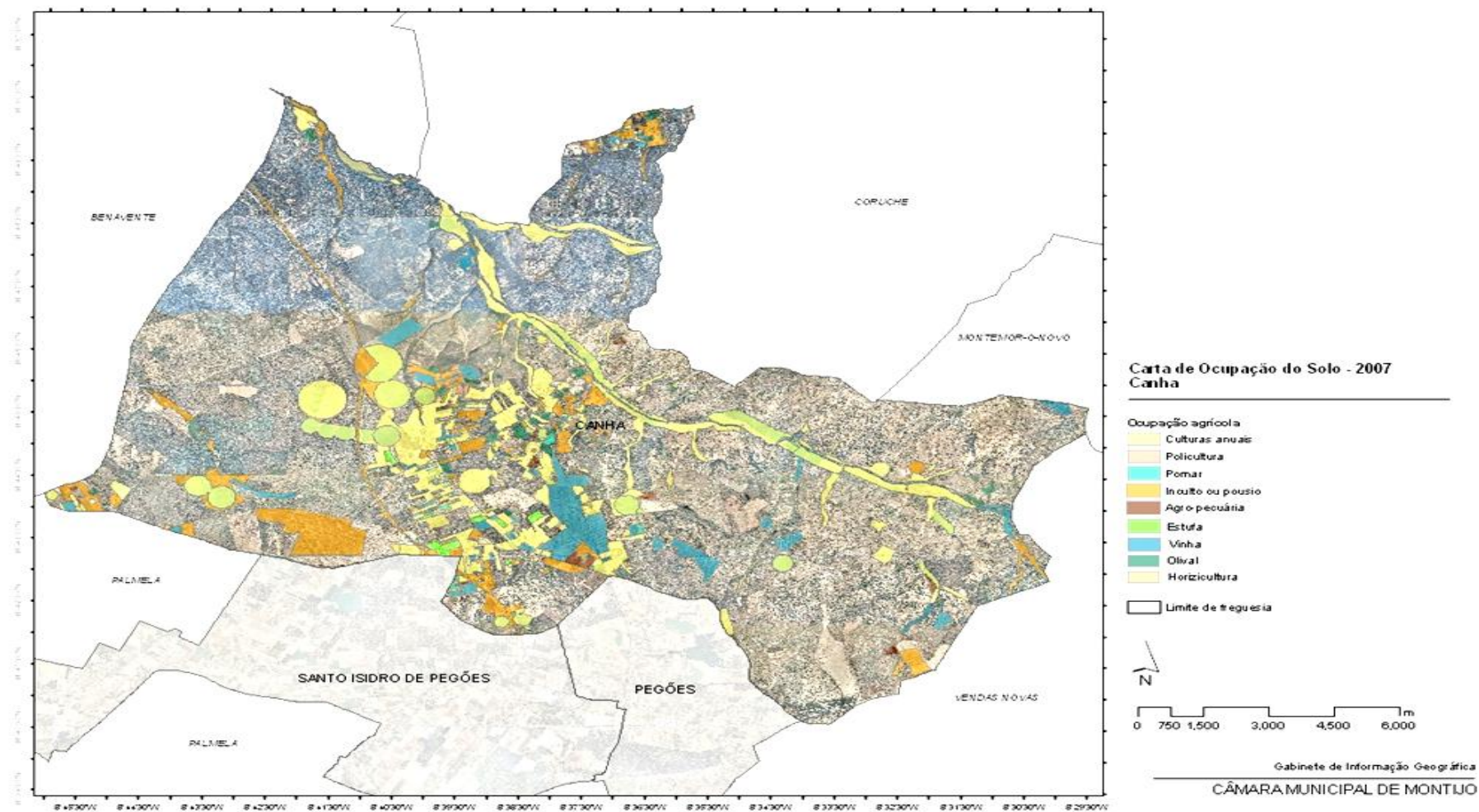


Figura nº 6: Carta de Ocupação do Solo – 2007 Canha

Fonte: Gabinete de Informação Geográfica – Câmara Municipal de Montijo

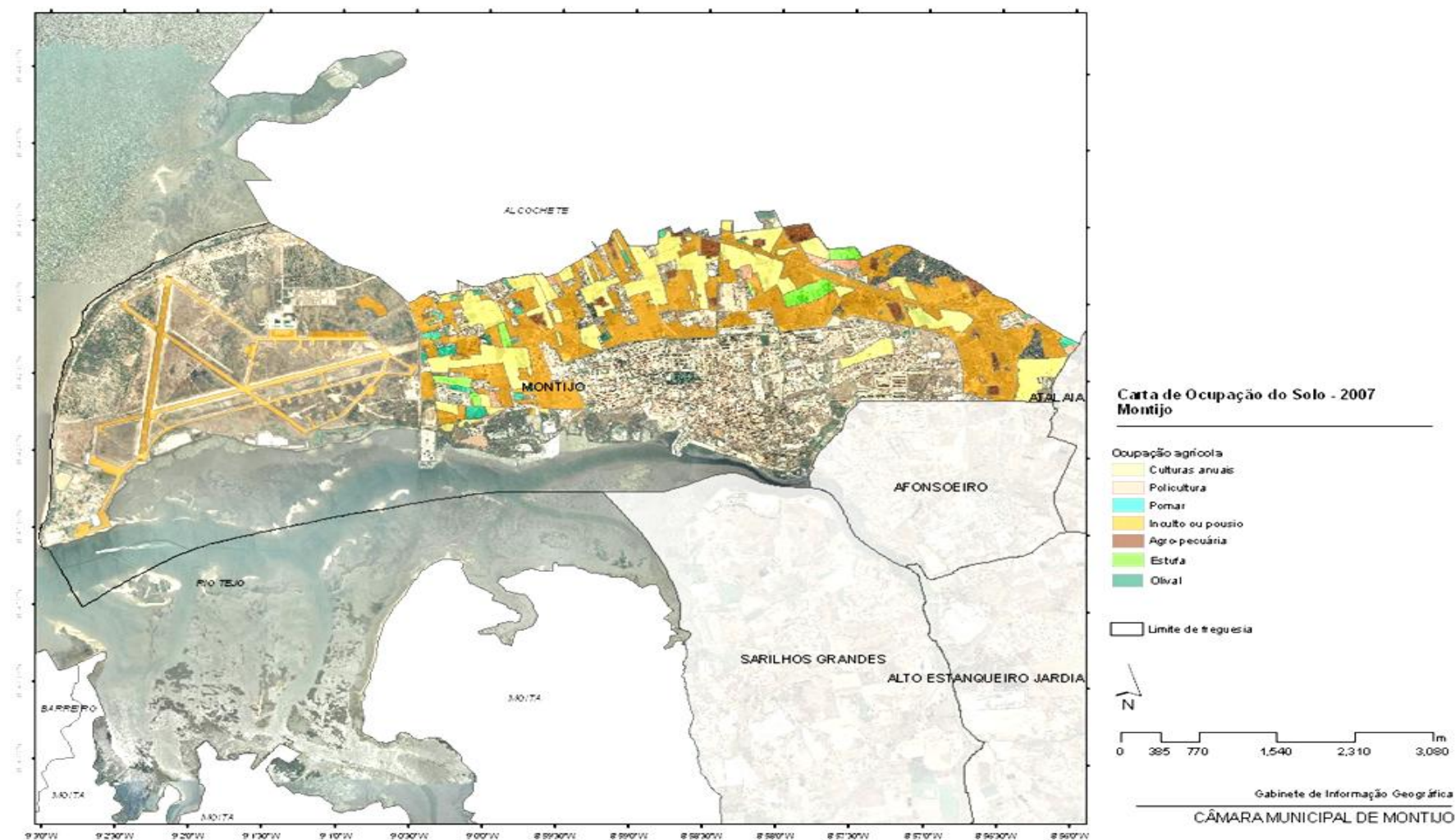


Figura nº 7: Carta de Ocupação do Solo – 2007 Montijo

Fonte: Gabinete de Informação Geográfica – Câmara Municipal de Montijo

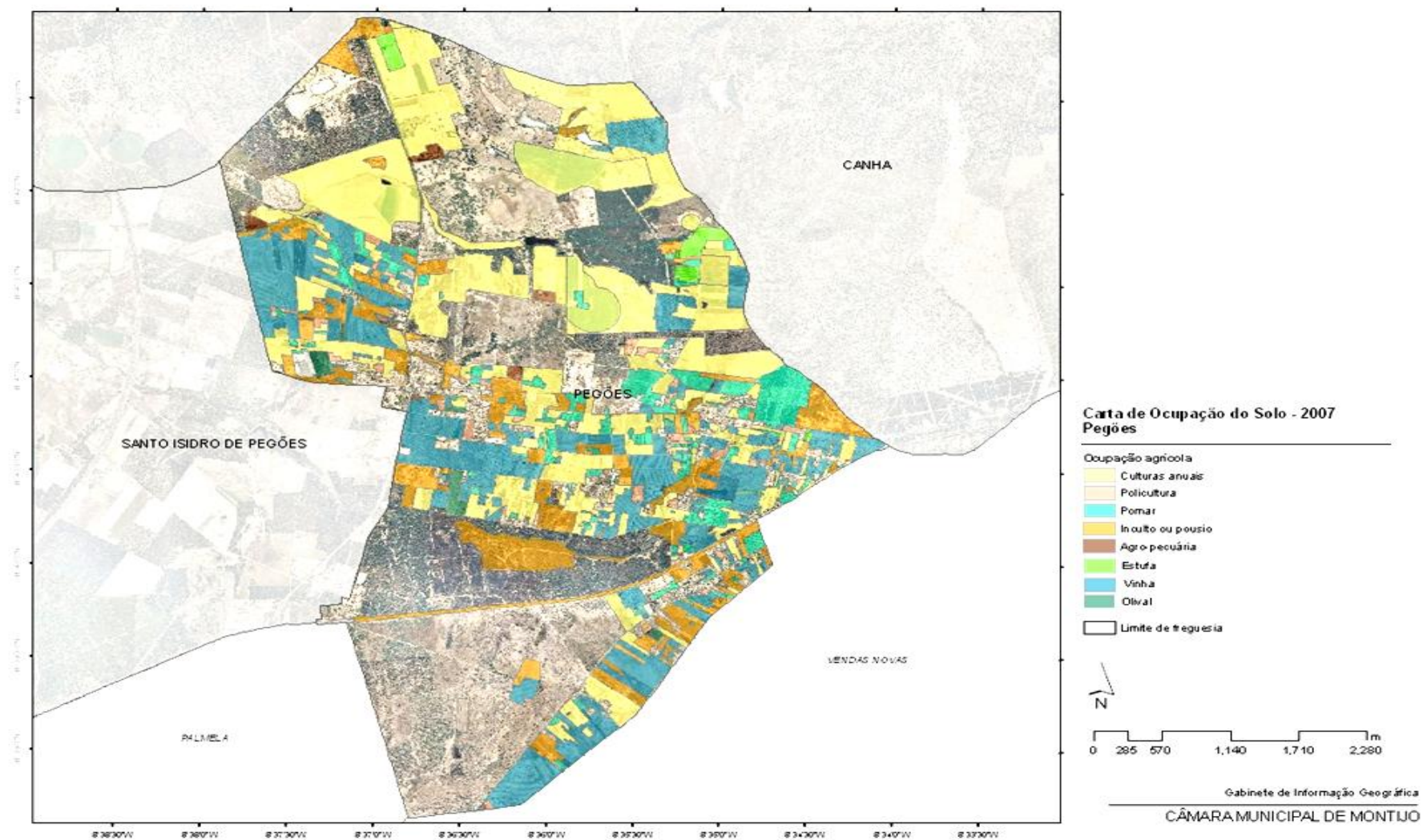


Figura nº 8: Carta de Ocupação do Solo – 2007 Pegões

Fonte: Gabinete de Informação Geográfica – Câmara Municipal de Montijo

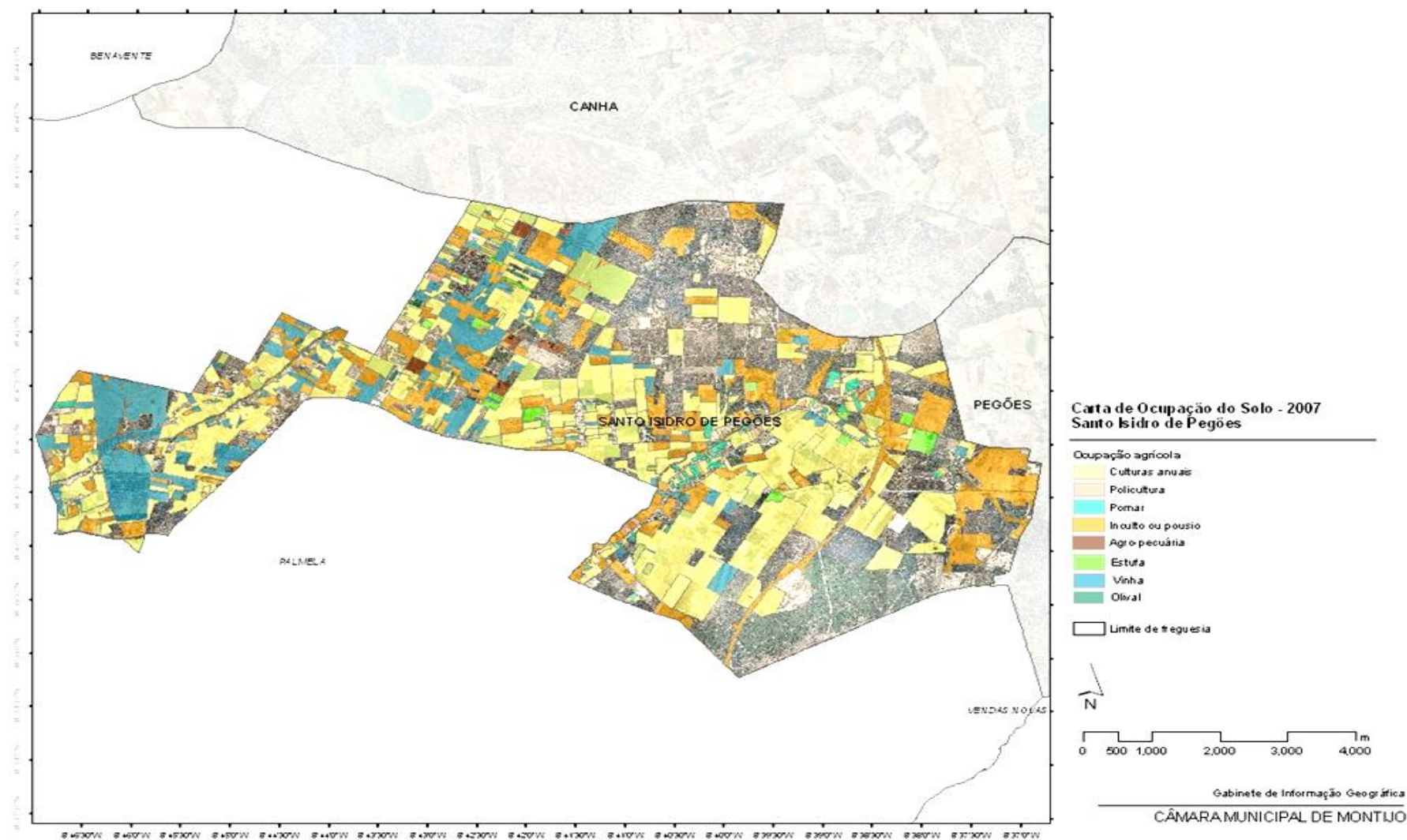


Figura nº 9: Carta de Ocupação do Solo – 2007 Santo Isidro de Pegões
Fonte: Gabinete de Informação Geográfica – Câmara Municipal de Montijo

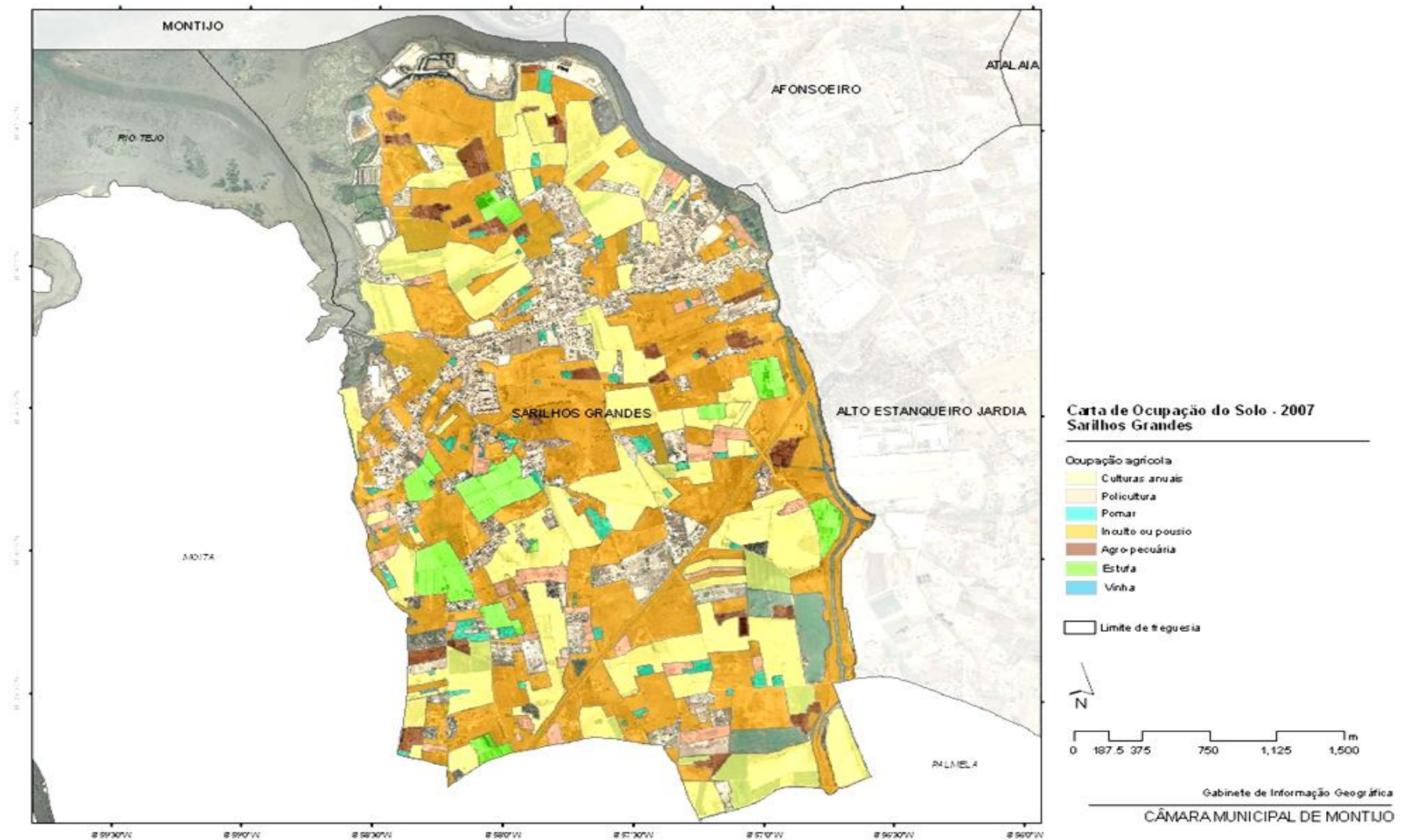


Figura nº 10: Carta de Ocupação do Solo – 2007 Sarilhos Grandes
Fonte: Gabinete de Informação Geográfica – Câmara Municipal de Montijo.

ANEXO II

(Fotos)



Foto nº 1 – Maior vinha do mundo em Rio Frio, anos 20/30.

Fonte: Foto da autoria de Manuel Giraldes da Silva – propriedade da Biblioteca Municipal do Montijo.



Foto nº 2 – Vindima em Rio Frio anos 20/30.

Fonte: Foto da autoria de Manuel Giraldes da Silva – propriedade da Biblioteca Municipal do Montijo.



Foto nº 3 – Movimento das adegas de Rio Frio, anos 20/30.

Fonte: Foto da autoria de Manuel Giraldes da Silva – propriedade da Biblioteca Municipal do Montijo.



Foto nº 4 – Casa “caramela” Vale Porrim.

Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Abril 2013).



Foto nº 5 – Aspeto da disposição dos adobes na casa “caramela”.

Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Abril 2013).



Foto nº 6 – foto atual das adegas de Rio Frio em ruínas.

Fonte: Foto da responsabilidade do autor, (Maio 2013).



Foto nº 7 – foto atual das adegas de Rio Frio em ruínas.
Fonte: Foto da responsabilidade do autor, (Maio 2013).



Foto nº 10 – Casal agrícola nº 48 do núcleo de Pegões.
Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Maio 2013).



Foto nº 8 – Casal agrícola do núcleo das Figueira, S. Isidro de Pegões.
Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Maio 2013).



Foto nº 11 – Nitreira nas traseiras da casa.
Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Maio 2013).



Foto nº 9 – Casal agrícola do núcleo das Faias, S. Isidro de Pegões.
Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Maio 2013).



Foto nº 12 – Malta da Caldeira Aberta em Rio Frio, anos 20/30.
Fonte: Foto da autoria de Manuel Giraldes da Silva – propriedade da Biblioteca Municipal do Montijo.



Foto nº 13 – Máquina de arrancar cebola numa exploração agrícola da região
Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Julho 2013)



Foto nº 16 – Máquina de apanha de cenoura na Exploração de Daniel Pacífico.
Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Novembro 2013).



Foto nº 14 – Máquina de apanhar cebola, numa exploração agrícola da região
Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Julho 2013)



Foto nº 17 – Máquina de apanha de cenoura na Exploração de Daniel Pacífico.
Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Novembro 2013).



Foto nº 15 – Embalagem de exportação de cebola a granel, exploração agrícola da região
Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Julho 2013)



Foto nº 18 – Tratamento das plantações utilizando a mecanização.
Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Novembro de 2013).



Foto nº 19 – Plantação de batata na exploração de Daniel Pacífico.

Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Novembro de 2013).



Foto nº 22 - SOREGI – Empresa de Comercialização de Produtos Hortícolas (fase da lavagem).

Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Abril 2013).



Foto nº 20 – Rede de frio da PrimoHorta.

Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Novembro de 2013).



Foto nº 23 - SOREGI – Empresa de Comercialização de Produtos Hortícolas (fase da seleção e embalagem).

Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Abril 2013).



Foto nº 21 – Máquina de embalar cenoura, Associação de Produtores PrimoHorta.

Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Novembro de 2013).



Foto nº 24 – Máquina de embalar batata, empresa de Manuel Patrício.

Fonte: Foto da responsabilidade do autor (Novembro de 2013).